



Configurar a Pesquisa em função da Prática

Pesquisa Orientada para a Ação e Decisão (PAD)

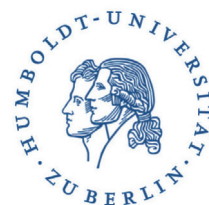
Karin Fiege

Em colaboração com:
Luisa Chicamisse Mutisse
Leandro Fontoura
Samuel Quive



um
Manual





Configurar a Pesquisa em função da Prática

Pesquisa Orientada para a Ação e Decisão (PAD)

Karin Fiege

Em colaboração com:
Luisa Chicamisse Mutisse
Leandro Fontoura
Samuel Quive



Uma publicação do SLE 2019

Publicado por:	Humboldt-Universität zu Berlin Lebenswissenschaftliche Fakultät Albrecht Daniel Thaer-Institut für Agrar- und Gartenbauwissenschaften Seminar für Ländliche Entwicklung (Centro para o Desenvolvimento Rural) Hessische Str. 1-2 10115 Berlim Telefone: 030-2093-6900 Fax: 030-2093-6904 E-Mail: sle@agrar.hu-berlin.de Website: www.sle-berlin.de
Impressão	Humboldt-Universität zu Berlin
Tradução	Ana Moreno
Distribuição	Centro para o Desenvolvimento Rural Hessische Str. 1-2 10115 Berlim
Layout	andrea p. design Birkenallee 9 12683 Berlin
Direitos de autor	SLE 2019 ISSN: 1433-4585 ISBN: 978-3-947621-09-5

Prefácio

O presente Manual é o resultado de vários anos de planificação e implementação da metodologia Pesquisa Orientada para a Ação e Decisão (PAD)¹, elaborada pelo Centro para o Desenvolvimento Rural (SLE)² da Humboldt-Universität zu Berlin. O conceito foi introduzido no âmbito da cooperação universitária com a Universidade Eduardo Mondlane (UEM)³ de Moçambique, em 2008, posteriormente na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-Brasil⁴ em 2013 e ainda, dois anos depois, em 2015, na Universidade Autónoma de Manizales, Colômbia.

A metodologia serve para uma preparação e realização sistemática de estudos de pesquisa e de assessoria, que orientam na solução de problemas e na elaboração de soluções.

A gama dos temas de pesquisa é ampla: A metodologia desenvolvida segundo a lógica PAD serve para a elaboração de conceitos de pesquisa, como a linha de base, análise de percepções, desenvolvimento de pacotes metodológicos, avaliação de impactos etc., só para mencionar algumas áreas de aplicação.

Este Manual é baseado na versão alemã “Tornar Prática a Pesquisa. Pesquisa Orientada para a Ação e Decisão (PAD) (AEU) – Um Manual“, publicado em 2018 por Karin Fiege. Na presente versão em Português foram incluídos alguns aspectos adicionais, como por exemplo o anexo sobre Termos de Referência e temas como Trabalho em Equipa e Dinâmica de Grupo. No Manual em Português, além do exemplo de pesquisa orientada para a aplicação realizado no Brasil, foi ainda incluído outro exemplo, realizado em Moçambique.

Karin Fiege

¹ Uma primeira variante da PAD foi desenvolvida por Uwe Nagel no âmbito do seu trabalho como colaborador científico do SLE.

² O SLE é uma entidade da Humboldt-Universität zu Berlin que, desde 1962, vem formando pós-graduados para a área profissional da cooperação internacional. Além do campo de trabalho de Estudos, o SLE tem mais três áreas de atividade: Assessoria, que se focaliza sobretudo na cooperação inter-universitária e com outras instituições de formação não académicas, que o SLE apoia no desenvolvimento curricular; Pesquisa, que realiza projetos de pesquisa de Desenvolvimento Sustentável; Treinamento, que se centra na formação de curta duração de especialistas e gestores internacionais.

³ Na UEM, a metodologia foi introduzida no âmbito do curso de Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento (MSG) do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), desde o ano de 2008. Para além da componente formativa, a metodologia é usada em pesquisa aplicada desenvolvida em colaboração com parceiros de cooperação do setor público e privado.

⁴ Na UFRRJ, a metodologia foi introduzida no curso de Mestrado Práticas de Desenvolvimento Sustentável, em 2014 e na preparação dos docentes, em 2018, para serviços de extensão.

Índice

PREFÁCIO	7
ÍNDICE	9
GLOSSÁRIO	11
INTRODUÇÃO E PASSOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM CONCEITO DE PESQUISA	15
PLANIFICAÇÃO DE UM ESTUDO PAD: AS TRÊS GRANDES FASES	25
1 ESCLARECIMENTO DO CONTEXTO DE UTILIZAÇÃO (FASE 1)	29
1.1 Identificação e definição da razão e/ou do problema (Fase 1- Passo 1))	31
1.2 Definição dos objetivos e análise do impacto (Fase 1 - Passo 2)	36
1.3 Análise de utilizadores (Fase 1 – Passo 3)	39
1.4 Formulação de perguntas-chave (Fase 1 – Passo 4)	41
1.5 Identificação das atividades gerais (Fase 1 – Passo 5)	42
1.6 Efeitos colaterais negativos (Fase 1 – Passo 6)	43
1.7 Formas de comunicação (Fase 1 – Passo 7)	44
1.8 Apresentação dos resultados preliminares e adaptação (Fase I-Passo 8)	46
Excurso: Termos de Referência (instruções gerais)	47
2 DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO (FASE 2)	51
2.1 Seleção das principais áreas temáticas do estudo e sua concretização (Fase 2– Passo 1)	53
2.2 Obtenção dos conhecimentos necessários (Fase 2- Passo 2)	55
2.3 Concretização das áreas temáticas através de questões a analisar (Fase 2- Passo 3)	57
2.4 Elaboração de hipóteses (Fase 2- Passo 4)	60
2.5 Operacionalização: indicadores e índices (Fase 2 – Passo 5)	62
2.6 Estrutura do relatório e plano de trabalho (Fase 2 – Passo 6)	65
2.7 Apresentação dos resultados preliminares e adaptação (Fase 2-Passo 7)	67
3 SELEÇÃO DOS MÉTODOS (FASE 3)	69
3.1 Definição do procedimento metodológico (Fase 3 - Passo 1)	71
3.2 Definição das unidades de observação (Fase 3-Passo 2)	72
3.3 Definição de amostra (Fase 3 – Passo 3)	75
3.4 Instrumentos para recolha de dados (Fase 3-Passo 4)	80
3.4.1 Entrevistas	81
3.4.2 Observação	84
3.4.3 Teste de métodos	85
3.4.4 Medição direta	85
3.4.5 Análises secundárias/Análises de documentos	85
3.5 Pré-teste e treinamento dos entrevistadores (Fase 3– Passo 5)	85

4	PLANEAMENTO DA EXECUÇÃO	89
5	TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	93
5.1	Codificação	95
5.2	Organização dos dados / Matriz de dados	97
5.3	Análise de dados por meio de software	98
5.4	Triangulação	98
6	ELABORAÇÃO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	99
7	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS PRELIMINARES	103
8	FINALIZAÇÃO: SOCIALIZAÇÃO DOS RESULTADOS, AVALIAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO	107
8.1	Socialização dos resultados	109
8.2	Avaliação do processo e sistematização de experiências	111
9	FERRAMENTAS DE TRABALHO: REDIGIR E EDITAR UM RELATÓRIO EM EQUIPA	113
10	FERRAMENTAS DE TRABALHO: COMUNICAÇÃO E TRABALHO EM EQUIPAS	121
10.1	Regras de visualização Metaplan	123
10.2	Moderação	124
10.3	Contrato da equipa de pesquisa	124
10.4	Feedback	125
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	BIBLIOGRAFIA	131
	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	135
	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR PORTUGUESA	137
	ANEXO I EXEMPLOS DE CONCEITOS DE PESQUISA NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE	139
	ANEXO II MATERIAL DE APOIO	181

Glossário

Amostra

Método de seleção da Estatística e da pesquisa experimental; é um método para selecionar elementos (n) da totalidade dos elementos (N) que, devido a uma ou mais características comuns, fazem parte da área do problema ou tema a que se refere uma determinada questão (NEUBÄUMER 1982).

Avaliações de impacto

As avaliações de impacto „examinam os impactos das intervenções para o alcance de um objetivo superior da política de desenvolvimento (p. ex., o efeito de redução da pobreza das reformas da água num determinado país).

As avaliações de impacto diferem das meras atividades de monitoria, em que não são feitas atribuições de impacto, sendo antes enfatizadas as próprias tendências de desenvolvimento, ou em que a atribuição de impacto é óbvia desde o início, por ser evidente que é uma consequência direta de intervenções específicas“ (NEUBERT 2004: 1).

Avaliação do Impacto da Paz e dos Conflitos

A Avaliação do Impacto da Paz e dos Conflitos (em inglês: Peace and Conflict Impact Assessment (PCIA) é um método para analisar aspectos relevantes para a paz e os conflitos no ciclo de projetos de programas de desenvolvimento. O método contém principalmente instrumentos de análise para a monitoria e planeamento de processos (cf. ZUPAN 2005).

Desenvolvimento de Capacidades

O desenvolvimento de capacidades descreve, em termos gerais, o fortalecimento e aumento da capacidade de atingir objetivos de forma sustentável e de utilizar os recursos de forma eficiente. Pode aplicar-se a um indivíduo, uma organização ou a um grupo social.

Diagnóstico Rural Participativo

Esta abordagem participativa (em inglês: Participatory Rural Appraisal (PRA)) da cooperação para o desenvolvimento ganhou uma importância considerável no final dos anos 80 (CHAMBERS 1989, SCOONES e THOMPSON 1994). Pode ser interpretada como um meio de „permitir aos grupos locais (urbanos e rurais) analisar as suas condições de vida num processo conjunto, para entrar numa discussão dos seus resultados e para planear atividades com ou sem apoio externo. Os peritos externos apenas ativam o processo (...)“ (SCHÖNHUTH 2005: 28).

Diagnóstico Rural Rápido

O Diagnóstico Rural Rápido (em inglês: Rapid Rural Appraisal) é uma abordagem de análise e planeamento das Ciências Sociais desenvolvida no início dos anos 80. Os dados e hipóteses sobre a vida rural e os recursos rurais são recolhidos localmente num curto espaço de tempo por uma equipa multidisciplinar. Embora o conhecimento da população local seja considerado, a participação local é excluída do processo de pesquisa em si. A relação entre „pesquisador“ e „pesquisado“ mantém-se inalterada (cf. SCHÖNHUTH 2005).

Enviesamento

„Influência com efeito de distorção (p. ex., por meio de perguntas sugestivas, seleção de amostras,

entrevistador); erro sistemático que afeta a validade dos resultados da pesquisa“ (LAMNEK 1993: 383).

Iteração

Iteração significa no âmbito da Pesquisa orientada para a Ação e Decisão um processo de repetição de etapas de trabalho, de fases na elaboração de um conceito de pesquisa. Ver também: Metodo iterativo.

Hipótese

„Afirmção ou proposição que tenta explicar algo observado na realidade material ou sociocultural em termos da sua origem, causa ou impacto ou a sua relação com outros fenómenos. Uma hipótese não é uma explicação segura, mas apenas expressa uma suposição preliminar (...)“ (HILLMANN 2007: 351).

Indicador

Do latim indicare=apontar; fenómeno observado, resultado ou indicador de medição determinado empiricamente. A área habitacional por habitante, por exemplo, é um indicador social para medir a qualidade de vida (cf. KROMREY 2009).

MAPP

O método de Avaliação do Impacto de Programas e Projetos (em inglês: Impact Assessment of Programmes and Projects) é uma abordagem metodológica para medir o impacto da cooperação para o desenvolvimento. O MAPP é centrado nos atores e compreende um conjunto de sete instrumentos que se baseiam uns nos outros, segundo uma sequência lógica. Ao mesmo tempo, a abordagem pressupõe um procedimento aberto (cf. NEUBERT 2004).

Matriz Do-No-Harm

A matriz Do-No-Harm baseia-se na Abordagem das Capacidades Locais para a Paz desenvolvida em 1996 e conhecida como Do-No-Harm (DNH). Refere-se ao impacto do IC/DC no conflito como resultado das transferências de recursos, mas também das „mensagens implícitas“ (SCHMITZ 2008: 78ss.). Assim, o objetivo da matriz DNH no contexto das medidas de desenvolvimento é agir de forma sensível ao conflito e prevenir efeitos adversos desde o início.

Moderação

Por moderação entende-se um apoio metodológico a grupos de trabalho com vista à obtenção dos melhores resultados possíveis. No contexto de uma abordagem participativa, moderação distingue-se claramente de „dirigir uma discussão“: o objetivo é criar um espaço marcado pela igualdade e pela ausência de hierarquia entre todos os membros da equipa (cf. SEIFERT 1995).

Método

Um método descreve o procedimento ou abordagem sistemática adoptada para a elaboração de problemas, questões e resultados científicos, bem como para a sua testagem experimental (cf. HILLMANN 2007).

Método de cluster (Agrupamento)

O método de cluster utilizado na pesquisa social empírica serve para “dividir um número de unidades (p. ex., populações, empresas, regiões) em grupos (clusters, tipos) de acordo com os seus valores característicos, de modo que a semelhança entre as unidades dentro de grupo seja a maior possível e, por outro lado, a semelhança entre os grupos seja a menor possível“ (BACHER et al. 2010: 15ss.).

Método iterativo/ loops de feedback

Neste contexto, “iteração” significa o ,retorno‘ repetido aos passos e etapas de análise no processo de pesquisa.

Reflete-se sobre cada passo para o ajustar e completar com mais ideias e experiências. Na longa experiência do SLE na cooperação para o desenvolvimento, este método repetitivo e os chamados ciclos de aprendizagem revelaram-se indispensáveis (cf. FIEGE et al. 2012).

Metodologia

Um sistema de métodos, princípios e regras aplicados ao trabalho científico e à pesquisa. Como teoria científica em sentido estrito, a metodologia serve para explorar métodos científicos em profundidade. (cf. HILLMANN 2007). Metodologia é toda a gama de técnicas utilizadas numa abordagem científica (HALBMEYER 2010).

Monitoria Participativa do Impacto

Monitoria Participativa do Impacto (em inglês: Participatory Impact Monitoring (PIM)) é também (ver MAPP) um método de medição do impacto. É um modelo em vinte etapas, que pode ser adaptado flexivelmente aos projetos em causa (cf. WHH 2008).

Operacionalização

A operacionalização descreve o processo de operacionalização de conceitos teóricos em termos concretos para aplicação na pesquisa social empírica (HILLMANN 2007).

Pré-teste

Uma técnica de medição para testar a clareza e a validade dos instrumentos de investigação antes da pesquisa principal (PORST 2000).

Relatório inicial

Um relatório inicial é um documento conceptual que descreve o procedimento para alcançar os resultados desejados.

Descreve o trabalho de pesquisa em termos concretos (FIEGE et al.2012).

Triangulação

A triangulação descreve a observação de um objeto de pesquisa a partir de, pelo menos, duas perspectivas. A triangulação ganhou uma importância considerável no contexto da combinação de métodos qualitativos com métodos quantitativos (cf. FLICK 2011).

Variável

“Variáveis são particularidades conceituais (características) dos elementos em estudo e que podem assumir diferentes resultados” (KROMREY 2009).

Introdução e Passos para a Elaboração de um Conceito de Pesquisa

Introdução e Passos para a Elaboração de um Conceito de Pesquisa

Como pode a pesquisa científica adquirir maior relevância para a sociedade? De que modo a Ciência pode fornecer contribuições concretas e diretas para solucionar problemas das comunidades e das suas instituições? Como devem os estudos acadêmicos ser projetados e realizados de forma a assegurar que tenham uma elevada relevância prática? Estas questões são colocadas, há muito tempo, por instituições académicas. Porém, nas últimas décadas, isso acontece com maior frequência e intensidade. Também aumentou a exigência de que as universidades assumam mais responsabilidade na identificação de vias mais apropriadas para solucionar problemas de desenvolvimento, tais como a degradação da natureza, de recursos, a pobreza, as mudanças climáticas, aumento da produção e produtividade agrícola, a insegurança alimentar e muitas outras. O que se espera não são “grandes concepções” para o futuro das sociedades, mas é sobretudo necessário providenciar **soluções adequadas ao contexto para problemas existentes ao nível local**.

Como se podem elaborar e aplicar inovações adaptadas de forma a apoiar instituições e organizações da cooperação internacional para o desenvolvimento, agências governamentais de desenvolvimento, organizações da sociedade civil e grupos-alvo específicos no desenvolvimento de alternativas às práticas habituais?

Os temas que originam os debates são numerosos: a constatação da necessidade de aumentar o **impacto do trabalho de pesquisa**; argumentos normativos defendendo que a pesquisa deve ter uma influência mais específica nas decisões; a questão da democratização do conhecimento; e ainda a argumentação epistemológica segundo a qual a verdade implica várias perspectivas e a busca da verdade exige a integração de diferentes pontos de vista (OSWALD et al 2016: 2 e seguintes).

Atualmente, os investigadores já não são vistos como meros produtores de conhecimento; eles devem antes atuar como “intermediários do conhecimento” e como “agentes de mudança” (YOUNG et al. 2014: 2/240). Existe uma percepção cada vez forte de que a geração de conhecimento deve ser acompanhada de **um fortalecimento das competências institucionais para a solução de problemas e para a tomada de decisões**. O debate crítico com instituições de pesquisa assume cada vez mais importância já que, apesar de criarem inovações, elas frequentemente não sabem como fazê-las chegar ao respetivo grupo-alvo.

Assim, a própria questão de como as inovações podem ser difundidas, já é uma área específica para a investigação. Surgem também demandas mais fortes para uma nova definição de prioridades de pesquisa, produzida pelas próprias pessoas que são afetadas pelos problemas. E também é veemente a exigência de superar o fosso entre a pesquisa e a tomada de decisão (*ibidem*).

Todas estas questões e discussões não são novas, mas têm tido maior importância nos últimos tempos. A perspectiva de contribuir para estes debates norteou, há muitos anos, o desenvolvimento da **“Pesquisa Orientada para a Ação e Decisão (PAD)”**, o conceito que desde 1988 é utilizado no Centro para o Desenvolvimento Rural (SLE, sigla em alemão) da Humboldt-Universität zu Berlin. A gama de temas pesquisados é muito variada, abrangendo desde a elaboração de instrumentos para levantamento dos riscos de corrupção no setor rural, o fortalecimento da resiliência de organizações camponesas face a eventos naturais, a medição do impacto de programas de construção de estradas rurais, o estabelecimento e acompanhamento do diálogo com partes interessadas, até à agricultura urbana ou à elaboração de medidas para minimização do risco de deslizamento de encostas.⁵

⁵ No menu “Publicações” da página do SLE, www.sle-berlin.de, pode ser obtida uma visão geral sobre a diversidade de temas e problemáticas tratadas.

Princípios da Pesquisa Orientada para a Ação e Decisão

PAD⁶ contém dois termos centrais: A ação e a decisão. Pretende-se pois realizar um tipo de pesquisa que leva à ação e que facilita a tomada de decisões por parceiros de cooperação. Isso pode ocorrer de formas muito diversas, como por exemplo: disponibilizando aos parceiros uma base de conhecimento para a tomada de decisão; reunindo partes interessadas (stakeholder) para,

em conjunto, delinearem futuros cenários de desenvolvimento; disponibilizando às organizações métodos e instrumentos que permitam melhorar o seu trabalho e muitas outras.

A PAD rege-se por **quatro princípios centrais**, que caracterizam os estudos PAD: A orientação para os resultados, o trabalho em equipa e a orientação para os parceiros, a qualidade adequada e a abordagem multinível e multidimensional.

Os quatro princípios centrais da PAD

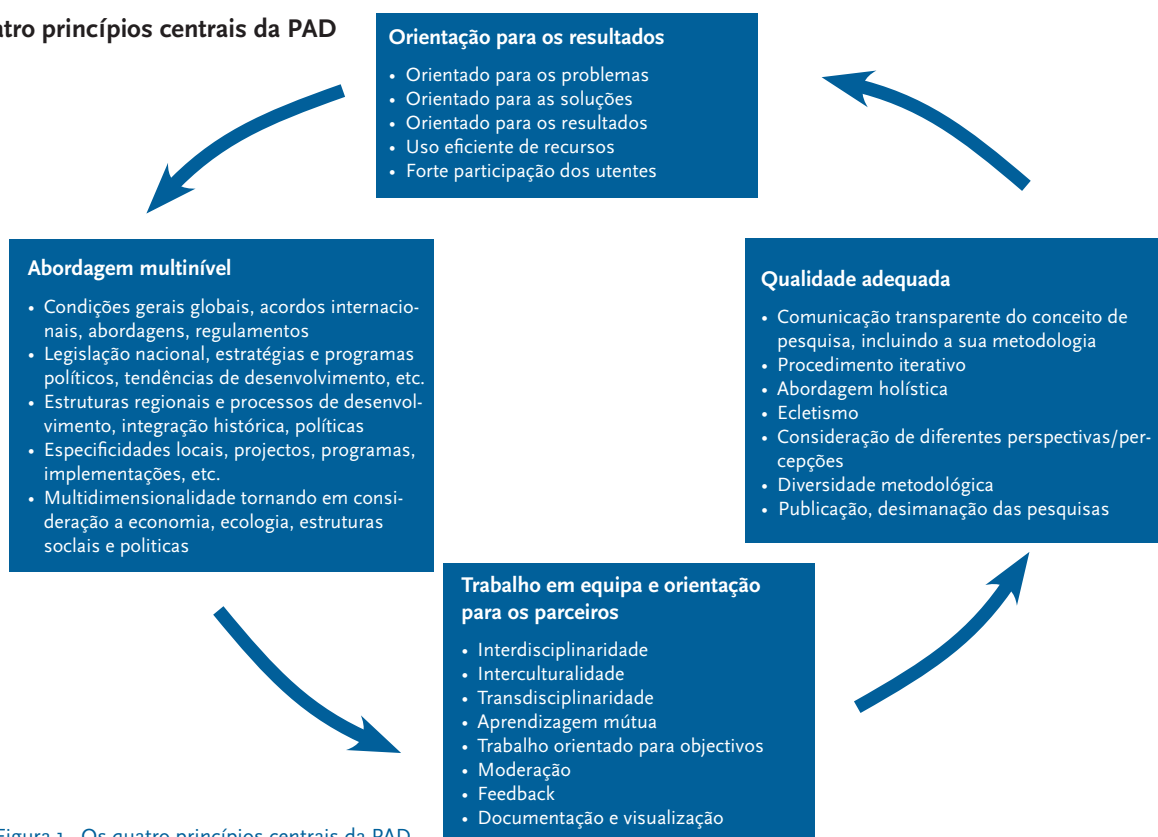


Figura 1 - Os quatro princípios centrais da PAD

⁶ Em geral, não é fácil separarmo-nos daquilo que nos habituámos a gostar e a denominação PAD já tem cerca de 30 anos. Independentemente dessa tradição, na nossa opinião ela continua a refletir a essência do conceito.

Orientação para os resultados

Os estudos e as Pesquisas Orientadas para a Ação e Decisão são realizadas para e com os parceiros de cooperação. Na PAD, a utilidade dos resultados para o parceiro é uma exigência de primeiro plano. Os estudos e a assessoria visam providenciar ao parceiro (e a outros) **informações com relevância prática e os conhecimentos necessários para a implementação**, a fim de facilitar o planeamento, a implementação e a avaliação do seu trabalho. Consequentemente, os resultados produzidos devem ser úteis para processos de decisão em curso. “O enfoque não é colocado em relações abstratas (“padrões”), mas sim na aplicabilidade das conclusões para um caso atual ou para um grupo de casos idênticos.” (KROMRAY 2009: 11). Daqui resultam várias implicações: a pesquisa concentra-se num ou em vários problemas concretos, que deverão ser solucionados através do estudo. A pesquisa deve ser direcionada para os resultados, não se restringir à mera recolha de factos, analisar, tirar conclusões e formular propostas, alternativas e recomendações para melhorar concretamente uma situação. O tipo de défices e problemas que se pretende resolver é muito diversificado, podendo ir desde a falta de conhecimento até à promoção de competências e capacidades. A orientação para a ação implica que nos estudos PAD é assumida uma responsabilidade pelos resultados e pelas recomendações a implementar. Para garantir a sua implementação, os estudos PAD baseiam-se numa análise detalhada dos problemas e dos utentes. A clarificação dos recursos disponíveis dos utentes, ou seja, o quadro realista a ter em conta na elaboração de soluções alternativas, é também essencial nos estudos PAD.

No âmbito da pesquisa orientada para a prática, questiona-se frequentemente até que ponto vai a responsabilidade do/da pesquisador/a pela aplicação dos resultados. Será a equipa de pesquisa responsável por assegurar que as recomendações sejam realmente implementadas na prática? Seguramente que não, já que não é possível obrigar os parceiros de cooperação a realizarem determinadas atividades. Porém, a

equipa de pesquisa tem como responsabilidade assegurar que os resultados têm potencial para serem implementados – o que está fortemente relacionado com a adequação ao contexto das soluções propostas.

A orientação dos estudos PAD para os resultados exige uma elevada ética de pesquisa. É necessário considerar possíveis efeitos colaterais e conceber os estudos de forma crítica, tendo em conta a abordagem “*Do-no-harm*”.

Trabalho em equipa e orientação para os parceiros

Uma pesquisa que é orientada para a prática e que se focaliza em decisões e soluções, não pode ser realizada dentro da “torre de marfim” académica. É essencial clarificar com exatidão as perspectivas, visões e expectativas dos parceiros de cooperação no âmbito do estudo (instituições governamentais ou não governamentais, setor privado, organizações internacionais) instituir e assegurar um diálogo contínuo com os utentes dos resultados dos estudos. O quadro da pesquisa - os Termos de Referência concretos - precisa de ser clarificado através do diálogo conjunto com os parceiros de cooperação.

Os estudos PAD não são indicados para quem trabalha como “lobo solitário”. Os atuais problemas no contexto de desenvolvimento são multidimensionais e a sua solução requer não só a contribuição de diferentes disciplinas, mas também a tomada em consideração de diferentes percepções. **Interdisciplinaridade, interculturalidade e transdisciplinaridade** são componentes importantes para estudos de elevada qualidade. A orientação para os objetivos é essencial para o êxito do trabalho de equipa. Os estudos PAD são realizados num determinado (e limitado) período de tempo, com determinados (e limitados) recursos e só podem ter êxito se a equipa de pesquisa não perder de vista o objetivo visado. Por sua vez, um trabalho orientado para os objetivos requer uma boa moderação e estruturação do processo de trabalho, uma cultura de *feedback* construtivo - que possibilite a eliminação de erros

e o aperfeiçoamento dos processos -, uma boa documentação - em especial quanto à divisão do trabalho - e um cronograma realista, com metas adequadas.

Mas o principal é que a equipa de pesquisa possua as competências de comunicação e de assessoria necessárias para poder comunicar os resultados aos diversos grupos-alvo. *“It is no longer sufficient to produce ‘world-leading’ academic articles in isolation: effective scholars, as imagined within impact evaluation practices, are also skilled in communicating their research to multiple audiences* (WILLIAMS 2013:232 citado em OSWALD 2016: 10). A PAD exige que pesquisadoras/es façam um ato de equilíbrio entre a pesquisa e a ação, *“...in order to make their research useful and relevant...”* (ibidem).

Qualidade adequada

Sendo a aplicabilidade o seu principal aspecto, os estudos delineados e realizados no âmbito da PAD não se enquadram num tipo de pesquisa fundamental. Não se pretende produzir “grand theory”, mas sim teorias de média abrangência, que permitam explicar determinados fenómenos (ver também BROWN et al. 2014: 40).

Que implicações tem isso no que toca aos **padrões científicos**? O foco da PAD está naquilo que o Institute for Development Studies (IDS), conceituado em pesquisa orientada para a prática, designa já há décadas como *engaged excellence* (IDS 2016). Não se pretende procurar a verdade científica absoluta, mas sim realizar estudos de elevada qualidade. *“There has been a long and vibrant debate within academia about how to define rigorous and robust research. Different research paradigms have different understandings depending on their epistemological viewpoint”* (OSWALD et.al 2016: 4). Para definir um conceito de pesquisa robusto e rigoroso no âmbito da PAD, é importante considerar os princípios da inter- e da transdisciplinaridade. Os métodos de pesquisa devem ser comunicados e discutidos de forma transparente. Devido a limitações financeiras e

de tempo dos estudos PAD, pode acontecer que, em certas circunstâncias, seja necessário escolher métodos que são “second best”-opções, para a realização da pesquisa sob as condições existentes. Em vez de dispendiosos estudos de painel, pode-se usar o story telling ou entrevistas com grupos de controle para obter indicações sobre processos de mudança; pequenas amostragens baseadas em quotas bem selecionadas podem ser mais realistas do que inquéritos representativos – os quais, sobretudo nos países em desenvolvimento, já são problemáticos devido à falta de conhecimento sobre o universo (decorrente da falta de dados estatísticos). De qualquer modo, é necessário fazer a seleção dos métodos com o maior cuidado, por forma a que possibilitem a testagem das hipóteses elaboradas, a recolha de dados para determinar a linha de base pretendida e a formulação de afirmações sobre as atitudes. Não se trata apenas de estudar factos, mas também valores, posturas, atitudes e percepções. Quando é observada desde diferentes perspectivas, a suposta Verdade adquire maior complexidade e profundidade. Esse é também um objetivo da PAD. *“For the purposes of applied research, this means that the field of study is always changing and always includes the values (and the value debate) that pertain to the problem or situation under study...This also means that the tools that are used to conduct applied research must be able to explicitly access and accommodate values on various levels of understanding”* (BROWN et al 2014: 40).

O desenho da pesquisa, a metodologia aplicada e os instrumentos utilizados devem ser apresentados de forma transparente. Antes da fase de pesquisa no terreno, o conceito da pesquisa deve ser discutido com público especializado interessado e com os parceiros de cooperação e, caso necessário, deve ser adaptado. Os objetivos, as dimensões temáticas e a metodologia do estudo são fixados por escrito num relatório inicial (inception report). Os resultados são relatados aos grupos-alvo e, desse modo, verificados. Durante todo o processo de levantamento, a equipa de pesquisa e os parceiros de cooperação devem manter-se

em comunicação, a fim de evitar que a pesquisa se afaste das problemáticas reais. Isso requer um processo de pesquisa iterativo, ou seja, o conceito de pesquisa não é rígido, ele vai evoluindo de acordo com o grau de conhecimento.

Os critérios mais importantes para a qualidade dos estudos PAD são:

- Transparência;
- Plausibilidade, lógica, profundidade analítica, referenciamento teórico, abrangência, aplicabilidade dos resultados, delimitação da temática da pesquisa (definição dos limites do sistema dentro do qual vão ser colhidos os dados e produzidas as afirmações);
- Limitação das informações (saber o que precisamos de saber!);
- Métodos adaptados à aplicação (instrumentos adequados aos recursos humanos e temporais disponíveis);
- Triangulação: Utilização de diversos instrumentos metodológicos e fontes de informação para assim obter um grau mais elevado de plausibilidade dos dados e das conclusões.

Abordagem multinível e multidimensionalidade

A multidimensionalidade e a abordagem multinível são princípios a considerar em todos os estudos de pesquisa orientada para a prática. Cada estudo se enquadra num contexto complexo, sendo necessário considerar as condições existentes no nível internacional e **no contexto nacional**, bem como as especificidades regionais e **as particularidades locais**. A contextualização dos problemas deve pois ser feita e explicitada em vários sentidos. Para certos temas isto poderá, eventualmente, parecer excessivo. No entanto, é sabido que as estratégias propostas para a solução de problemas facilmente podem ser obstruídas por condicionalismos estabelecidos num nível superior, como seja legislação, diretrizes, planos, regulamentos, etc. O conhecimento dessas condições e a avaliação dos seus efeitos é pois uma pré-condição para a elaboração de alternativas realistas. A PAD requer também que o exame dos

problemas de desenvolvimento seja feito a partir de diferentes dimensões. A economia, a ecologia, as instituições e as estruturas sociais estão de tal modo interligadas, que as intervenções numa determinada área têm sempre consequências para as outras áreas. Tal como escreve Theo Rauch no seu livro sobre a política de desenvolvimento “... a experiência das décadas passadas e os críticos ensinam-nos que ela só pode ter êxito se for alicerçada em todos os níveis, desde o global até ao local. E tomando em consideração todas as dimensões da vida humana – as dimensões do desenvolvimento sustentável –.” (RAUCH 2009: 119). Poderia ainda acrescentar-se que o mesmo é válido para a pesquisa centrada na formulação de soluções para problemas de desenvolvimento.

A utilização da PAD, ou: A quem é dirigida a metodologia?

Tal como foi anteriormente mencionado, a PAD pode ser usada como orientação metodológica e para o planeamento de estudos e pesquisas muito diversificados, independentemente do tema concreto. A PAD é uma ajuda para a sistematização da abordagem, não é uma instrução rigorosa.

Na **fase de preparação** de uma pesquisa orientada para a prática, a PAD apoia a equipa de pesquisa na elaboração de um **conceito de pesquisa** consistente que

- Indica claramente os objetivos do estudo;
- Clarifica a dimensão temática do estudo;
- Define um procedimento metodológico adequado à temática e
- Estabelece um plano de trabalho realista para todo o decurso do estudo.

A PAD pode ser utilizada por diferentes pessoas e grupos de um vasto campo da pesquisa na área do desenvolvimento:

- Equipas de pesquisa universitárias;
- Peritos/as da área da cooperação para o desenvolvimento;
- Gestores/as de projetos que concebem estudos;
- Especialistas e peritos/as de instituições públi-

cas, políticos e atores da sociedade civil que encomendam ou realizam pesquisas orientadas para a prática;

- Colaboradores/as de Think Tanks.

Obviamente que também é possível usar a PAD na preparação e realização do trabalho como pesquisador/a ou perito/a individual, o trabalho em equipa não é uma condição obrigatória da pesquisa orientada para a prática. Porém, a experiência mostra que uma visão disciplinar mais ampla aumenta as possibilidades de aplicação da abordagem multidimensional e multinível e de obtenção de bons resultados de pesquisa para a solução de problemas de desenvolvimento.

Precusores e seguidores: Uma breve incursão histórica

Os princípios que orientam a pesquisa orientada para os resultados não são novos e encontram-se – embora com diferentes tónicas – em conceitos de pesquisa com diferentes denominações: *Problem Based Research*, Pesquisa Orientada para a Solução de Problemas, *Decision Oriented Research*... A todas elas é comum o intuito de superar a distância entre a pesquisa e a prática, mas também entre o conhecimento académico e o conhecimento local. A pesquisa pretende operar mudanças. Um dos primeiros representantes deste tipo de pesquisa foi o psicólogo social KURT LEWIN. LEWIN pretendia estabelecer hipóteses práticas e, com base nelas, impulsionar mudanças no campo social. Estas, por sua vez, deveriam ser acompanhadas por estudos de longo prazo. A abordagem desenvolveu-se sobretudo nas áreas das Ciências de Educação e de Assistência Social e, mais recentemente, também na pesquisa sobre Saúde e sobre Cuidados Básicos (ver, por ex. MEYER 2010 e ZOYER et al. 2013).

Na cooperação para o desenvolvimento, os conceitos da **Pesquisa-Ação**⁷ adquiriram especial importância no contexto do desenvolvimento

comunitário (*community development*) e, no Sul Global, tornaram-se famosos através do pedagogo PAULO FREIRE, entre outros. Desde os anos 80, os métodos orientados para a prática da Pesquisa-Ação foram aperfeiçoados também para a área de desenvolvimento, em especial pela escola em torno de ROBERT CHAMBERS e através das pesquisas do *Institute of Development Studies*, em Brighton. Esses métodos tornaram-se conhecidos como *Rapid Rural Appraisal*, *Participatory Rural Appraisal*, *Participatory Learning Appraisal*, etc. Subsequentemente, ferramentas metodológicas para numerosos contextos específicos foram elaboradas e rapidamente difundidas, também em projetos da cooperação internacional para o desenvolvimento.

A PAD aprendeu muito com estas discussões e abordagens, mas a abordagem sistemática ao contexto de pesquisa baseia-se mais nos Princípios do Quadro Lógico, na Teoria da Mudança e, naturalmente, nos procedimentos clássicos da Pesquisa Social Empírica (contexto de identificação e delimitação do problema, contexto teórico e metodológico e contexto de utilização; ver FRIEDRICH 1985 e KROMREY 2009).

Ao longo dos anos, a PAD aprendeu com todas estas abordagens, conceitos, ferramentas. O propósito de combinar na pesquisa uma abordagem orientada para a prática com padrões científicos da pesquisa empírica, de aprender com as experiências e de aperfeiçoar o conceito manteve a sua relevância até aos dias de hoje. A PAD direciona a sua abordagem mais para os intermediários do que para os grupos-alvo locais: visando a sustentabilidade, são apoiadas organizações, instituições, projetos, intermediários, multiplicadores, etc. na busca de soluções sustentáveis para problemas de desenvolvimento.

⁷ Não é possível abordar aqui os prós e contras da Pesquisa-Ação e a sua discussão CRÍTICA no âmbito da chamada “disputa do positivismo” na sociologia alemã. Para uma boa visão geral, consultar UNGER 2014.

Como ler o Manual?

O presente Manual providencia instruções para o planeamento sistemático de uma pesquisa orientada para a prática. Os passos são apresentados de forma cronológica e na sua sequência progressiva: só faz sentido refletir em detalhe sobre os conteúdos quando já sabemos quais são os objetivos da nossa pesquisa, a quem se destinam os resultados e qual a utilização pretendida; só depois de compilar os conteúdos temáticos em toda a sua profundidade e amplitude faz sentido definir quais são os instrumentos metodológicos adequados. No entanto, cada passo insere-se num processo iterativo: habitualmente, o pesquisador retorna às etapas anteriormente trabalhadas para as questionar sob uma perspectiva crítica, as rever e adaptar de acordo com os novos conhecimentos adquiridos. Assim, na PAD fazem-se várias passagens pelo sistema.

Nem todos os passos apresentados são igualmente relevantes para cada estudo. Em conformidade com a respetiva temática, alguns passos podem ser abreviados, outros poderão necessitar de ser aprofundados. O procedimento deverá ser sempre adaptado a cada estudo concreto.

Procurámos ilustrar os vários passos através de exemplos concretos. Para isso, foram selecionados dois estudos com temáticas diferentes. Num caso, trata-se de uma pesquisa realizada em cooperação com a GIZ no Brasil, sob o tema “Percepção social de riscos ambientais”, que incluiu um levantamento empírico e a elaboração de medidas de sensibilização e treinamentos para multiplicadores. O outro exemplo foi uma pesquisa em cooperação com a Ação Agrária Alemã, na qual foi feito um levantamento sobre comités de co-gestão de riscos de calamidades na província de Chinde, em Moçambique.

Para facilitar o uso da metodologia, encontram-se no fim de cada passo fichas de trabalho que apresentam novamente o procedimento, de forma resumida e clara. O anexo contém também documentos sobre temas que consideramos relevantes para a realização da PAD, mas que

não fazem sistematicamente parte do método: trata-se de orientações que podem ser úteis para a elaboração de estudos/relatórios, de Termos de Referência, para um procedimento sensível aos conflitos na pesquisa, etc.

Planificação de um Estudo PAD: As três grandes Fases

Planificação de um Estudo PAD: As três grandes Fases

Quais são os requisitos para que uma equipa de pesquisa possa realizar uma pesquisa orientada para a prática? Ela precisa de:

- Ter uma ideia clara e comum sobre o problema e o objeto do estudo;
- Ter uma ideia sobre quem irá resolver o problema na prática;
- Desenvolver um sistema de objetivos, que defina todos os resultados a alcançar;
- Identificar a dimensão de todos os temas de pesquisa a serem tratados;
- Esclarecer o procedimento metodológico a ser adoptado; e
- Identificar os instrumentos a serem usados na pesquisa.

O conceito da pesquisa, a ser elaborado com base nestas questões, e um *Inception Report* (Relatório Inicial) redigido por escrito, que expõe o conceito no seu todo, visam uma definição clara da orientação ao nível do conteúdo e da metodologia do estudo. Sobretudo tendo em conta as fortes limitações temporais, estas orientações são da maior importância, já que ajudam a centrar a temática do estudo naquilo que é essencial e a delinear um procedimento realista em concertação com os parceiros de cooperação. A qualidade dos resultados do trabalho empírico vai depender da qualidade do conceito da pesquisa.

A elaboração do conceito da pesquisa segue três passos principais, que se baseiam sucessivamente, e de forma lógica, uns nos outros:

Fase 1 – Esclarecimento do Contexto de Utilização:

nesta fase, é esclarecida a razão/ justificação para a realização do estudo, são identificados os objetivos e utilizadores dos resultados, formuladas perguntas-chave, discutidos possíveis efeitos negativos colaterais e estabelecidas as formas de comunicação.

Fase 2 - Definição do Conteúdo: são definidos as áreas temáticas da pesquisa, as questões a analisar, identificadas as fontes de informação e definidas hipóteses e indicadores.

Fase 3 - Seleção de Métodos: são selecionadas as unidades de pesquisa e a amostra, é descrito o conjunto de instrumentos metodológicos a serem usados na consecução dos resultados e o procedimento para a análise.

Simultaneamente, a equipa organiza o estudo e atualiza continuamente o **plano de trabalho**.

No final das três fases, a equipa de pesquisa dispõe de um conceito de pesquisa consistente, que deve ser apresentado publicamente antes da fase de campo, e de um relatório inicial, que deve ser acordado com os parceiros de cooperação.

O início de uma fase não significa necessariamente que a anterior esteja finalizada. É legítimo e adequado que se avance nos itens/fases seguintes e sempre que necessário se recue novamente para completar lacunas existentes. Assim, estaremos perante um sistema de círculos iterativos com vista a ultrapassar lacunas de informação que possam existir. A interação entre a equipa de pesquisa e os parceiros é crucial.

Fase	Passos
Fase 1 Esclarecimento do Contexto de Utilização	• Identificação e definição da razão e/ou do problema • Definição dos objetivos e análise do impacto • Análise de utilizadores • Atividades gerais • Formulação das perguntas-chave • Efeitos colaterais negativos • Formas de comunicação • Apresentação dos resultados e adaptação
Fase 2 Definição do Conteúdo	• Seleção das principais áreas temáticas do estudo • Concretização através de questões de pesquisa, identificação de fontes de informação • Formulação de hipóteses • Operacionalização: Indicadores e índices • Elaboração do plano de trabalho • Esboço da primeira versão da estrutura do relatório final • Apresentação dos resultados e adaptação
Fase 3 Seleção de Métodos	• Definição do procedimento metodológico • Determinação das unidades de pesquisa • Definição da amostra • Seleção dos instrumentos empíricos e técnicas de análise de dados • Pré-teste e adaptação ao contexto real • Apresentação dos resultados e adaptação
Relatório Inicial	• Elaboração do Relatório Inicial e obtenção de feedback do parceiro de cooperação
Conceito da Pesquisa ⁸	► Compilação do conceito de pesquisa ► Apresentação e adaptação

⁸ Recomenda-se que no fim da elaboração de cada fase seja feita uma apresentação ou análise conjunta dos resultados alcançados com o parceiro de cooperação, por forma a nivelar o conhecimento entre as partes e esclarecer as expectativas das partes.

1 Esclarecimento do Contexto de Utilização (Fase 1)

1 Esclarecimento do Contexto de Utilização (Fase 1)

A clarificação exata do contexto de utilização é a etapa-chave para a preparação do estudo e a base para todas as fases seguintes da elaboração do conceito da pesquisa. A equipa só pode produzir resultados que satisfaçam as expectativas do parceiro de cooperação se estiver claramente definido quais são os utilizadores, os objetivos e resultados que se esperam do estudo. Embora as linhas mestras do trabalho sejam definidas pelo

parceiro de cooperação, através dos Termos de Referência, às vezes elas são pouco específicas, podendo ser inconsistentes ou abstratas e deixar espaço para diferentes interpretações. A análise aprofundada do contexto de utilização permite, através de discussões entre os membros da equipa e com o parceiro de cooperação e/ou as contrapartes, chegar a uma definição clara dos objetivos pretendidos.

Objetivo da fase 1: No final desta fase, a equipa de pesquisa deve ter uma ideia clara e conjunta sobre o contexto de utilização do estudo.

FASES	PASSOS
Fase 1 Esclarecimento do Contexto de Utilização	1 Identificação e definição da razão do estudo e/ou do problema a resolver 2 Definição dos objetivos e análise do impacto 3 Análise de utilizadores 4 Formulação das perguntas-chave 5 Atividades 6 Efeitos colaterais negativos 7 Formas de comunicação 8 Apresentação dos resultados e adaptação

1.1 Identificação e definição da razão e/ou do problema (Fase 1- Passo 1)

Uma pesquisa aplicada normalmente resulta de um problema existente, por isso coloca-se a questão: Que problema deve ser resolvido através da pesquisa? Quem é afectado pelo problema? Que dimensões do problema a equipa de pesquisa deve levar em consideração?

Estas perguntas parecem fáceis, mas na realidade não são, uma vez que, sem um entendimento mais abrangente sobre as causas dos problemas, será difícil elaborar soluções adaptadas ao contexto. Exemplo: Os conflitos sociais sobre a terra são consequência de: A) uma falta de legislação sobre a posse da terra? B) Ou são resultado da fraqueza das instituições estatais que não conseguem colocar na

prática a legislação existente sobre posse da terra? Ou existe legislação clara sobre a posse da terra e instituições que garantem a sua aplicação, mas falta um sistema de informação para o grupo-alvo obter mais dados sobre os direitos e as vias a seguir para aceder a esse direito? Isso significa que é necessário identificar bem as causas e as consequências, mesmo que muita das vezes pareçam óbvias; os exemplos referidos acima mostram que não são. Antes de avançar para os passos subsequentes a equipa de pesquisa deve pois dedicar suficiente tempo à análise de problemas. “The pressure to deliver results often limits the amount of time available to define the root cause of a problem. This is a false economy, as it can lead to projects and programmes that address symptoms rather than causes” (YOUNG et al: 2014: 12). “A careful

statement of the problem goes a long way towards its solution” (HICKS e TURNER, em: ELLIS et al. 2008: 18).

O problema central é a razão que justifica a realização de um estudo orientado para a prática. Tanto quanto possível, o problema central deve ser formulado em termos do nível de impacto. A simples falta de algo, em si, não é um problema. Essa falta pode, porém, ter consequências problemáticas. Além disso, o problema central deverá poder ser solucionado através da pesquisa orientada para a prática – ou, pelo menos, a equipa de pesquisa deve poder dar um contributo concreto para a solução do problema.

Do ponto de vista metodológico, há muitos instrumentos para fazer uma análise de problemas. O instituto canadiano *Overseas Development Institute* (ODI) propõe a aplicação da chamada “*Five Whys Technique*”:

“The five whys’ technique asks you to identify the initial problem and then answer why it is a problem five times. After the fifth ‘why’ you will have reached

a real depth of understanding about the issue. This helps you beyond the initial issues or those that are immediately apparent, to work out what is causing a problem and where the most effective entry points are” (YOUNG et al. 2014: 12).

Entre as várias formas gráficas possíveis para representar a análise, encontram-se a “Árvore de Problemas”, que visualiza as relações de causa-efeito, o “Mapa Mental” (*Mind Maps*), que representa conjuntos (*Cluster*) de complexos de problemas ou ainda o “Diagrama Espinha de Peixe” (ibid. 13).

Em estudos relacionados com projetos e programas de desenvolvimento podem distinguir-se três níveis de problemas:

- Problema ao nível **do grupo-alvo**
- Problema ao nível **da organização**
- Problema de falta de **informação**

Exemplo: Níveis do problema, **Brasil 2013** (Percepção de riscos e adaptação à mudança climática)

Problema do grupo-alvo	■ Elevado grau de probabilidade de ser afetado por fenómenos climáticos extremos (prejuízos graves materiais e pessoais).
Problema da organização	■ Pouca consideração das recomendações das medidas para a prevenção de riscos por parte dos responsáveis do poder público e pelo grupo-alvo.
Problema de informação	■ Problema de falta de conhecimento: falta de informação sobre o grupo-alvo e sobre a sua percepção dos riscos ambientais.

A análise do problema já exige algum conhecimento da situação. Nos casos em que a equipa de pesquisa não disponha de informação detalhada, deverá recorrer a bibliografia sobre o tema e consultar especialistas que

possam ajudar na análise do problema. No entanto, a elaboração aprofundada do conteúdo só deverá ser realizada na fase seguinte.

Exemplos de Estudos do SLE: Brasil 2013 e Moçambique 2009

Neste Manual são utilizados dois estudos PAD para ilustrar com exemplos as diferentes fases da PAD: um estudo no Brasil, realizado em 2013 e um em Moçambique, de 2009. Ao longo do texto, são apresentados exemplos da aplicação dos passos da metodologia PAD. No final do Manual constam os conceitos completos, para facilitar a compreensão da sua elaboração.

Brasil 2013 – Resumo sucinto: Percepção dos riscos e adaptação à mudança climática baseada em ecossistemas na Mata Atlântica (ver o anexo I).

Uma equipa do SLE/UFRRJ realizou em 2013 um estudo sobre a percepção da população local em relação aos riscos ambientais e a adaptação à mudança climática baseada em ecossistemas no estado do Rio de Janeiro. O estudo foi realizado no âmbito do projeto “Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica”, o qual está a ser implementando pelo Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA), com apoio técnico da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. Na base dos resultados da pesquisa sobre a percepção e de pesquisas adicionais foi elaborado um conceito de sensibilização com o objetivo de aumentar a participação da população local na redução de riscos.

Principal justificativa do estudo: No Brasil, o maior impacto da mudança climática vai ser provavelmente o aumento dos fenómenos climáticos extremos, causando deslizamentos de terra e enchentes, como aconteceu em Janeiro

de 2011, quando chuvas torrenciais na Região

Serrana do Estado do Rio de Janeiro provocaram uma catástrofe que originou mais de 900 mortos, cerca de 300 desaparecidos e mais de 35.000 desalojados. Não só a mudança climática desempenha um papel neste processo, mas também a degradação dos ecossistemas locais (LANGE et al. 2014).

Moçambique 2009 - Resumo sucinto: Diagnóstico sobre Gestão de Risco de Calamidades

Uma equipa da UEM realizou em 2009 um “Diagnóstico rural sobre Gestão de Risco de Calamidades: Caso de Distrito de Chinde” para a Ação Agrária Alemã (AAA), uma organização alemã que trabalha há muitos anos na área da ajuda humanitária. A AAA iniciou um projeto de “Reforço das Capacidades Comunitárias de Prontidão para Desastres na Bacia Baixo do Rio Zambeze. A implementação do projeto prevê dentre vários aspectos o conhecimento de realidade socioeconómica do distrito e as experiências da Gestão de Risco para facilitar a implementação do projeto em causa. O grupo interdisciplinar da UEM levantou dados sobre a situação económica e social nas comunidades do distrito de Chinde, sobre experiências com as cheias que acontecem com regularidade no distrito, sobre estruturas formais e informais na gestão de riscos, sobre o sistema de informação e comunicação.

Chinde é um distrito que se localiza na Província da Zambézia, no Norte de Moçambique, e é um dos distritos os mais pobres no país, com rendimentos baixos, uma alta taxa de mortalidade infantil e com uma infraestrutura técnica e social muito deficiente.

A análise do problema deve mostrar as conexões lógicas entre os diferentes níveis. Ela serve para entender qual é a função do estudo no contexto social. Na análise de problemas pode ser importante usar uma abordagem multinível e perspectivas

multidimensionais, para assim identificar possíveis dimensões do estudo. Ao realizar esta análise, a equipa só deve elaborar o que é possível com as informações de que dispõe nesse momento.

Poderá acontecer que o problema central, por exemplo, de uma organização (parceira), seja precisamente um dilema, resultante de um conflito entre diferentes objetivos - como

● pode acontecer entre Economia (geração de renda, redução da pobreza) e Ecologia (proteção da biodiversidade) na gestão de um parque nacional. Ao contrário de um problema, este conflito entre objetivos não pode ser “solucionado”, só poderá ser gerido de uma forma melhor.

O problema central identificado para o estudo no Brasil foi formulado do seguinte modo:

- Falta de informação sobre o grupo-alvo e a sua percepção dos riscos ambientais e dos serviços ecossistémicos.

Para o estudo em Moçambique foi definido o seguinte problema central:

- Falta de informação sistematizada de apoio para implementação do novo projeto da Ação Agrária Alemã.

Há também estudos de pesquisa que têm como fim principal a elaboração de conceitos metodológicos. Neste caso, o procedimento a seguir para a análise do problema é diferente, pois não se trata de identificar um problema do grupo-alvo. Mesmo assim, poderá ser recomendável fazer uma análise do problema, a fim de esclarecer o contexto de utilização e de identificar a questão central em que o trabalho da equipa vai incidir.

Depois de concretamente identificada a razão e/ou problema a que a pesquisa vai responder, os passos seguintes referem-se aos objetivos do estudo e aos utilizadores dos resultados. **Uma análise sobre a utilização dos resultados e dos impactos da pesquisa é de capital importância** no âmbito do esclarecimento do contexto de utilização. Só com base na análise dos utilizadores e dos objetivos do estudo é possível corresponder às expectativas dos parceiros e ao critério de promover mudanças (os resultados não devem ficar a apanhar poeira na gaveta duma organização).

Fase 1 – Passo 1: Identificação e definição da razão e/ou problema que justifica a realização do estudo	
Resultado	A equipa desenvolveu uma visão comum sobre as razões ou os problemas que justificam a realização do estudo e os níveis do problema foram identificados.
Perguntas-chave de moderação/ procedimento	Discutir na equipa as seguintes perguntas, com base nos materiais já disponíveis (Termos de Referência, documentos do projeto/da organização, outros documentos) e informações (experiência do líder da equipa nos contatos preliminares, conhecimentos dos parceiros): ■ Que problema(s) existe(m) em relação ao grupo-alvo (problema do grupo-alvo)? ■ Que problema(s) ao nível da organização levou/(levaram) à realização do estudo (problema da organização)? ■ Que problema de conhecimento (problema de informação) existe e como deverá ser resolvido este problema através do estudo? ■ Discutir a interligação lógica entre os três níveis
Dicas	■ Preparar a moderação com base no Manual ■ Definir os papéis desde o início (visualização, etc.) ■ Preparar propostas para a elaboração deste passo (por. ex. trabalhar com o mapa mental)
Material	■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis, quadro ■ <i>Laptop</i>, <i>datashow</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registrar o resultado por escrito (em ata, num painel, <i>flipchart</i>, etc.) ■ De forma legível e concisa, por ex. em forma de um mapa mental ■ Ata: registar questões não respondidas, controvérsias, informações incompletas, etc. ■ Fotografar os resultados, caso necessário (por ex. os resultados escritos num <i>flipchart</i>).

1.2 Definição dos objetivos e análise do impacto (Fase 1 - Passo 2)

Em geral (mas nem sempre) os objetivos e os resultados dos estudos orientados para a aplicação são evidentes. A própria análise do problema estabelece um quadro de referência normativo: a pesquisa deve ter como efeito a redução ou a solução de problemas, ou permitir uma melhor gestão de dilemas. Os parceiros de cooperação que pretendem implementar os resultados dos estudos têm uma ideia do tipo de resultados de que necessitam (por ex. medidas de capacitação, ou dados para a linha de base, ou manuais, ou indicadores para medição do impacto, etc.), para melhorar a situação. Geralmente, é previamente feito um acordo com o parceiro de cooperação sobre os Termos de Referência ou o quadro de referência da pesquisa, que a qualifica e quantifica. Uma análise crítica do quadro de pesquisa ajuda a equipa a ficar bem elucidada sobre o contexto e os conteúdos da pesquisa. Se (ainda) não tiver sido estabelecido um quadro de pesquisa, a equipa deverá elaborá-lo em conjunto com os atores para quem os resultados têm relevância prática.

Primeiramente, a equipa de pesquisa tem que analisar os objetivos do estudo (*outcomes*). Um objetivo/outcome formula o efeito de uma pesquisa aplicada e tem que definir exatamente: os utilizadores dos resultados da pesquisa; como os parceiros de cooperação vão utilizar ou aplicar os resultados; em que sentido os resultados vão ser úteis, o que vai mudar, melhorar e desenvolver-se de maneira positiva através do estudo. O estudo pode ter mais de um objetivo (*outcome*) e pode haver também diferentes utilizadores para diferentes objetivos e resultados.

No estudo realizado pelo SLE no Brasil foram definidos vários objetivos, entre os quais:

- Os utilizadores aplicam e distribuem a metodologia para o levantamento da percepção de riscos e de serviços ecossistémicos em relação aos eventos climáticos extremos.

E no caso de Moçambique foram definidos dois objetivos:

- A Ação Agrária Alemã usa os resultados do estudo para melhorar a capacidade de comunidades de Chinde de prontidão a desastres na bacia do Zambeze. E: A Ação Agrária Alemã usa os resultados do estudo para melhorar o enquadramento das estratégias de GRC (ver anexo I).

Num segundo passo, há que esclarecer que **resultados (output)** a equipa deve produzir para atingir o objetivo. Ou já existe uma lista completa dos resultados nos TdR, ou a equipa de pesquisa tem que esclarecer ainda os resultados junto dos parceiros de cooperação. Este passo é importante para a elaboração de um plano de pesquisa realista, porque obriga a equipa a definir todos os resultados necessários para o alcance do objetivo. Por exemplo, no caso de uso de multiplicadores, eles devem conhecer e dominar o conceito para sensibilização sobre riscos ambientais, mas também devem saber aplicar o conceito. Não é suficiente a equipa de pesquisa escrever o conceito e entregar os resultados; deve ainda ser incluído o treinamento dos multiplicadores e ser efetuada uma testagem, para analisar o nível de compreensão e apropriação dos conteúdos e a sua aplicação prática. O estudo no Brasil definiu como resultados: “Desenvolvimento de uma metodologia transferível; levantamento de dados empíricos sobre percepção social e desenvolvimento e implementação, na prática, de uma estratégia de sensibilização para educação e comunicação ambiental. O estudo em Moçambique definiu vários resultados, entre os quais: “Analisadas estruturas organizativas comunitárias para a prevenção das calamidades”, “Conhecido o sistema e o mecanismo de comunicação comunitária diante das situações de risco analisadas”, e ainda outros (ver anexo I).

Todos os resultados devem ser documentados (por exemplo: a realização de workshop para treinamento; a elaboração de material didático; elaboração de banco de dados, etc.). Os resultados devem ser descritos duma maneira precisa, por exemplo, sendo especificados através de indicadores (X workshops de treinamento com X participantes durante um período de X semanas).

Finalmente, há que definir o **objetivo global (impact)**, o qual deve enunciar o benefício que os resultados trazem para o grupo-alvo. Pretende-se que as organizações não utilizem os resultados do estudo apenas para fins institucionais, mas sim que os enquadrem no cumprimento da sua missão de desenvolvimento. No exemplo do estudo realizado no Brasil, em 2013, o objetivo global definido foi: A sociedade civil participa melhor na redução de riscos associados a fenómenos climáticos extremos focando na valorização dos sistemas ecossistémicos. No exemplo do estudo em Moçambique, o objetivo global foi: “Melhorada a capacidade das comunidades do Distrito de Chinde de enfrentar e/ou superar os efeitos das calamidades, definindo estratégias próprias na base das suas condições socioeconómicas e experiências locais da gestão de calamidades.

Há que ter em mente que, em geral, o objetivo global se situa muito além dos resultados do estudo, pelo que, nas suas discussões, a equipa deve concentrar-se na definição do objetivo do estudo e nos resultados necessários para o alcançar.

INSTRUÇÃO DE TRABALHO

Fase 1 – Passo 2: Definição dos Objetivos e Análise de Impacto	
Resultado	A equipa definiu os resultados específicos (<i>outputs</i>) e os objetivos do estudo (<i>outcomes</i>) bem como o objetivo global do estudo (<i>impact</i>). A equipa também fez uma análise de impacto.
Perguntas-chave de moderação/ procedimento	Discutir as seguintes questões com base nos resultados obtidos da clarificação da missão (especialmente quanto à análise do impacto): ■ Qual é o objetivo do estudo (<i>outcome</i>)? ■ Quais são os resultados específicos (<i>outputs</i>) a serem produzidos? ■ Que objetivo global (<i>impact</i>) pode ser definido, ou seja, que benefícios podem trazer os resultados para o grupo-alvo? ■ Examinar a relação lógica entre os três níveis.
Dicas	■ Preparar a moderação com base no Manual ■ No início, definir os papéis (visualização, etc.) ■ Com antecedência, familiarizar-se com o sistema de objetivos e a análise de impacto ■ Formular com precisão os resultados (<i>outputs</i>) e os objetivos (<i>outcomes</i>) ■ Pode-se ter mais do que um objetivo
Material	■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis, quadro ■ <i>Laptop</i>, <i>datashow</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registrar o resultado por escrito (em ata, num painel, <i>flipchart</i>, etc.) ■ De forma legível e concisa (sistema de objetivos etc.) ■ Ata: registrar questões não respondidas, controvérsias, informações incompletas, etc. ■ Fotografar os resultados, caso necessário (por ex. os resultados escritos nos painéis)

1.3 Análise de utilizadores (Fase 1 – Passo 3)

Para delinear a concepção e o modo de apresentação do estudo, **é essencial saber quem irá utilizar os resultados** e como é que eles serão utilizados. Se o estudo for dirigido aos colaboradores de um instituto de investigação agronómica, logicamente o material será apresentado de forma diferente do que seria se pretendesse elaborar um manual metodológico para extensionistas agrícolas. Entretanto, é comum que vários utilizadores tenham de ser levados em consideração no mesmo estudo.

Podemos distinguir dois tipos de utilizadores:

- **Utilizadores** diretos (por exemplo, o pessoal do departamento de monitoria e avaliação de uma organização, pessoal do projeto, trabalhadores de extensão rural, etc.) e
- **Utilizadores** indiretos (grupo-alvo do projeto, outras organizações, etc.).

É recomendável **focar a discussão na análise dos utilizadores diretos**, ou seja, nos grupos de pessoas que vão utilizar diretamente os produtos do estudo. Tal como se procedeu para definir a razão do estudo (a sua justificação) e para a análise do problema, em relação aos utilizadores (beneficiários) devem-se discutir as seguintes questões:

- **Como** é que os principais utilizadores farão uso dos resultados e até que ponto estes resultados lhes serão úteis?
- Que **consequências** isso tem para o trabalho?

No caso do **Brasil**, foram definidos como utilizadores diretos instituições públicas, o Município, os comités de defesa dos direitos humanos e a superintendência de gestão de educação ambiental.

No caso de **Moçambique**, os utilizadores diretos foram a Ação Agrária Alemã, o Instituto Nacional para a Gestão de Calamidades e a própria Universidade, o Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento.

INSTRUÇÃO DE TRABALHO

FASE 1 – PASSO 3: Análise de Utilizadores	
Resultado	A equipa identificou os principais utilizadores diretos e os utilizadores indiretos (beneficiários) dos resultados do trabalho e registou as implicações para a preparação do estudo.
Perguntas-chave de moderação/ procedimento	Identificar na equipa os principais utilizadores dos resultados e os utilizadores indiretos (beneficiários). ■ Como é que os utilizadores farão uso dos resultados e em que medida estes (resultados) lhes serão úteis? ■ Que implicações tem isso para o nosso trabalho? ■ Quem avalia os resultados, com que critérios e quais são as implicações? ■ Que efeito tem isso para o nosso trabalho (caso tenha algum)?
Dicas	■ Preparar a moderação com base no Manual ■ No início, definir os papéis (visualização, etc.) ■ Revisão do sistema de objetivos, da análise de impacto e dos Termos de Referência ■ Focar nos utilizadores diretos
Material	■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis, quadro ■ <i>Laptop</i>, <i>datashow</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registrar o resultado por escrito (em ata, num painel, <i>flipchart</i> etc.) ■ De forma legível e concisa (matriz, etc.) ■ Ata: registar questões não respondidas, controvérsias, informações incompletas, etc. ■ Fotografar os resultados, caso necessário (por ex. os resultados escritos nos painéis)

1.4 Formulação de perguntas-chave

Durante o trabalho no sistema de objetivos vão sendo clarificadas as perguntas-chave para o estudo. A sua documentação numa etapa de trabalho específica pode ajudar a manter a visão geral, para que elas sirvam como orientação básica, mesmo em fases posteriores. Embora este passo não seja obrigatório, ele é útil. Não se devem porém formular mais de 6 a 8 perguntas-chave. No estudo sobre percepção de riscos ambientais acima referido, realizado no Brasil, seria adequado formular, por exemplo, as seguintes perguntas-chave:

- Qual a relação entre o grau de exposição aos riscos ambientais, a percepção dos mesmos e a vontade de implementar medidas de redução de riscos?
- Em que medida uma sensibilização para os serviços ecossistêmicos pode levar a população a tornar-se mais ativa para a redução de riscos?
- Os grupos da sociedade civil nos bairros urbanos são multiplicadores adequados para medidas de informação sobre riscos ambientais?
- Etc.

INSTRUÇÃO DE TRABALHO

FASE 1 – PASSO 4: PERGUNTAS-CHAVE PARA O ESTUDO (OPCIONAL)	
Resultado	A equipa formulou 6 a 8 perguntas-chave relevantes para o estudo.
Perguntas-chave de moderação/ procedimento	Durante a elaboração do sistema de objetivos e da análise do impacto podem ser identificadas perguntas-chave para o estudo. Elas servem como orientação e podem ajudar, nos passos seguintes, a manter a visão geral. ■ Que perguntas-chave podem ser definidas de acordo com o atual nível de conhecimento?
Dicas	■ Preparação da moderação com base no Manual ■ No início, definir os papéis (visualização, etc.) ■ Revisão do sistema de objetivos e da análise de impacto ■ Não mais de 6 a 8 perguntas-chave
Material	■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis, quadro ■ <i>Laptop</i>, <i>Datashow</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registrar o resultado por escrito (em ata, num painel, <i>flipchart</i> etc.), caso necessário, fotografar e gravar centralmente ■ De forma legível e concisa (tabela, etc.) ■ Ata: registrar questões não respondidas, controvérsias, informações incompletas, etc. ■ Fotografar os resultados (intermédios)

1.5 Identificação das atividades gerais (Fase 1 – Passo 5)

Dos resultados que o estudo deve fornecer resultam diretamente atividades, que podem ser incluídas no sistema de objetivos, embora isso não seja obrigatório. Uma das atividades para o estudo Brasil 2013 foi, por exemplo, a elaboração dos materiais didáticos. O estudo Moçambique

definiu, entre outras, as seguintes atividades: Solicitar relatórios do projeto realizado pela Ação Agrária Alemã, elaborar lista de contatos, identificar conceitos principais para o estudo (como vulnerabilidade, calamidades, percepção). Note-se que as atividades só devem ser definidas num grau de abstração geral, como no caso do estudo no Brasil (ver exemplo no anexo I).

INSTRUÇÃO DE TRABALHO

FASE 1 – PASSO 5 (facultativo) ATIVIDADES GERAIS	
Resultado	A equipa definiu as atividades a realizar partindo dos resultados que o estudo deve fornecer.
Perguntas-chave de moderação/ procedimento	Na base dos resultados obtidos ■ Quais são as atividades centrais a realizar para chegar aos resultados?
Dicas	■ Preparação da moderação com base no Manual ■ No início, definir os papéis (visualização, etc.) ■ Revisão do sistema de objetivos e da análise de impacto ■ Passo facultativo
Material	■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis, quadro ■ <i>Laptop</i>, <i>Datashow</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registrar o resultado por escrito (em ata, num painel, <i>flipchart</i>, etc.) ■ De forma legível e concisa ■ Ata: registar questões não respondidas, controvérsias, informações incompletas, etc. ■ Fotografar os resultados, caso necessário (por ex. os resultados escritos nos painéis)

1.6 Efeitos colaterais negativos (Fase 1 – Passo 6)

No âmbito da definição dos objetivos e impactos, a equipa de pesquisa deveria também refletir sobre eventuais impactos/efeitos negativos indesejados que poderão ocorrer. Por exemplo, através de discussões em grupos podem ser revelados conflitos de recursos, podem ser mencionados casos de corrupção ou podem manifestar-se conflitos entre o grupo-alvo. A reflexão sobre efeitos colaterais negativos tem como fim reduzir estes efeitos. É recomendável aplicar a metodologia do “*Do-no-harm*”, isto é, não provocar dano, que

requer um procedimento sensível a conflitos. Ao mesmo tempo, há que evitar preocupações e cenários de catástrofe.

A fim de evitar preocupações desnecessárias, deve-se:

- Ser realista (por exemplo, não sobrevalorizar nem a previsão dos efeitos positivos, nem a dos efeitos negativos indesejados);
- Direcionar o trabalho para a solução de problemas (por exemplo, elaborar o conceito do estudo de forma a minimizar os riscos identificados).

INSTRUÇÃO DE TRABALHO

FASE 1 – PASSO 6: Efeitos Colaterais Negativos	
Resultado	A equipa está consciente de eventuais efeitos indesejados que possam resultar do estudo e registou as consequências decorrentes.
Perguntas-chave de moderação/ procedimento	Discutir eventuais consequências negativas que possam resultar do estudo ■ Como podem os riscos identificados ser minimizados?
Dicas	■ Preparar a moderação com base no Manual ■ No início, definir os papéis (visualização, etc.) ■ Revisão do sistema de objetivos, da análise de impacto e dos Termos de Referência ■ Não levar em conta cenários catastróficos!
Material	■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis, quadro ■ <i>Laptop</i>, <i>Datashow</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registar o resultado por escrito (em ata, num painel, <i>flipchart</i> etc.) ■ De forma legível e concisa ■ Ata: registar questões não respondidas, controvérsias, informações incompletas, etc. ■ Fotografar os resultados caso necessário (por ex. os resultados escritos nos painéis)

1.7 Formas de comunicação (Fase 1 – Passo 7)

Um estudo PAD necessita de uma comunicação funcional. Isto significa que é necessário refletir desde o início do processo sobre como tornar a comunicação o mais eficaz possível. Este processo refletivo não só tem a ver com a questão de divulgação dos resultados, mas também o intercâmbio entre a equipa de pesquisa e os utilizadores diretos do trabalho.

A análise dos utilizadores e a definição do sistema de objetivos já fornecem as primeiras indicações sobre como se deve organizar e realizar o processo de troca de informação, ou seja, a **transmissão de resultados (intermédios)** e a promoção de feedback durante as fases de preparação, de trabalho no terreno e na fase final. Seguidamente são alistadas algumas atividades cujo procedimento deve16

- Despertar o interesse dos parceiros para o estudo;
- Envolver a contraparte na fase preparatória
- Preparar lista de contatos;
- Obter feedback e estar aberto a críticas.

Em caso de discrepâncias ou dúvidas, a equipa deve contactar atempadamente os parceiros de cooperação, para que haja uma concertação do procedimento desde uma fase

● precoce. As possíveis questões a esclarecer com o parceiro de cooperação também podem dizer respeito à compreensão básica dos conceitos e termos utilizados. Por exemplo, a equipa da pesquisa no Brasil esclareceu desde cedo o que a Sociedade Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ) no Brasil entende por „vulnerabilidade“ e com que definição de „sociedade civil“ trabalha. Isto facilitou à equipa o passo da posterior operacionalização.

INSTRUÇÃO DE TRABALHO

FASE 1 – PASSO 7: Formas de comunicação	
Resultado	A equipa planeou como organizar a comunicação com os parceiros/o público interessado.
Perguntas-chave de moderação/ procedimento	■ Como despertar o interesse dos parceiros para o estudo (caso haja)? ■ Como se pode envolvê-los na preparação?
Dicas	■ Distribuir responsabilidades e definir a sequência em que as tarefas devem ser executadas ■ Preparar os contatos ■ Debater com os eventuais parceiros os objetivos e a metodologia ■ Obter feedback, estar aberto às críticas, adaptar o conceito se for necessário
Material	■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis, quadro ■ <i>Laptop</i>, <i>beamer</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registar o resultado por escrito (em ata, num painel, <i>flipchart</i> etc.) ■ De forma legível e concisa (matriz) ■ Ata: registar questões não respondidas, controvérsias, informações incompletas, etc. ■ Fotografar os resultados caso necessário (por ex. os resultados escritos nos painéis)

1.8 Apresentação dos resultados preliminares e adaptação (Fase 1-Passo 8)

Para concretizar a aprendizagem, a equipa deve elaborar uma apresentação do conteúdo da Fase 1. Esta apresentação é fundamental no esclarecimento e aprofundamento do contexto de utilização.

INSTRUÇÃO DE TRABALHO

FASE 1 – PASSO 8: Apresentação dos resultados PRELIMINARES e adaptação	
Resultado	A equipa tem os passos de esclarecimento do contexto de utilização apresentados, debatidos e adaptados.
Perguntas-chave de moderação/procedimento	■ Quem vai preparar o quê? ■ Quem vai apresentar o quê? ■ Quem vai fazer a ata do debate e o <i>feedback</i>?
Dicas	■ Distribuir responsabilidades e definir a sequência em que as tarefas devem ser executadas
Material	■ Material de apresentação ■ <i>PowerPoint</i> ■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis e/ou quadro ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registrar o debate depois da apresentação por escrito ■ De forma legível e concisa ■ Ata: registar controvérsias, informações incompletas, etc.

Excursão : Termos de Referência (instruções gerais)

Já foi mencionado nos passos anteriores que uma fonte importante para a clarificação do contexto de utilização são os Termos de Referência (TdR). Os estudos PAD baseiam-se normalmente numa parceria entre duas ou mais instituições parceiras, que definem o problema principal e o contexto de utilização, que fica fixado nesse documento. Os TdR comunicam à equipa de pesquisa o que se espera dela.

Os TdR são importantes porque especificam o que o parceiro de cooperação espera da equipa universitária de pesquisa; quanto mais detalhados forem os TdR, menos provável é que haja mal entendidos e interpretações divergentes do conteúdo. Na maioria das vezes, um estudo PAD mal conduzido resulta de Termos de Referência incompletos, mal elaborados e insuficientemente esclarecidos.

Normalmente, o processo de elaboração dos TdR envolve a equipa de pesquisa (ou, pelo menos, líder de uma equipa de pesquisa) e os utilizadores diretos/principais dos resultados da pesquisa. A participação no processo de esclarecimento permite obter melhor apropriação do entendimento e da aceitação dos resultados.

Na prática, o parceiro de cooperação elabora uma primeira versão dos TdR e, num segundo passo, esta versão é anotada e detalhada pela equipa de pesquisa. A clarificação pode passar por diferentes ciclos.

Quais são os elementos que constituem os Termos de Referência?

Independentemente do tipo de estudo a realizar, existem alguns elementos-chave próprios dos TdR, nomeadamente:

Motivo da cooperação: problema e contexto

- Qual é o problema que se pretende resolver através do estudo
- Curta descrição da importância e das características dos problemas no contexto regional e nacional. Isso pode também incluir a definição de conceitos e teorias

Utilizadores

- Quem vai utilizar os resultados do estudo
- Utilizadores diretos e indiretos

Definição dos objetivos

- Para assegurar que os resultados do estudo vão ser realmente úteis, os objetivos têm que ser formulados claramente. Neste contexto, diferenciam-se três níveis:
 - i) Output/resultados: o que a equipa de pesquisa tem que produzir
 - ii) Outcomes/objetivos: como o parceiro de cooperação vai utilizar os produtos
 - iii) Impactos: qual são os efeitos/consequências para o grupo-alvo

Independentemente do tipo de estudo a realizar, existem alguns elementos-chave próprios dos TdR, nomeadamente:

Conteúdos do estudo	■ Que temas o estudo deve tratar/analisar e avaliar ■ Abordagem teórica e conceptual ■ Questões a serem pesquisadas ■ Foco: amplitude e profundidade do estudo (limitações de espaço, temporais, abrangência, etc.)
Abordagem metodológica	■ Qualitativo ou quantitativo ■ Instrumentos a serem aplicados ■ Grau de participação do grupo-alvo/dos parceiros
Composição da equipa	■ Competências profissionais e metodológicas exigidas ■ Conhecimentos técnicos específicos ■ Tamanho da equipa ■ Papéis, tarefas e responsabilidades
Elaboração do relatório (tipo)	■ Formato (eletrónico e publicação) ■ Rascunho da estrutura do relatório ■ Idioma do relatório ■ Produtos preliminares (relatório inicial) ■ Prazos ■ Direitos de publicação: a Universidade tem o direito de publicar os resultados, de comum acordo com os parceiros
Plano de trabalho	■ Rascunho de um plano de trabalho/ das fases e diferentes locais onde se realiza o trabalho ■ Datas de apresentação finais e preliminares
Finanças	■ Orçamento disponibilizado para o estudo ■ Comparticipação do parceiro nas despesas nos custos da equipa de pesquisa (transporte, subsídio diário, material, oficinas, publicações, tradução (caso aplicável)
Coordenação	■ Pessoas-chave que coordenam a pesquisa das partes (a equipa de pesquisa e o parceiro de cooperação)

Independentemente do tipo de estudo a realizar, existem alguns elementos-chave próprios dos TdR, nomeadamente:

Anexo

- Documentos importantes existentes; dados materiais
- Caso necessários princípios e código de conduta do parceiro (transparência anticorrupção)

Nota: nem sempre os TdR especificam todos os elementos acima indicados. Vezes há em que o parceiro de cooperação espera que a equipa de pesquisa faça uma proposta metodológica e teórica que servirá de

referência para a análise dos dados ou de outros elementos acima descritos.

2 Definição do Conteúdo (Fase 2)

2 Definição do Conteúdo (Fase 2)

Esta fase de planificação focaliza-se na concretização do conteúdo da pesquisa, através da “definição do conteúdo” - cujo objetivo é delimitar as áreas temáticas, servindo ao mesmo tempo para adquirir

conhecimentos específicos necessários para a realização do estudo. Esta fase consiste em vários passos, indicados abaixo: .

Fase 2: Definição do conteúdo

FASES	PASSOS
Fase 2 Definição de conteúdo	1 Seleção das principais áreas temáticas do estudo 2 Obtenção dos conhecimentos necessários 3 Concretização através das questões a analisar 4 Formulação de hipóteses 5 Operacionalização: indicadores e índices 6 Elaboração do plano de trabalho → Apresentação dos resultados e adaptação

Todos os passos servem para concretizar cada vez mais os conteúdos principais do estudo.

2.1 Seleção das principais áreas temáticas do estudo e sua concretização (Fase 2– Passo 1)

A definição de áreas temáticas serve para uma maior concretização e focalização do estudo. As áreas temáticas são as dimensões do conteúdo em que a equipa de investigação tem de se centrar para atingir os objetivos. Regra geral, estes temas já foram previamente formulados pelos parceiros de cooperação (quadro de referência da pesquisa, Termos de Referência). Eles devem ter uma conexão lógica com o sistema de objetivos e com a análise do contexto de utilização. A equipa deve examinar cuidadosamente se esta relação lógica se reflete satisfatoriamente no quadro de referência da pesquisa/nos Termos de Referência.

Em alguns casos, pode ser necessário incluir também outras áreas temáticas que, embora não fazendo parte dos Termos de Referência, devem ser abordadas por serem um pré-requisito para a compreensão de todo o estudo.

As áreas temáticas podem ser:

- **Temas empíricos:** entendimento mais profundo das características da área a pesquisar, por exemplo, o nível da pobreza.
- **Conceitos e teorias,** que são um pré-requisito para a compreensão de todo o estudo, por exemplo, a compreensão de uma teoria relativa à análise de impactos, vulnerabilidade, etc.
- **Métodos e instrumentos** que servem para a medição das áreas temáticas, por exemplo, métodos para medição de impactos.

Outros exemplos de temas a analisar poderiam ser: „Condições-quadro jurídicas e institucionais para o desenvolvimento do turismo“, „Conceitos para a auto-avaliação“ ou „O trabalho das organizações não governamentais no domínio da transformação de conflitos“.

Alguns temas são processados logo na fase de preparação, outros fazem parte do levantamento de durante a fase de campo.

A definição das áreas temáticas é, por um lado, um passo definidor, ou seja, os conteúdos são delimitados e, desse modo, são definidas as dimensões da pesquisa

a serem trabalhadas. Ao mesmo tempo, neste passo é feita uma primeira abordagem especializada ao tema. A profundidade e amplitude dos temas de pesquisa só podem ser determinadas (ver os passos seguintes) se a equipa de pesquisa usar esta fase de determinação de conteúdo para uma primeira preparação especializada e para obter assim uma visão sobre a complexidade dos temas.

Nesta etapa há ainda que considerar a multidimensionalidade e a abordagem multinível. Que informações são necessárias e a que nível? Um exemplo da abordagem multinível pode ser encontrado no exemplo do estudo no Brasil.

Exemplo: Seleção das principais áreas temáticas, **Brasil 2013** (Percepção dos riscos e adaptação à mudança climática)

Output	Área temática	Quando / Quem
Output 1 Metodologia transferível	■ Elaboração de uma metodologia para medir a percepção dos riscos ambientais	Julho/João e Paulo
	■ Conceitos: Percepção; Vulnerabilidade; Serviços ecossistêmicos	Julho/César
Output 2 Percepção social dos riscos ambientais (resultados empíricos)	■ Situação socioeconômica em Teresópolis	Agosto/Samuel
	■ Região: ambiente e riscos ambientais	Agosto/Karen
	■ Quadro legal	Agosto/Luísa
	■ Estruturas institucionais	Agosto/João
Output 3 Conceito de sensibilização / educomunicação	■ Oportunidades de participação na proteção do meio ambiente	Setembro/Samuel
	■ Educomunicação	Julho/Luísa

FASE 2 – PASSO 1: Seleção das principais áreas temáticas do estudo	
Resultado	A equipa definiu as áreas temáticas para as quais deve coletar informações/responder a perguntas no decorrer da pesquisa.
Perguntas-chave de moderação/procedimento	Recapitular novamente a) A análise da razão/justificação para o estudo b) Os resultados a obter ■ Com base em a) e b) quais são as áreas temáticas que deverão ser tratadas durante o estudo? ■ Onde é necessário aprofundar e onde ampliar o conhecimento existente na equipa?
Dicas	■ Distribuir responsabilidades e definir a sequência em que as tarefas devem ser executadas e até quando ■ Considerar os conhecimentos existentes na equipa
Material	■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis, quadro ■ Marcadores, <i>laptop</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registrar os resultados, p. ex. numa matriz ■ De forma legível e concisa ■ Ata: registrar questões não respondidas, controvérsias, informações incompletas, etc.

2.2 Obtenção dos conhecimentos necessários

É natural que na fase inicial do trabalho se revelem lacunas ao nível do conhecimento - por exemplo, falta de clareza quanto aos termos utilizados - e provavelmente a equipa não poderá esclarecer de imediato todas as questões em aberto. Para prosseguir no planeamento do estudo, é útil colocar as seguintes questões::

- De que conhecimentos e teorias necessitamos?
- Que conhecimentos estão disponíveis ou ainda nos faltam?
- Que material (ainda não) está disponível?
- Quem pode fornecer as informações?

- Que conceitos/termos devem ser definidos?

A resposta a estas perguntas deve ajudar a planificar a maneira como vão ser adquiridos os conhecimentos (teóricos) relevantes para realizar o estudo. Numa primeira fase, isso é feito de forma mais geral e, posteriormente, de forma mais específica. É aconselhável visualizar estas questões e tê-las sempre disponíveis para continuar a planificar os passos para obter a informação necessária.

Nesta fase, a equipa deve **refletir detalhadamente** sobre os recursos e as competências existentes na equipa. Sendo esta composta por diferentes membros, isso permite que a tarefa a realizar seja abordada a partir de diversas perspectivas e

experiências profissionais. Por exemplo, pode-se perguntar:

- Qual é o significado da questão a tratar, sob o ponto de vista sociológico?
- Que questões devem ser colocadas, a partir de uma óptica económica?
- Que aspectos agroecológicos devem ser levados em conta?

A obtenção sistemática dos conhecimentos necessários deve basear-se nos conhecimentos que já estão disponíveis na equipa e levar em consideração a especialização individual. Deve-se priorizar os conhecimentos que os membros da equipa já têm.

Quais são os conhecimentos urgentemente necessários?

Quais são os que podem ser obtidos mais tarde?

O que pode, provavelmente, ficar de fora?

Neste passo, deve-se trabalhar partilhando. É recomendável começar este passo de obtenção dos conhecimentos com o esclarecimento dos termos e conceitos principais.

INSTRUÇÃO DE TRABALHO

FASE 2 – PASSO 2: Seleção das principais áreas temáticas do estudo	
Resultado	O grupo definiu as áreas temáticas para as quais deve coletar informações/responder a perguntas no decorrer da pesquisa.
Perguntas-chave de moderação/procedimento	Recapitem novamente a) a análise da razão/justificação para o estudo, b) os resultados a obter. ■ Com base em a) e b) quais são as áreas temáticas que deverão ser tratadas durante o estudo? ■ Onde é necessário aprofundar e onde ampliar o conhecimento existente no grupo?
Dicas	■ Distribuir responsabilidades e definam a sequência em que as tarefas devem ser executadas e até quando ■ Considerar os conhecimentos existentes no grupo
Material	■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis, quadro ■ Marcadores, <i>laptop</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registem os resultados, p. ex. seguinte matriz ■ De forma limpa e clara ■ Ata: questões não respondidas, controvérsias, informações incompletas, etc.

2.3 Concretização das áreas temáticas através de questões a analisar (Fase 2- Passo 3)

O objetivo desta etapa é a focalização dos aspectos que realmente devem ser analisados, para que o estudo possa ter resultados de qualidade profissional. Isto pode ser feito através da formulação de subtemas ou de perguntas de pesquisa para cada área temática. Neste ponto, é absolutamente necessário que a equipa de investigação divida o seu trabalho: distribuição dos temas e formulação individual de subtemas e perguntas e, em seguida, reunião dos membros da equipa e discussão. O pré-requisito para uma boa delimitação temática é uma análise profunda dos Termos de Referência (ver instrução), a leitura de documentos importantes do projeto, material teórico de apoio, conhecimentos básicos sobre a região, etc.

A formulação de questões a analisar ajuda a limitar as áreas temáticas e a especificar os aspectos particulares a examinar. A limitação necessária consegue-se fazendo suposições acerca **da relevância** da informação **e da possibilidade de recolher a informação** necessária. Estas suposições são uma espécie de hipótese metodológica no que diz respeito à especificação da questão e à possibilidade de obtenção de informações.

A seleção deve ser feita em termos da **relevância**, tendo em vista os utilizadores do estudo e o seus objetivos. Para avaliar a relevância, recomenda-se que se faça a distinção entre o que se **DEVE** (obrigatório) e o que se **PODE** (facultativo). Com relação à **possibilidade de recolher a informação**, é importante ter em conta as limitações **próprias** (em termos da disponibilidade de tempo, de conhecimentos técnicos e de meios financeiros) e considerar as condições políticas, culturais e outras no país onde o estudo é realizado (pessoas a entrevistar e utilizadores dos resultados).

No final desta etapa, cada grupo deverá ter produzido um documento no qual, para cada área temática, estão registados os respetivos subtemas e perguntas. É importante não entrar em demasiados

pormenores. Nesta fase não se trata de formular questionários!

Este documento pode ser completado através da nomeação (provisória) das fontes de informação, documentos e especialistas – no caso de já serem conhecidos. É necessário decidir se as informações a obter têm de ser coletadas pela equipa ou se estão disponíveis como material secundário. Numa coluna adicional de „Observações“, podem ser anotados aspectos importantes, como por exemplo, a categoria „deve-pode“ nos casos em que ainda não tenha sido possível tomar uma decisão.

Uma componente importante da definição do conteúdo é a **definição de termos-chave** (por exemplo: o que entende a equipa por „empresa“ ou „responsabilidade“, „efeitos“, „participação“, etc.?). **DEVE**-se, no entanto, ser pragmático no processo de definição. As definições devem ser registadas separadamente, pois já são um elemento para o relatório a ser elaborado posteriormente.

O anexo I contém **uma** descrição pormenorizada do conteúdo dos estudos em Moçambique e no **Brasil**. Portanto, aqui são referidos apenas dois exemplos : um é sobre um tema conceitual - definição de “Vulnerabilidade” (Brasil); o outro é sobre a pesquisa de estruturas organizacionais (Moçambique). Torna-se claro que, apesar de serem conteúdos distintos, não existe uma diferença fundamental na abordagem dos dois casos.

Exemplo: Concretização da Área temática por questões a analisar: Caso do estudo no **Brasil 2013** (Percepção dos riscos e adaptação à mudança climática)

Output 1: Desenvolvimento de uma metodologia transferível

Área temática	Questões a analisar	Fonte de informação	Observações
1.1 Percepção da vulnerabilidade	1.2.1 A vulnerabilidade tem três dimensões: exposição, sensibilidade e capacidade de adaptação. Como podem ser definidas?	Pesquisa via fontes secundárias Análise de estudos existentes em relação ao nosso tema, se necessário	■ Usar bibliotecas - Assistir a palestras ■ Convidar especialistas
	1.2.2 Existem exemplos de boas práticas que podem ser adaptados ao nosso contexto?	pessoas-chave	
	1.2.3 Como se pode medir a percepção da vulnerabilidade e as suas dimensões?		

Exemplo: Concretização de Área temática por questões a analisar: Caso de **Moçambique** (Diagnóstico sobre Gestão de Risco de Calamidades)

Resultado 2: Análise de estruturas organizacionais comunitárias de Gestão de Calamidades (GRC) de Chinde

Área temática	Questões a analisar	Fonte de informação	Observações
Estrutura organizacional	Como a comunidade se organiza para participar nas atividades do distrito e das comunidades no âmbito de GRC	Bibliografia, informantes-chave, governo do distrito, líderes comunitários	Identificar os chefes dos bairros que podem dar informações
	Que estruturas formais existem no distrito, no âmbito de GRC?	Líderes comunitários, membros da comunidade	Ver se há algo escrito (regulamentos sobre GRC no nível local)
	Existem estruturas informais de GRC a nível distrital?	Governo do distrito, membros da comunidade, Organizações não governamentais que trabalham no distrito	

Convém assinalar que, por razões pragmáticas, no caso de áreas temáticas muito complexas poderá ser útil subdividi-las em subtemas, antes de formular questões de pesquisa. Por exemplo, isso foi feito no estudo no Brasil, em que o tema „vulnerabilidade“ (ver exemplo acima), foi subdividido nos subtemas “exposição”, “sensibilidade” e “adaptabilidade”.

O grau em que os temas têm de ser completados

pela equipa antes da pesquisa de campo vai depender do conteúdo do estudo. Por exemplo, uma pesquisa que visa desenvolver uma metodologia que deverá ser testada no local, tem de já estar concebida antes da fase de campo. Nesse caso, o próprio desenvolvimento do método já faz parte da determinação do conteúdo.

INSTRUÇÃO DE TRABALHO

FASE 2 – PASSO 3: Concretização das áreas temáticas através de questões a analisar e fontes de informação	
Resultado	Para cada área temática a equipa determinou quais são os aspectos (em forma de questões a analisar) que precisam de ser trabalhados.
Perguntas-chave de moderação/ procedimento	■ Discutir para cada área temática a) o que a equipa precisa de saber concretamente ou b) quais são as atividades concretas que a equipa tem de realizar ■ Ter sempre em mente: a relevância e a possibilidade de recolher a informação (pode, deve) ■ Elaborar uma matriz (ver abaixo) com as áreas temáticas, as questões a analisar, fontes de informação, comentários ■ Decidir que termos centrais devem ser definidos
Dicas	■ Distribuir responsabilidades e definir a sequência em que as tarefas devem ser executadas e até quando ■ É recomendável começar com os conceitos principais / a teoria ■ Definir reuniões regulares para apresentar os resultados preliminares ■ Obter feedback, estar aberto às críticas, adaptar as questões a analisar se for necessário
Material	■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis, quadro ■ Marcadores, <i>laptop</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registrar os resultados, p. ex. numa matriz ■ De forma legível e concisa ■ Ata: registrar questões não respondidas, controvérsias, informações incompletas, etc.

2.4 Elaboração de hipóteses (Fase 2- Passo 4)

Em geral, quando é iniciada uma cooperação para a realização da pesquisa, já existem suposições sobre certas relações entre factos. Por exemplo, quando o Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW, sigla em alemão) inicia um estudo sobre a redução da pobreza e os sistemas de microcrédito, já pressupõe que existe uma ligação entre os dois aspectos. No decurso da definição das áreas temáticas e das questões, a equipa fará uma série de suposições desse tipo:

- As famílias rurais com pouca mão-de-obra disponível não aceitam as medidas do projeto.
- Quando as atividades de extensão do projeto diminuem, diminui também a vontade da comunidade de participar em atividades comunitárias de controle de erosão.
- A sensibilidade para a amortização de crédito é mais alta nas mulheres do que nos homens.

Para o estudo no Brasil foram formuladas as seguintes hipóteses, baseadas, entre outras, na bibliografia sobre consciência e educação ambiental e na pesquisa sobre vulnerabilidade:

- Pessoas que não percebem a sua própria vulnerabilidade mostram menos empenho para participarem em medidas preventivas.
- A falta de conhecimento sobre as funções dos serviços ecossistêmicos faz com que a população local não reconheça o seu uso e valor.
- A baixa consciência sobre a responsabilidade individual leva a um menor grau de participação em medidas de proteção e recuperação do meio ambiente.
- A falta de conhecimentos sobre as possibilidades de participação leva a um menor grau de organização da sociedade civil.

Este tipo de afirmações sobre a correlação existente entre características denomina-se “Hipóteses”. Elas dão uma certa direção ao estudo, a sua orientação teórica e a verdade do seu conteúdo é investigada durante a pesquisa empírica.

Muitos trabalhos de Ciências Sociais são baseados na testagem de hipóteses. Isto também se aplica a muitos estudos que tratam de questões de desenvolvimento e cooperação internacional, por exemplo, as análises de impacto que trabalham com um sistema de hipóteses.

Em cada do caso, é necessário verificar se a formulação de hipóteses pode ser baseada em conhecimentos empíricos e teóricos já existentes (o que geralmente é o caso).

Por exemplo, na área temática das análises de impacto, sabe-se que já existem hipóteses empiricamente testadas para vários setores, que podem ser usadas como orientação teórica. Ao mesmo tempo, há que garantir que a formulação de hipóteses não leve a priori a uma restrição excessiva da área de pesquisa e que não contenha um „enviesamento“. O grau em que a pesquisa é orientada por hipóteses depende sempre do tipo de estudo (por exemplo, se se trata de um estudo de linha de base, ou seja, uma conceito exploratório, ou um conceito experimental, como no caso dos estudos de impacto).

Neste passo, a equipa deve decidir se a elaboração de hipóteses é útil para o estudo. Para algumas áreas temáticas é necessário elaborar hipóteses, mas para outras não. No estudo realizado no Brasil, a área temática “dados socioeconómicos” não exigiu nenhuma hipótese, pois tratava-se de compilar factos. Já a área temática “percepção da vulnerabilidade” exige a formulação de hipóteses, uma vez que foi assumida uma relação entre a percepção e a atuação. Também há casos em que pode ser suficiente formular perguntas orientadoras. Em estudos exploratórios, é frequente não serem desenvolvidas hipóteses, uma vez que se trata apenas de fazer o levantamento de dados empíricos. Já no caso de testagem de conceitos, nas avaliações e no desenvolvimento de métodos é útil e necessário formular hipóteses. No entanto, deve ter-se sempre o cuidado de garantir que as hipóteses não sejam elaboradas com demasiado detalhe. E há que ter

em conta que as hipóteses devem ser baseadas em conceitos e teorias existentes. morceler les hypothèses. De plus, elles doivent être basées sur des concepts et théories existants.

Requisitos para a formulação de hipóteses:

- **A hipótese deve ser empiricamente verificável** (exemplo negativo: „Devido à mudança climática, todas as medidas de cooperação internacional estão condenadas ao fracasso“).
- **Num sistema de hipóteses** (teoria empírica) as afirmações estão interrelacionadas de forma reconhecível e referem-se ao mesmo assunto: Se uma análise de impacto visa melhorar a situação da saúde, ela deve centrar-se constantemente nas consequências para a saúde no contexto dos outros setores.
- **Num sistema de hipóteses as afirmações devem ser logicamente compatíveis e não contraditórias.** Exemplo negativo: a) O pagamento (reembolso) dos micro-créditos é maior pelas mulheres do que pelos homens. b) As mulheres não têm acesso a fundos de micro-crédito.

Excursão: Variáveis

A medição de variáveis permite-nos verificar as hipóteses e responder às questões a analisar.

Variáveis são, virtualmente, tudo o que se possa medir em pesquisa social empírica. São chamadas variáveis porque a sua medição pode levar a diferentes resultados, por exemplo: sim/não; 100 m, 150 m, 200 m; camponês, artesão, comerciante, mulher, homem, etc. As variáveis estão subjacentes às áreas temáticas e às questões a analisar e assumem particular importância nas hipóteses, para formular relações de causalidade.

Na construção de variáveis, é importante ter em conta qual o grau de diferenciação da informação necessário. Por exemplo, para a variável “idade”: é suficiente categorizar em “velho”, “adulto”,

“adolescente” e “criança”, ou são necessárias informações mais detalhadas? Esta pergunta deve ser respondida sistematicamente, o mais tardar no momento da elaboração dos questionários.

Existem diferentes tipos de variáveis que estão amplamente documentadas na literatura relevante (cf. KROMREY 2009)⁹.

⁹ No Anexo II encontra-se uma visão geral dos tipos de variáveis, suas expressões e consequências para uma posterior avaliação.

FASE 2 – PASSO 4: Formulação de hipóteses	
Resultado	A equipa formulou – caso necessário – hipóteses acerca de relações de causalidade ligadas ao problema e definiu variáveis que permitem verificar as hipóteses.
Perguntas-chave de moderação/ procedimento	■ Discutir e registar hipóteses implícitas ou explícitas, subjacentes às áreas temáticas/questões a analisar ■ Que variáveis podem ser formuladas?
Dicas	■ Revisão das áreas temáticas e questões a analisar ■ Debater na equipa a relevância das hipóteses para o estudo ■ Não se perder em detalhes, não elaborar as hipóteses de maneira minuciosa ■ Distribuir responsabilidades e definir a sequência em que as tarefas devem ser executadas e até quando
Material	■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis, quadro ■ <i>Laptop</i>, <i>datashow</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registar os resultados, p. ex. numa matriz ■ De forma legível e concisa ■ Ata: questões não respondidas, controvérsias, informações incompletas, etc.

2.5 Operacionalização: indicadores e índices (Fase 2 – Passo 5)

O objetivo do passo seguinte é uma concretização gradual („operacionalização“) do estudo. Até o momento, a equipa de pesquisa formulou temas e questões de pesquisa (e algumas hipóteses), algumas das quais ainda podem estar num nível de abstração muito elevado. Enquanto alguns temas ou questões podem ser “medidas” diretamente ou clarificadas através de entrevistas, observações, etc., outras são ainda muito abstratas ou demasiado complexas para serem investigadas diretamente. Isto também se aplica aos conceitos utilizados no estudo. Por exemplo, se a equipa de pesquisa quiser medir se o apoio à sociedade civil

reforça a resiliência dos grupos de base, ela terá que analisar como é que a “resiliência” pode ser empiricamente mensurável. Este exemplo torna claro que este passo tem uma forte relação com a teoria e interpretação: é necessário esclarecer de que forma o conceito abstrato de resiliência pode ser concretizado, isto é, como a resiliência se expressa empiricamente.

Outros exemplos de questões de pesquisa abstratas poderiam ser a “aceitação” das atividades de um projeto ou a influência do “poder” na participação em programas, ou ainda o significado da “participação” para atividades de auto-ajuda bem sucedidas. Todos estes são conceitos teóricos cuja expressão empírica só pode

ser estabelecida indiretamente e que é necessário tornar „mensuráveis“. Para isso são necessários indicadores.

Indicadores são “fenómenos diretamente observáveis que nos permitem tirar conclusões razoáveis sobre factos não diretamente observáveis”.

(LAMNEK 1993 : 389)

Já que é frequente nas pesquisas os conceitos não poderem ser estudados diretamente, a formulação de indicadores assume uma importância central.

No exemplo “*Os serviços de extensão rural aceitam a atividade do projeto “Técnicas inovadoras de cultivo?”*”, quais são os possíveis indicadores para o conceito de “aceitação”?

- O pessoal dos serviços de extensão participa nos treinamentos relevantes.
- O pessoal divulga a nova informação no seu trabalho diário de extensão.
- O pessoal expressa opiniões positivas sobre as novas técnicas.
- Etc.

As possibilidades acima mencionadas mostram como a escolha de indicadores depende das nossas próprias ideias e da nossa interpretação. Por exemplo, a participação do pessoal dos serviços de extensão nos treinamentos pode também resultar da “pressão” exercida para que participem, ou do seu interesse em receberem as “verbas diárias” (per diems), não se tratando pois, nesses casos, de um indicador da sua aceitação. Isto significa que os indicadores têm sempre que ser revistos de forma crítica. Especialmente na área da cooperação para o desenvolvimento utilizaram-se, durante muito tempo, instrumentos de medição que pouco tinham a ver com a Cultura e os valores das pessoas em questão. Consequentemente, aquilo que os indicadores utilizados realmente mediam tinha pouca ou nenhuma relação com os conteúdos a serem medidos. Como se deve então proceder?

■ Deve-se sempre testar a relevância dos indicadores através do diálogo com as pessoas em questão. Deve-se também encorajar as pessoas envolvidas a desenvolverem os seus próprios indicadores.

■ Nunca se deve aplicar indicadores de forma indiscriminada. Eles expressam sempre uma forma específica de perceber a realidade (por exemplo, o indicador “padrão de vida”).

Há uma série de requisitos para a formulação de indicadores:¹⁰

Requisitos teóricos: Que conceito abstrato, que constructo, que termo deve o indicador medir? Que dimensões do conceito o indicador pode abarcar? Até que ponto as dimensões são importantes para as nossas questões, etc.?

Requisitos metodológicos: Que instrumentos podem ser usados para medir o indicador? A qualidade da medição atende aos requisitos? Qual é o grau de exatidão da medição? Ela mede exatamente o que deve ser medido (validade)? E mede-o também em medições repetidas exatamente sob as mesmas condições (fiabilidade)?

Requisitos práticos: Que recursos estão disponíveis para fazer o levantamento do indicador? Que recursos financeiros/pessoais estão disponíveis? O que é necessário para efetuar a medição, etc.)?

Atenção! A PAD não é idêntica a uma matriz de planeamento de um projeto de cooperação para o desenvolvimento. Só é realmente necessário formular indicadores quando as áreas de pesquisa não podem prescindir dessa „etapa de tradução“. Esta decisão pode ser difícil e é preciso ter espaço para discussão.

¹⁰ Podem ser encontradas listas de verificação detalhadas em MEYER 2009, Ceval Arbeitspapiere 10. Em KROMREY 2009 encontram-se explanações úteis sob o ponto de vista da pesquisa social empírica.

Índices ¹¹

Caso um só indicador não seja suficiente para descrever uma característica, é necessário formular vários indicadores que são depois agregados num índice. Por exemplo, não é possível medir a vulnerabilidade de uma pessoa apenas pelo salário que essa pessoa ganha, sendo pois necessário formular mais indicadores. A decisão sobre se um indicador vai ser considerado no índice ou sobre como deve ser ponderado depende muito da teoria e da sua elaboração (por exemplo, da hipótese de que o salário tem um efeito maior na vulnerabilidade do que a educação).

Há pesquisas que usam índices complexos que são compostos por vários indicadores e que são ponderados. Assim, eles permitem fazer afirmações sobre relações complexas, como por exemplo o potencial económico de uma sociedade (Produto Nacional Bruto) ou sobre o avanço em questões de desenvolvimento (como o Índice de Desenvolvimento Humano).

INSTRUÇÃO DE TRABALHO

FASE 2– PASSO 5: Operacionalização: Indicadores e índices	
Resultado	A equipa operacionalizou as questões abstratas e/ou complexas através de indicadores ou, caso for necessário, índices.
Perguntas-chave de moderação/ procedimento	■ Quais são, das questões a analisar, as questões que são abstratas (ou seja, aquelas que não podem ser “medidas” diretamente)? ■ Que indicadores podem ser definidos para elas ? ■ Eles conseguem medir realmente o que se pretende medir? ■ Quais são, das questões a analisar, as que são complexas demais (ou seja, aquelas que precisam de ser subdivididas)? ■ Podem ser definidas subquestões para elas?
Dicas	■ Revisão das questões a analisar
Material	■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis, quadro ■ <i>Laptop</i>, <i>datashow</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registrar os resultados ■ De forma legível e concisa ■ Ata: questões não respondidas, controvérsias, informações incompletas, etc.

¹¹ Para uma descrição detalhada sobre indicadores e concepção de índices ver NEUBERT 2001.

2.6 Estrutura do relatório e plano de trabalho (Fase 2 – Passo 6)

Logo numa fase inicial, paralelamente à definição dos temas de pesquisa e à sua concretização em subtemas e subquestões a distribuir pelos respetivos responsáveis na equipa, deverá ser preparado um primeiro esboço da estrutura do relatório. Em geral, a estrutura do mesmo resulta das áreas temáticas e da sua estruturação por subtemas ou questões de pesquisa. Faz todo o sentido que quem fica responsável pela concretização de um tema de pesquisa assuma também a responsabilidade pelo respetivo capítulo do estudo. É muito útil que isso seja definido o mais cedo possível: assim, as pessoas responsáveis lêem de forma mais focalizada e recolhem o material, documentos, estatísticas, etc. de maneira mais consistente.

Um estudo de pesquisa tem de ser bem organizado. É pois aconselhável preparar desde cedo um primeiro esboço do plano de trabalho. O plano deve cobrir o período total do estudo (com as fases: preparatória, de implementação, análise e elaboração do relatório) e conter os seguintes elementos:

- Desdobramento dos resultados em resultados parciais e intermédios (p. ex. “Esboço preliminar do estudo disponível e imprimido em vários exemplares”);
- Lista das atividades necessárias para se alcançar os resultados parciais (por exemplo “analisar os dados”, “formular recomendações”), indicando o tempo necessário;
- Responsabilidades;
- Recursos necessários (por exemplo, para a tradução de algum documento).

Além disso, devem ser anotados eventos/datas importantes decisivos para a implementação do estudo.

O plano de trabalho deve ser elaborado num formato que possa ser continuamente atualizado. O plano deve necessariamente conter metas intercalares, para assim

- orientar o trabalho da equipa de pesquisa para os produtos intermédios.

No Anexo II encontra-se o exemplo de um plano de trabalho em forma de diagrama de Gantt, do estudo no Brasil.

INSTRUÇÃO DE TRABALHO

FASE 2 – PASSO 6: Elaboração do plano de trabalho	
Resultado	A equipa preparou um primeiro esboço do plano de trabalho.
Perguntas-chave de moderação/ procedimento	Preparar um plano de trabalho clarificando as seguintes questões: ■ Tempo e período disponível? ■ Atividades a serem realizadas? ■ Quem pode assumir quais responsabilidades? ■ Em que locais vão ser realizadas as atividades ? ■ Quais são os recursos disponíveis?
Dicas	■ Projetar o plano de trabalho de forma a poder ser continuamente atualizado
Material	■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis, quadro ■ <i>Laptop</i>, <i>datashow</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registrar os resultados por escrito, p. ex. numa matriz ■ De forma legível e concisa ■ Ata: registrar questões não respondidas, controvérsias, informações incompletas, etc.

2.7 Apresentação dos resultados preliminares e adaptação (Fase 2-Passo 7)

Para concretizar a aprendizagem, a equipa deve elaborar uma apresentação do conteúdo da pesquisa obedecendo a todos os passos previstos nas Fases 1 e 2. Esta apresentação é fundamental para o parceiro e para a clarificação e aprofundamento do conhecimento e de possíveis questões.

INSTRUÇÃO DE TRABALHO

FASE 2 – PASSO 7: Apresentação dos resultados PRELIMINARES e adaptação	
Resultado	A equipa tem os passos de definição de conteúdo apresentados, debatidos e adaptados.
Perguntas-chave de moderação/procedimento	■ Quem vai preparar o quê? ■ Quem vai apresentar o quê? ■ Quem vai fazer a ata do debate e o <i>feedback</i>?
Dicas	■ Distribuir responsabilidades e definir a sequência em que as tarefas devem ser executadas
Material	■ Material de apresentação ■ <i>PowerPoint</i> ■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis e/ou quadro ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registrar o debate depois da apresentação por escrito ■ De forma legível e concisa ■ Ata: controvérsias, informações incompletas, etc.

3 Seleção dos Métodos (Fase 3)

3 Seleção dos Métodos (Fase 3)

Depois de a utilização do estudo estar claramente definida e os conteúdos estarem concretamente identificados, a equipa de pesquisa pode agora centrar-se no planeamento concreto do estudo, ou

seja, na metodologia. Tal como a fase anterior, a Fase 3, a seleção dos métodos, consiste de várias etapas, que são seguidamente descritas com mais detalhe.

Phase 3: Seleção dos Métodos

FASES	PASSOS
Fase 3 Seleção dos Métodos	1 Definição do procedimento metodológico 2 Determinação das unidades de observação 3 Definição da amostra 4 Instrumentos empíricos para recolha de dados 5 Teste de métodos 6 Características e qualidade dos dados 7 Pré-teste e treinamento dos entrevistados 8 Apresentação dos resultados preliminares e adaptação, incluindo as outras fases.

3.1 Definição do procedimento metodológico (Fase 3 - Passo 1)

Antes de iniciar a definição da metodologia e dos instrumentos, a equipa deve refletir em geral sobre o tipo de estudo, as exigências em relação aos dados e os recursos financeiros e temporais disponíveis. Esta reflexão irá ajudar a responder às perguntas seguintes:

- **Tipo de pesquisa:** trata-se de um estudo de linha de base, um estudo de caso, uma análise de percepção, monitoria e avaliação ou da elaboração de uma metodologia ou teste de métodos? O procedimento metodológico vai depender do tipo de pesquisa. Poderá tratar-se também de uma combinação de diferentes tipos de pesquisa.
- **Nível de exigência em relação aos dados:** quantidade, profundidade, amplitude, grau de exatidão exigido pela pesquisa e pelo objetivo da pesquisa; abrangência temporal, área geográfica, análise de tendências ou dados e factos exatos, grau necessário de desagregação dos dados.

- **Generalização dos dados ou transferência de resultados:** trata-se de um estudo de caso, ou pretende-se transferir/generalizar os resultados para outros contextos ou realidades?
- **Recursos financeiros e temporais disponíveis:** os estudos PAD devem ser realizados num determinado prazo e com recursos financeiros limitados; isso tem consequências para a definição da metodologia.
- **Quantitativo e qualitativo:** o estudo exige dados representativos? Pretende descrever fenómenos empíricos? Ou requer uma combinação entre dados qualitativos e quantitativos?

INSTRUÇÃO DE TRABALHO

FASE 3 – PASSO 1:

Definição do procedimento metodológico

Resultado	A equipa debateu o procedimento metodológico e as suas vantagens e desvantagens.
Perguntas-chave de moderação/procedimento	■ Qual é o tipo de pesquisa (estudo de linha de base, análise da percepção, etc.)? ■ Quais são as possibilidades de generalizar e transmitir os resultados? ■ Quais são as exigências em relação aos dados? ■ Quais são os recursos temporais e financeiros disponíveis ?
Dicas	■ Considerar os conhecimentos existentes na equipa ■ Não debater só sobre o procedimento metodológico, mas também sobre os métodos de análise de dados.
Material	■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis, quadro ■ <i>Laptop</i>, <i>datashow</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registrar os resultados por escrito ■ De forma legível e concisa ■ Ata: questões não respondidas, controvérsias, informações incompletas, etc.

3.2 Definição das unidades de observação (Fase 3-Passo 2)

Durante o processo de esclarecimento das áreas do estudo e das questões a analisar, normalmente já foram sendo identificadas as unidades de observação relevantes para o levantamento no terreno. Na pesquisa em Ciências Sociais, na maioria das vezes as unidades de observação são indivíduos, mas também podem ser grupos, organizações, projetos, etc. Estas unidades são escolhidas em função da questão a que o estudo deverá responder. Em parte já devem ter sido referidas no quadro de referência ou nos Termos de Referência. Para uma única questão podem haver diferentes unidades de observação: Se, por exemplo, for necessário

pesquisar a adequação do sistema de extensão agrícola, as unidades de observação podem ser, por exemplo, diferentes grupos da população da aldeia, mas também extensionistas agrícolas, cooperativas, etc.

No que diz respeito aos exemplos já conhecidos do capítulo “Definição do Conteúdo”, nomeadamente os estudos no Brasil e em Moçambique, existe uma grande variedade de unidades a que se referem as questões de pesquisa:

- No estudo realizado no Brasil, as questões de pesquisa sobre percepção de risco referem-se à população local de Teresópolis. A unidade de pesquisa são indivíduos adultos nesta região.
- No estudo em Moçambique, as unidades de

observação referem-se às comunidades em Chinde. Noutros casos, as unidades de observação podem ser conceitos sobre monitoria do impacto, pessoal de ONGs, participantes de *workshops*, etc.

A escolha das unidades de observação é decisiva, pois dela vai depender sobre quem, ou sobre o quê, o estudo vai permitir fazer afirmações.

Um exemplo (segundo BAKER 1994: 104):

„Suponhamos que queremos estudar a desistência da faculdade. E que descobrimos que a taxa de estudantes que abandonaram os seus estudos é menor em distritos onde há uma proporção elevada de famílias „completas“ (mãe e pai).

Podemos então concluir que os filhos de famílias com apenas um dos pais têm mais probabilidade de interromper os seus estudos? Não, pelo menos não com base nos nossos resultados. Se o fizéssemos, este seria um exemplo da chamada „falácia ecológica“ que ocorre quando, por exemplo, os resultados de uma análise de grupo são transferidos para os indivíduos. No caso presente, por exemplo, poderia ser que em distritos com uma maior proporção de famílias incompletas, os desistentes sejam provenientes de famílias completas“.

Como agravante, frequentemente acontece que a estrutura interna das unidades de pesquisa locais não é conhecida. Isto aplica-se, por exemplo, a unidades como „aldeia“, „agregado familiar“, „família“, etc. Em muitas regiões rurais africanas, por exemplo, o tamanho do agregado familiar varia muito em função da estação do ano. Assim, coloca-se a questão de saber se só estão incluídos na unidade de observação os membros do agregado familiar que estão presentes, ou também os ausentes.

Se, por exemplo, forem necessários dados sobre cooperativas de poupança e crédito, as cooperativas podem ser inquiridas diretamente (ou seja, a unidade de investigação). Porém, os dados também podem ser obtidos junto da ONG responsável pelo programa, ou através de entrevistas com peritos.

As informações sobre as unidades de observação também podem ser obtidas através de **fontes secundárias**, especialistas ou outros indivíduos detentores da informação necessária para a pesquisa. Ou seja, as fontes de informação fornecem a informação sobre as unidades de observação; as unidades de observação são as unidades a que a informação/os dados se referem. A informação deve ser pesquisada onde é mais facilmente acessível e não devem ser recolhidos dados diretamente se eles já estiverem disponíveis como material secundário.

INSTRUÇÃO DE TRABALHO

FASE 3 – PASSO 2: Determinação das unidades de observação	
Resultado	A equipa clarificou (para cada questão a analisar) sobre quem, ou sobre o quê, o esclarecimento da questão vai permitir fazer afirmações e onde obter a respetiva informação.
Perguntas-chave de moderação/ procedimento	■ Verificar para cada questão a analisar a quem, ou a quê, ela se refere (aos serviços de extensão em geral, ao extensionista em particular, etc.) ■ Analisar quem ou o quê pode fornecer informações para esclarecer cada questão a analisar (documentos, extensionistas individuais, chefe do serviço de extensão, etc.)
Dicas	■ A que nível necessitamos de dados? Se precisamos de dados sobre indivíduos, temos de levantar os dados nesse nível. Os dados levantados no nível mais baixo podem ser mais tarde agregados
Material	■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis, quadro ■ <i>Laptop</i>, <i>datashow</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registrar os resultados por escrito ■ De forma clara e sintética (matriz – Questão a analisar, unidade de observação, fonte de informação) ■ Ata: questões não respondidas, controvérsias, informações incompletas, etc.

3.3 Definição de amostra (Fase 3 – Passo 3)

Frequentemente, os estudos realizados tratam de questões que se referem a grandes universos, por exemplo:

Redução da pobreza através do turismo em agregados rurais do distrito de Inhambane em Moçambique;

Conflitos sobre recursos entre camponeses e criadores de gado no Sul do Mali;

Impacto de um projeto na Província noroeste da Zâmbia;

Percepção social da população local no município de Teresópolis no Brasil;

Promoção do emprego dos jovens na Libéria.

Tendo em conta os recursos disponíveis, é impossível realizar um “levantamento completo” de agregados, empresas etc., de uma Província, como se fosse um censo da população. Para reduzir os custos (tempo, dinheiro, energia) de um estudo, procede-se à escolha de um grupo (n) pertencente a uma totalidade (N), ou seja, escolhemos uma **amostra** (*Sample*). Este procedimento só é possível na condição de a amostra ser suficientemente representativa da população a que se refere, permitindo assim extrapolar para a população em geral a conclusão obtida na amostra.

FRIEDRICHS (1998) define as premissas de uma amostra da seguinte forma:

- A amostra tem que ser uma imagem reduzida da população no que se refere à heterogeneidade dos elementos e à representatividade das variáveis relevantes.
- As unidades ou elementos da amostra têm que ser definidos.
- A população a que a amostra se refere deve poder ser especificada e definível em termos empíricos.
- O método de seleção tem que ser especificado e cumprir a exigência 1.” (pág. 125)

No caso da PAD é difícil cumprir estes requisitos,

sendo o principal problema a falta de informação sobre a população a que o estudo se refere. É raro haver uma listagem completa de elementos sobre a população, com base na qual se possa tirar uma amostra. Por isso, na seleção da amostra, deve-se ter o maior cuidado em utilizar todas as fontes de informação disponíveis (informadores-chave, descrições qualitativas, estatísticas) e em tornar o procedimento transparente. Caso se faça a seleção de uma amostra com base numa justificativa fraca (por não existir outra possibilidade), deve-se evitar tentar dar um aspecto mais “científico” usando cálculos inadequados (por exemplo, 5,37% dos camponeses).

No âmbito dos estudos, muitas vezes é útil fazer a **seleção da amostra em várias etapas** – através do chamado **método por clusters** (agrupamentos). Com este método, selecionam-se primeiras unidades maiores, por exemplo, aldeias ou organizações escolhidas aleatoriamente (por exemplo, cada terceira aldeia da lista Z em que o projeto X fez extensão rural) ou escolhidas segundo determinados critérios (como, por exemplo, aldeias com baixa intensidade de serviços de extensão, ou a diferentes distâncias da sede do projeto, ou com uma composição étnica homogênea/heterogênea, etc.). Os agrupamentos (clusters) constituem então a base para a escolha da amostra.

Apresenta-se em seguida um curto resumo sobre vários métodos que podem ser utilizados para a seleção da amostra:

Procedimento para a escolha da amostra (retirado de: FAO 1990: 89):

Amostragem aleatória simples	Quando existem listas de agregados, empresas, indivíduos, etc. Cada caso recebe um número e depois são retirados elementos ao acaso, até se atingir a quantidade desejada para a amostra. .
Amostragem sistemática	O mesmo que no anterior, mas depois a seleção é feita retirando-se um elemento, por exemplo de 5 em 5, de 10 em 10 ou de 15 em 15, etc.
Amostragem aleatória por etapas	Inclui vários níveis. Por exemplo, num primeiro passo faz-se uma seleção aleatória de comunidades e depois selecionam-se pessoas dessas comunidades. .
Amostragem estratificada	Usa-se quando há o perigo de que subgrupos importantes da população não sejam considerados ou quando a heterogeneidade de uma característica (variância) na população é muito elevada. Depende do problema/hipótese. Definem-se dois ou vários grupos para se seleccionar a amostra dentro de cada um. Caso especial: seleção não proporcional , por exemplo a consideração de sub-grupos particulares porque são de especial interesse para o estudo.
Amostragem por <i>Clusters</i> (agrupamentos)	É uma possibilidade quando não existem listas sobre pessoas, agregados, etc. Definição de clusters geográficos ou institucionais. O método de cluster consiste em decompor grandes áreas de pesquisa em unidades mais pequenas e mais homogêneas, que sejam mais adequadas para a seleção da amostra.
Amostragem por quotas (Quota = distribuição de características)	Decide-se previamente quais são os subgrupos relevantes da população e qual a sua proporção na amostra total. Por exemplo, distribuição de género, estrutura etária, etc. Seguidamente entrevistam-se pessoas até atingir a quota necessária (homens/mulheres/grupos etários, etc.). É parecido com a amostragem estratificada mas há uma diferença importante: é o entrevistador que selecciona as amostras durante o trabalho. Problema: seleção, forte peso do entrevistador, preferências subjetivas

A questão **da dimensão que a amostra deve ter** nos estudos de campo só pode ser respondida **no contexto específico dos objetivos da pesquisa**. A questão depende também da preferência por métodos rigorosos quantitativos ou por métodos qualitativos e participativos. Uma pequena amostra qualitativa desproporcional bem escolhida pode, por exemplo, no caso de avaliações de impacto, ser mais adequada do que uma amostra grande, que possivelmente não pode verificar hipóteses importantes. Parece mais plausível verificar a hipótese: „A construção de estradas no âmbito rural dá origem a atividades económicas locais“ através da busca direta de casos relevantes (oficinas de bicicleta, por exemplo) do que por um levantamento em cada 10 famílias (é possível que nunca encontremos as cinco novas oficinas). Por outro lado, pode ser útil e importante para a relevância das conclusões baseá-las estatisticamente numa quantidade maior de casos, em vez de aprofundar os casos. Dada a falta de conhecimento sobre o universo pesquisado, não é possível usar um procedimento representativo aleatório para grupos muito grandes. Para grupos menores, especialmente se eles têm uma baixa heterogeneidade, essa abordagem pode fazer todo o sentido (a menos que sejam grupos claramente delimitados, como por exemplo, cooperativas de poupança ou de crédito em que os participantes são registados pelos nomes).

Por último, mas não menos importante, na determinação da amostra devem também ser tidas em conta as questões da acessibilidade e das condições de viagem. Há que considerar as limitações de tempo e de recursos de pessoal logo no momento em que se determina o tamanho da amostra, bem como na fase de avaliação posterior. Quanto maior for a amostra e mais abrangentes forem os instrumentos, maior será o esforço de avaliação e o tempo necessário!

É fundamental para o estudo ter uma base sólida e teoricamente plausível para a seleção da amostra, bem como uma documentação transparente. Igualmente importante no caso de estudos representativos é o aspecto da monitoria e do debate sobre um possível grau de saturação.

O anexo II contém os procedimentos de amostragem para os estudos do Brasil e de Moçambique. Num primeiro passo de seleção, ambos decidiram a favor de um procedimento de cluster geográfico: no Brasil, de acordo com as zonas rurais/urbanas afetadas/não afetadas pela tragédia; em Moçambique, de acordo com a inclusão ou não dos municípios nas medidas da Ação Agrária Alemã e categorizando-os de acordo com outros critérios, tais como distância até ao rio, existência de meios de transporte e outros. Numa segunda etapa, o estudo no Brasil diferenciou as famílias por sexo e idade com base nos dados do censo e selecionou uma amostra aleatória. Em Moçambique foram selecionados informadores-chave nos municípios.

Amostragem teórica: Para além dos processos de amostragem acima mencionados, a pesquisa qualitativa usa um método que deriva da „*Grounded Theory*“¹², chamado método de „amostragem teórica“. Neste método, as amostras são recolhidas de modo que, dependendo do resultado, os critérios possam ser redefinidos. Um exemplo pode ilustrar a sua aplicação: num estudo de base sobre pequenos agricultores, constata-se, depois de cinco entrevistas, que os sistemas de produção agrícola variam muito conforme a etnia do entrevistado. Na amostragem seguinte dá-se especial atenção ao grupo étnico dos entrevistados. Depois de mais 10 entrevistas, observa-se que a principal característica de diferenças da situação económica está relacionada com o facto de nas famílias haver ou não trabalho familiar, uma característica que está relacionada com a etnia. Num levantamento

¹² A *Grounded Theory* é uma abordagem metodológica de pesquisa social interpretativa (na tradição da Escola de Chicago, a partir de estudos por STRAUSS E GLASER). Os dados são continuamente comparados e uma „amostragem teórica“ sucessiva é controlada por um processo concomitante de construção da teoria (GLASER 1978).

de dados seguinte são entrevistados pequenos agricultores com pouco e com muito trabalho familiar, com assalariados, etc. Este processo continua até à „saturação teórica“.

Grupos de controlo: particularmente quando se trata de pesquisas que visam não só a compreensão do que acontece no momento da pesquisa, mas também uma comparação temporal, deparamo-nos com o problema metodológico da comparação entre o ponto inicial e o ponto final. No caso dos estudos de campo, é impossível fazer uma pesquisa com dados em painel (entrevistar a mesma pessoa/família em intervalos regulares durante um longo período), como a que é habitualmente feita, por exemplo, para o estudo do desenvolvimento sócio-económico da Alemanha.

É uma sorte quando se dispõe de dados de um estudo de base anterior, que podem ser comparados com os dados obtidos no estudo de campo, mas, no caso dos estudos relacionados com projetos da cooperação internacional, isso raramente acontece. Assim, por exemplo em avaliações e estudos de impacto coloca-se o seguinte problema: é necessário ou fazer perguntas relativas ao passado (por exemplo, „Como era o

abastecimento de comida antes da construção da estrada?“- não esquecendo que existe o problema da parcialidade na memória dos entrevistados), ou usar grupos de comparação que não tenham sido abrangidos pelo projeto. Neste último caso, pressupõe-se que as diferenças constatadas entre a vida dos grupos que beneficiaram e os que não beneficiaram da intervenção têm a ver com os efeitos do projeto. Além da impossibilidade de se atribuir uma causalidade direta neste caso (ou seja, como se pode ter a certeza de que uma mudança observada tem realmente uma relação causal com uma intervenção previamente definida?), a definição de grupos de controlo é um grande desafio metodológico, porque as características destes grupos têm de ser idênticas a todas as características essenciais do grupo que beneficiou do projeto, mas não podem ter beneficiado de nenhuma intervenção do projeto. Na prática, é muito difícil conseguir encontrar essa situação. Para ultrapassar esta dificuldade, frequentemente são comparados grupos que beneficiaram de uma intervenção durante um período de tempo diferente (p. ex., aldeias que estão incluídas no programa há mais tempo e aquelas que só foram integradas

Exemplo: Amostra, **Brasil 2013** (Percepção dos riscos e adaptação à mudança climática)

1. Cluster geográfico	
Áreas com potencial para a valorização dos serviços ecossistêmicos para a redução de riscos	
2. Cluster geográfico	
Bairro rural afetado pela tragédia de 2011	Bairro rural não afetado pela tragédia de 2011
Bairro urbano afetado pela tragédia de 2011	Bairro urbano não afetado pela tragédia de 2011
3. Amostragem baseada em quotas	
Critérios socioeconómicos género e idade	

FASE 3 – PASSO 3:

Definição da amostra

Resultado	A equipa definiu as exigências em relação à representatividade do estudo.
Perguntas-chave de moderação/procedimento	■ Discutir quais são as exigências do parceiro em relação à representatividade dos resultados (relação com os objetivos, as áreas temáticas do estudo, etc.) e o que pode ser realisticamente realizado. ■ Estabelecer uma abordagem realista de como, e com base em que critérios, as unidades de pesquisa definidas para o estudo devem ser selecionadas (aldeias, organizações, indivíduos, etc.). Caso isso só seja possível no próprio local, discutir com quem e quando este passo deve ser executado.
Dicas	■ Na maioria dos casos, as unidades de observação (a quem ou a quê se refere a questão) e as fontes de informação (onde/junto de quem encontramos as informações sobre a unidade de observação) serão idênticas, mas isto nem sempre acontece. Exemplo: unidade de observação: os funcionários da GIZ; fonte de informação: os coordenadores da GIZ (quando não são feitas entrevistas com os funcionários diretamente, mas os coordenadores são entrevistados sobre os funcionários).
Material	■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis, quadro ■ <i>Laptop, datashow</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registrar os resultados por escrito ■ De forma clara e sintética ■ Ata: questões não respondidas, controvérsias, informações incompletas, etc.

recentemente). Além disso, trabalhar com grupos de controlo requer uma cuidadosa consideração dos aspectos éticos.

3.4 Instrumentos para recolha de dados (Fase 3-Passo 4)

Instrumentos para coleta de dados (data collection methods) são ferramentas, não fazendo sentido diferenciar entre „boas“ e „más“. **Instrumentos** podem ser mais ou menos **adequados, práticos ou adaptados** e têm que ser elaborados de acordo com o respetivo contexto (variáveis, indicadores, situação a levantar, grupo-alvo, entrevistadores, objetivo ...). Aquilo que é exigido na Etiópia (por exemplo, que os entrevistados permaneçam anónimos durante a entrevista), pode ser recusado na Nigéria (exemplos em PAUSEWANG 1973 e AY 1980). Outros critérios para avaliar a **adequação** das ferramentas são a **complexidade** e a **acessibilidade**. Devido às limitações de tempo e de recursos, poderá acontecer que na PAD se tenham que utilizar métodos de “segunda opção” (“Second-best”). Há factos que não podem ser observados ou medidos diretamente (por exemplo, o rendimento da colheita, se a equipa de pesquisa só esteve no local no momento em que a colheita foi feita), tendo que ser obtidos através de entrevistas, mesmo que assim o resultado possa parecer menos fiável.

Nas Ciências Sociais, a pesquisa empírica tem aperfeiçoado os seus instrumentos, por vezes com a intenção de desenvolver métodos para a coleta de dados qualitativos tão exatos como os das Ciências Naturais. Independentemente da discussão em torno desta tendência, no âmbito da PAD consideramos que estas posições não são inconciliavelmente opostas, mas sim que se trata de um “continuum”, que vai desde os métodos altamente formalizados até aos métodos abertos. Cada método possui vantagens e desvantagens que devem ser tidas em consideração. A PAD vive de um ecleticismo metodológico não dogmático; o grau de formalismo do levantamento de dados dependerá sempre do objetivo do estudo e da situação concreta em que ele é realizado. Para se reduzirem as desvantagens dos diferentes métodos de recolha de dados é recomendável a utilização de uma ampla variedade de instrumentos. Atualmente, muitos investigadores sociais enfatizam a grande vantagem da utilização de uma “mistura” de métodos (ver, por exemplo, DIEKMANN 1995). De qualquer forma, só é possível utilizar os métodos criativamente quando se tem um bom domínio das ferramentas.

Instrumentos formais e não formais de recolha de dados:

Formal/Padronizado:	Não Formal/Não Padronizado:
■ Mais fácil de analisar (os dados) ■ Baixa exigência quanto à qualificação de quem faz a recolha dos dados ■ A subjetividade de quem recolhe os dados tem menos peso, é relativamente fácil de controlar ■ Exige bons conhecimentos prévios	■ Análise difícil, trabalhosa ■ Elevada exigência quanto à qualificação de quem faz a recolha dos dados ■ A subjetividade de quem recolhe os dados tem muito peso, é difícil de controlar ■ Permite um procedimento exploratório

Instrumentos qualitativos e quantitativos de recolha de dados::

Características	Métodos Qualitativos	Métodos Quantitativos
Tipo de dados	Centram-se nas diferenças, problemas, perspectivas	Centram-se nas frequências, distribuições, médias
Métodos típicos de recolha de dados	Observação participante, entrevistas semi-estruturadas	Observações em laboratório Entrevistas estruturadas
Formulação de perguntas/respostas	Perguntas abertas, guiões, listas de verificação, possibilidade de ser complementado durante a entrevista, “ <i>comunicação nos dois sentidos</i> ”	Perguntas e respostas fechadas. Categorias. Nenhum desvio durante a entrevista. O investigador pergunta, o entrevistado responde
Seleção dos entrevistados	Pessoas com conhecimentos especiais	Amostra representativa de pessoas a entrevistar
Análise dos dados	Muitas vezes ocorre paralelamente à recolha de dados	No final da recolha de dados
Utilização de métodos padronizados de análise	Raramente Os métodos de análise são elaborados durante o processo	Sim

De maneira geral podem-se dividir os instrumentos de recolha de dados em quatro grupos:

- Entrevista
- Observação
- Teste de métodos
- Medição direta

As análises secundárias são um caso especial (não se trata realmente de um instrumento de recolha de dados, mas de um meio importante de obtenção de informação).

Antes de tratar a questão dos instrumentos a utilizar, é recomendável estruturar primeiro as áreas temáticas relevantes. Elas podem servir, por exemplo, para a estruturação de um questionário, ou seja, para definir os blocos/módulos e depois formular as respetivas questões específicas, questões abertas, fechadas etc.

3.4.1 Entrevistas

A entrevista é o instrumento mais frequentemente utilizado para o levantamento de dados, tanto na pesquisa quantitativa como na qualitativa, no Rapid Rural Appraisal (RRA), no Participatory Rural Appraisal (PRA) etc. Existe um leque amplo de formas e técnicas de entrevista, que vão desde entrevistas não estruturadas até questionários totalmente padronizados, de entrevistas telefónicas até inquéritos por escrito. O tipo de entrevista que se escolhe num determinado caso depende do conteúdo e do objetivo da pesquisa, assim como do contexto em que o estudo é realizado.

Nos estudos de campo da PAD, geralmente são realizadas entrevistas em todos os níveis: macro, meso e micro. Nos níveis macro e meso, ou seja, nas entrevistas com funcionários do governo, com representantes de institutos de pesquisa, com especialistas, etc., normalmente o importante não é a questão da comparabilidade, mas sim a exploração, ou seja, a determinação da amplitude e da profundidade que as perguntas a incluir devem ter e a captação da percepção dos entrevistados sobre

determinadas questões. No caso de entrevistas a especialistas, é necessário concentrar-se em algumas poucas dimensões temáticas e estar aberto a imprevistos. Na pesquisa em nível micro, a questão é determinar o grau de padronização da pesquisa, e, dessa forma, o tipo de entrevista a realizar.

Como na PAD raramente se utilizam inquéritos por escrito ou telefônicos, concentramo-nos de seguida na entrevista oral direta. As entrevistas podem ser classificadas segundo o seu grau de estruturação/padronização.

Questionários

O instrumento preferido na pesquisa social empírica quantitativa é o **questionário estruturado com categorias de respostas padronizadas**.

A utilização desse tipo de questionário tem várias funções:

- Aumentar a comparabilidade dos resultados obtidos por diferentes entrevistadores;
- Poder utilizar um procedimento já antes cuidadosamente preparado e testado;
- Estruturar as informações logo na fase de levantamento;
- Facilitar a análise.

Nos estudos de campo utilizam-se frequentemente as chamadas “entrevistas qualitativas”.

A entrevista qualitativa

A entrevista qualitativa não procura tanto obter resultados quantificáveis mas sim a visão subjetiva dos entrevistados. O **objetivo é determinar como e quando os entrevistados chegaram a uma determinada percepção de um problema**. Por essa razão, a entrevista deve ser desenhada de forma relativamente aberta: ela tem um baixo nível de estruturação, consiste essencialmente em perguntas abertas e as perguntas são fortemente orientadas para a vivência e experiência dos entrevistados. Enquanto na pesquisa social quantitativa o entrevistador é visto como uma instância neutra, „objetiva“, a pesquisa qualitativa parte do princípio que não existem entrevistas

„sem relacionamento“. O entrevistado é visto como participante na pesquisa, influenciando ativamente o processo de pesquisa.

A entrevista em si é muito variável, podendo ser totalmente aberta ou seguir um determinado esquema. Isso dependerá essencialmente do motivo e objetivo da pesquisa, assim como dos recursos disponíveis (principalmente em termos de tempo). Nos estudos de campo normalmente é preferível utilizar entrevistas orientadas por um guião.

Seguidamente apresentam-se algumas indicações práticas para a elaboração e aplicação de um guião para entrevistas.

Técnicas de perguntas

As **perguntas** decorrem das áreas temáticas e das questões a analisar do estudo. É importante focalizar as perguntas nos conteúdos, para evitar uma recolha casual de dados. Há que evitar a tendência para „... também seria interessante...“. Os questionários de má qualidade são aqueles em que as perguntas e a sua formulação não derivam diretamente das hipóteses (ou do problema). Nesse caso, subentende-se que as respostas irão resolver essa deficiência e justificarão as perguntas a posteriori. Ora isso é um erro, pois, logicamente, as respostas dependem fortemente da própria formulação das perguntas” (FRIEDRICHS 1998).

As regras gerais para **formulação de perguntas** parecem banais e, talvez por isso mesmo, tantas vezes não sejam respeitadas. Para verificar (provisoriamente) se as perguntas estão corretamente formuladas é necessário fazer um pré-teste.

Regras para formulação e aplicação das perguntas:

- Perguntas curtas e simples; evitar “meter” várias perguntas numa única;
- Perguntas que sejam adequadas ao contexto das pessoas entrevistadas;
- Conceitos claros: têm que ser iguais para todas as pessoas entrevistadas;
- Formulação em linguagem coloquial (do dia a dia), mas sem exagerar;

- Não utilizar expressões ou questões sugestivas;
- Clareza e lógica: a pessoa entrevistada tem que poder entender e memorizar a pergunta, para pensar sobre ela;
- A flexibilidade é um fator importante para o bom resultado de uma entrevista qualitativa. Depois da pergunta inicial, que abre a entrevista, a sequência das perguntas não é rígida. O entrevistador deve ser suficientemente flexível para seguir a estrutura da conversa da pessoa entrevistada;
- É recomendável iniciar a entrevista com uma pergunta a que a pessoa entrevistada saiba responder facilmente e que não aborde assuntos delicados. As perguntas mais difíceis ou sensíveis devem ser colocadas mais tarde;
- A sequência de temas deve seguir a lógica do próprio entrevistado. Para assuntos difíceis deve-se proceder em “funil”;
- No final do guião não se devem colocar assuntos difíceis, delicados ou dolorosos para a pessoa entrevistada. É aconselhável dar à própria pessoa entrevistada a possibilidade de colocar perguntas.

Entrevistas com especialistas

As entrevistas com especialistas são uma forma especial de entrevista qualitativa. Normalmente, elabora-se um roteiro com perguntas abertas, o que permite comparar as diferentes entrevistas feitas com o mesmo roteiro. Além disso, a entrevista é estruturada, podendo ser repetida. De novo, para assuntos difíceis deve-se proceder em “funil”.

A fonte de informação “especializada” varia conforme a pesquisa. O especialista tanto pode ser um agricultor, que trabalha há anos no conselho diretivo de uma cooperativa, como pode ser um funcionário do gabinete de estratégias de redução de riscos no Ministério do Meio Ambiente.

As entrevistas com especialistas também podem ser aplicadas para obter previamente informações sobre o terreno de pesquisa ou para obter feedback sobre os resultados preliminares.

Entrevistas em grupos e grupos focais

As entrevistas baseadas num guião podem ser aplicadas tanto a **indivíduos** como a **grupos**. As **entrevistas em grupo** têm um papel importante no âmbito da PAD. Elas podem ter um carácter mais exploratório, permitindo que o entrevistador, o facilitador, etc. obtenha uma variedade de informações importantes, que podem depois ser aprofundadas em entrevistas individuais. Ou podem também ser já focalizadas, permitindo aprofundar determinadas questões e temas. As entrevistas em grupo podem servir, por exemplo, para fazer o **levantamento do leque de atitudes** existentes sobre um determinado tema. Elas podem ainda ter como objetivo chegar a um resultado conjunto da equipa (por exemplo, num *workshop* de um DRP).

Chama-se **grupos focais**¹³ as discussões em grupo que são moderadas por um facilitador. Muitas vezes elas são realizadas usando um roteiro ou métodos participativos (PCIA¹⁴, MAPP, PIM). “*Timelines*”¹⁵ ou “o mapeamento da comunidade”¹⁶ são métodos muito úteis para a estruturação da discussão

¹³ Uma descrição detalhada do método de grupos focais pode ser encontrada em SCHULZ ET AL 2012.

¹⁴ A Avaliação do Impacto da Paz e dos Conflitos (Peace and Conflict Impact Assessment - PCIA), o Método de Avaliação do Impacto de Programas e Projetos (Method for Impact Assessment of Programmes and Projects - MAPP) e a Monitoria Participativa do Impacto (Participatory Impact Monitoring - PIM) são abordagens metodológicas de monitorização e, em particular, de medição do impacto das medidas de cooperação internacional (cf. WHH o.D. Leitfaden der Wirkungsorientierung, NEUBERT 2004, entre outros).

¹⁵ As “*Timelines*” contam a história de um grupo, um lugar no decorrer do tempo. As “*Timelines*” são uma forma de entrevista na qual uma unidade de tempo relevante é definida. Eles podem ser registados em forma tabular, como linhas de tendência ou cenários.

¹⁶ O “mapeamento da comunidade” é um método participativo para identificar e analisar os problemas, características e recursos das comunidades (cf. KUMAR 2002; MINKLER e COOMBE 2007). Desta forma, as necessidades locais de ação são identificadas e os objetivos do trabalho conjunto do projeto são definidos.

em grupos. O objetivo é recolher as opiniões e atitudes. Por isso, a criação de um ambiente aberto e de confiança é crucial. Outro instrumento que é muitas vezes combinado com entrevistas em grupo é o diagrama de Venn. Círculos ou formas são usados para estabelecer relações e influenciar variáveis juntamente com grupos-alvo, por exemplo, a importância das instituições estatais. O Transekt deve também ser mencionado, um instrumento para mapear espaços com grupos-alvo (por exemplo, campos, pastagens, etc.) e, assim, também rastrear processos de mudanças ¹⁷.

Dependendo da temática, pode ser preferível que a composição do grupo seja mais heterogênea ou mais homogênea.

Muitas vezes, a **entrevista em grupo** é mais adaptada à realidade existente nas aldeias do que as entrevistas individuais, já que muitas vezes é difícil conseguir uma situação adequada para ter uma conversa individual. No entanto, nas discussões em grupo há que verificar com atenção se realmente todos exprimem a sua opinião (mesmo aquelas pessoas que têm uma opinião diferente da maioria do grupo) e se todos os subgrupos têm, de facto, oportunidade de exprimir a sua opinião.

Além disso, as entrevistas em grupo não são apenas adequadas ao nível micro, mas também no contexto de entrevistas de peritos, etc. Para a posterior avaliação, através de análise de conteúdo, de uma entrevista com um grupo focal, recomenda-se a utilização da observação não participativa. Os vários tipos de observação são descritos seguidamente.

3.4.2 Observação

A observação é um instrumento frequentemente utilizado para recolher informação. Ela abrange um longo espectro contínuo, que vai desde a observação sistemática do quotidiano até a experiências altamente controladas. Os resultados são muito diferentes conforme a observação é aberta ou

oculta, se o observador participa ou não na situação, se a observação é sistemática ou não sistemática, se as pessoas são observadas numa situação natural ou se é criada uma situação artificial (por exemplo, em testes psicológicos em laboratório), se é auto-observação ou observação externa. No contexto dos estudos orientados para a aplicação, a combinação de **situação aberta+não-participante-sistemática-natural+ observação externa** tem-se mostrado particularmente útil.

Nos levantamentos de campo, os métodos de observação têm numerosas vantagens: podem revelar aspectos que não tinham sido considerados, ter em conta aspectos quotidianos e normais, contribuir para a compreensão do contexto e, assim, promover a formação de hipóteses e reduzir as perguntas necessárias (até embaraçosas).

Para poder avaliar as observações, é imprescindível sistematizá-las. Isso reduz, por um lado, a forte subjetividade da observação e, por outro, aumenta a possibilidade de comparação.

Para se padronizar a observação é necessário elaborar uma ficha. **As fichas de observação** são esquemas pré-preparados que facilitam a classificação e o registo daquilo que se observa; a possibilidade de fazer o registo durante o processo de observação depende da situação, pelo que se deve esclarecer previamente se o registo é feito nesse momento, ou não.

Na pesquisa, a observação é frequentemente aplicada em conjugação com outros instrumentos:

- **Na fase de preparação:** para familiarizar as pessoas com a situação de levantamento; para testar a relevância das questões, etc.;
- **Na fase de aplicação:** para obter informações suplementares de tipo qualitativo, por exemplo durante uma entrevista ou durante uma discussão de grupo;
- **Como controlo:** como corretivo, para esclarecer inconsistências.

¹⁷ Há uma série de métodos participativos que podem ser combinados e apoiados por pesquisas. A informação e os instrumentos podem ser pesquisados, por exemplo, no Institute of Development Studies.

A observação é um instrumento extremamente importante para a testagem metodológica (ver o próximo capítulo) . Por exemplo, se a equipa pretender verificar se os instrumentos que elaborou são aceites por todos os grupos sociais envolvidos num projeto, ela poderá utilizar métodos de observação sistemática durante as discussões em grupo (observar quem fala, quando e com que frequência, a participação de mulheres e jovens, etc.).

3.4.3 Teste de métodos

Os estudos orientados para a aplicação têm frequentemente como finalidade o desenvolvimento de instrumentos metodológicos. Alguns exemplos já foram apresentados nos capítulos sobre o esclarecimento do contexto de utilização e a definição do conteúdo. Muitas vezes, estes estudos incluem tanto o desenvolvimento de conceitos, como a testagem dos instrumentos. Nestes casos, é necessário desenvolver métodos para testar a qualidade dos instrumentos e, assim, poder avaliá-los. O estudo no Brasil foi um desses exemplos: a medição da percepção de riscos ambientais entre a população exigiu um conjunto de instrumentos metodológicos que teve de ser testado para depois ficar disponível para pesquisas em outros contextos. Por outras palavras, o próprio instrumento tinha de ser documentado de uma forma que permitisse uma utilização posterior.

Outro exemplo: a Ação Agrária Alemã queria melhorar a gestão de projetos através do desenvolvimento e teste de instrumentos para a auto-avaliação dos seus projetos. Para o efeito, definiu uma série de critérios de qualidade que deveriam ser utilizados como base para a avaliação dos instrumentos. Entre outros, esses critérios eram „simplicidade“, „transferibilidade“, „normalização“, „participação“. A equipa desenvolveu a metodologia de auto-avaliação tendo em conta esses critérios e, para o teste - ou seja, durante os workshops de auto-avaliação -, teve então de estabelecer a maneira de medir os critérios de qualidade. Isso incluiu a escolha dos instrumentos metodológicos a utilizar e da forma da sua aplicação, para, por exemplo, obter

informações sobre o critério da „simplicidade“. A equipa optou por procedimentos de observação, entrevistas e entrevistas a especialistas, obtendo assim informações importantes sobre como melhorar ainda mais o leque de instrumentos, de acordo com os requisitos de qualidade do parceiro de cooperação.

3.4.4 Medição direta

No âmbito da PAD, a medição direta pode ser utilizada, por exemplo, para a medição de terrenos, medição de rendimentos, análises de terrenos, estudos sobre o estado de saúde e de nutrição, etc. Os principais problemas deste instrumento são a questão da **aceitação** por parte dos envolvidos, os custos (tempo, dinheiro) e a logística (por exemplo, transporte de balanças). Um problema que poderá surgir, mas que é relativamente fácil de resolver, é a necessidade de transformar medidas, tamanhos e conceitos locais em unidades normalizadas.

3.4.5 Análises secundárias/Análises de documentos

Na análise secundária é utilizado material já anteriormente recolhido para qualquer outro fim ou documentos de acesso geral (por exemplo: mapas, fotografias aéreas, bibliografia, estatísticas). Geralmente, as análises secundárias têm um papel importante no âmbito dos estudos PAD. Uma forma especial e bastante formalizada de análise secundária é a **análise do conteúdo**, que consiste na análise de documentos (bibliografia, filmes, música etc.), de acordo com um esquema quantitativo ou qualitativo anteriormente estabelecido (FRIEDRICHS 1998).

3.5 Pré-teste e treinamento dos entrevistadores (Fase 3– Passo 5)

Antes da fase de campo, a equipa de pesquisa deve ter em conta o pré-teste.

No pré-teste testa-se o conteúdo e o método a aplicar. Trata-se pois de uma componente do estudo, que permite não só apurar novos aspectos em termos metodológicos, como também obter

INSTRUÇÃO DE TRABALHO

FASE 3 – PASSO 4:

Seleção dos instrumentos empíricos

Resultado	A equipa tem clareza sobre os instrumentos empíricos que vai utilizar e definiu os métodos de análise
Perguntas-chave de moderação/procedimento	■ Pensar, para cada área temática, unidade de observação e fontes de informação já identificadas, com que métodos vão trabalhar (entrevistas baseadas num guião, discussões em grupo, etc.) ■ Estabelecer o procedimento metodológico (p. ex. entrevistas baseadas num guião com os/as colaboradores/as do projeto) ■ Ao escolher os instrumentos empíricos, discutir os seus respetivos prós e contras, tendo em conta os recursos temporais e financeiros disponíveis ■ Discutir também os métodos de análise, tendo novamente em conta os recursos temporais e financeiros disponíveis
Dicas	■ Definir não só os instrumentos empíricos mas também os métodos de análise ■ Debater profundamente os prós e contras da utilização de instrumentos qualitativos e/ou quantitativos ■ Caso necessário, obter os conhecimentos que ainda faltam na equipa ■ Trabalhar em subgrupos, caso necessário
Material	■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis, quadro ■ <i>Laptop, datashow</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registrar os resultados por escrito ■ De forma clara e sintética ■ Ata: questões não respondidas, controvérsias, informações incompletas, etc.

os primeiros resultados em termos de conteúdo. O pré-teste abrange todos os aspectos do estudo planeado:

- As questões a analisar e a sua operacionalização: são completas, realistas, relevantes?
- Os instrumentos: são adequados, aplicáveis, compreensíveis, abrangentes, inequívocos?
- As fontes de informação: bem avaliadas, completas, fiáveis?
- Os entrevistadores: são suficientemente qualificados, capacitados em termos de linguagem, motivados e sinceros?
- Como vão ser analisadas as informações obtidas?

Entre o pré-teste e o levantamento propriamente dito deve-se reservar tempo suficiente para **rever, em conjunto, os instrumentos de recolha de dados** e, eventualmente, o desenho do levantamento. Esta é a última oportunidade para estabelecer um consenso aceitável entre os membros da equipa sobre os conteúdos e métodos, antes de se iniciar a aplicação que, em parte, é realizada com divisão das tarefas. Quanto menos incertezas houver, mais provável é que não surjam dificuldades no levantamento e na análise dos dados.

O **treino dos entrevistadores** deverá realizar-se em duas etapas, antes e depois do pré-teste. O pré-teste serve também (ver acima) para testar os entrevistadores escolhidos localmente. O primeiro treino pode ser feito através de simulação de papéis e depois na situação real. Durante o pré-teste deve fazer-se um registo exato do procedimento utilizado durante o levantamento, para, na segunda fase do treino, se trabalhar especificamente na correção dos erros que possam ter surgido.

Se estiverem envolvidos parceiros locais - tal como aconteceu em anos anteriores num grande número de estudos de pesquisa do SLE -, os instrumentos devem ser adaptados em conjunto, no âmbito de um workshop inicial. Isto tem efeitos positivos para o trabalho em equipa, bem como para a promoção da apropriação.

Por último, há que salientar que na investigação orientada para a aplicação se utiliza geralmente

uma combinação de métodos. Os instrumentos „clássicos“ aqui apresentados são complementados por uma variedade de métodos desenvolvidos no âmbito de procedimentos participativos, tais como Transect, Ranking, Scoring, etc., que foram compilados nas extensas publicações do Institute of Development Studies (IDS) em Brighton. Aqui encontram-se exemplos práticos para cada setor e para casos específicos, que podem ser considerados para o seu próprio contexto de utilização.

Há ainda que ter em consideração mais um perigo: hoje em dia, os instrumentos metodológicos são tão interessantes e variados que às vezes se perde de vista o contexto da sua aplicação. Porém, nunca se deve esquecer que os métodos nunca são um fim em si mesmos. Eles devem resultar do tema de pesquisa, são ferramentas. E para os usar é necessário dominá-los.

INSTRUÇÃO DE TRABALHO

FASE 3 – PASSO 5:

Pré-teste e adaptação ao contexto real

Resultado	A equipa fez um pré-teste e adaptou os seus instrumentos ao contexto real
Perguntas-chave de moderação/procedimento	O pré-teste abrange todos os aspectos do estudo planeado: ■ As questões a analisar e a sua operacionalização: são completas, realistas, relevantes? ■ Os instrumentos: são adequados, aplicáveis, compreensíveis, abrangentes, inequívocos? ■ As fontes de informação: bem avaliadas, completas, fiáveis? ■ Os entrevistadores: são suficientemente qualificados, capacitados em termos de linguagem, motivados e sinceros? ■ A análise: como vão ser analisadas as informações obtidas? ■ O plano de trabalho: é detalhado, foi adaptado e está atualizado?
Dicas	■ É crucial fazer um pré-teste antes de aplicar os instrumentos no campo ■ Considerar as necessidades das pessoas entrevistadas (nível de instrução, etc.)
Material	■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis, quadro ■ <i>Laptop</i>, <i>datashow</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registrar os resultados por escrito ■ De forma clara e sintética ■ Ata: questões não respondidas, controvérsias, informações incompletas, etc.

4 Planeamento da Execução

4 Planeamento da Execução

Antes do início da fase de campo, é necessário detalhar e atualizar o plano de trabalho e ter a estrutura do estudo já elaborada. Ambos já devem ter sido suficientemente desenvolvidos antes do início da fase de campo, para servirem de base para a discussão com os parceiros e poderem, assim, ser aperfeiçoados.

O mais tardar nessa altura, a equipa de pesquisa já deverá também ter preparado:

- Uma descrição do estudo na língua oficial, contendo informações sobre os antecedentes do estudo e sobre os parceiros de cooperação. Esta descrição pode, se necessário, ser usada como comunicado de imprensa;
- O conceito de pesquisa como base para a discussão com os parceiros e uma apresentação do mesmo;
- Um relatório inicial, que corresponde a um conceito de pesquisa bem formulado e que permite acordos detalhados com o parceiro de cooperação.

O conceito de pesquisa, o relatório inicial e a apresentação do conceito de pesquisa incluem:

- A apresentação da equipa da pesquisa e dos parceiros de cooperação;
- A razão para o estudo de pesquisa, contexto, problema central, conceitos, teorias e objetivos e resultados acordados;
- Os utilizadores dos resultados da pesquisa e consequências para o estudo;
- Os temas de pesquisa que resultam do sistema de objetivos e da análise do problema;
- A concretização e operacionalização dos temas de pesquisa;
- Os procedimentos metodológicos;
- Os instrumentos, unidades de observação, amostra etc.;
- O plano de trabalho.

Na atualização do plano de trabalho é necessário considerar os seguintes aspectos:

- Tempo para o pré-teste e a adaptação dos instrumentos
 - Planeamento de um Kick-off-Workshop, se for necessário
 - Tempo e recursos, caso seja preciso trabalhar com tradutores
 - Revisão conjunta dos resultados se a equipa trabalhar em diferentes lugares
 - Acessibilidade do terreno
 - Tempo adequado para o levantamento de dados
 - Tempo adequado para a análise e avaliação dos dados e elaboração do relatório final
-
-

INSTRUÇÃO DE TRABALHO

Planeamento da execução	
Resultado	A equipa tem os passos do procedimento metodológico apresentados, debatidos e adaptados A equipa tem o relatório inicial elaborado A equipa tem um Plano de Trabalho detalhado A equipa tem a Proposta de Estrutura do Relatório Final
Perguntas-chave de moderação/ procedimento	■ Quem vai preparar o quê? ■ Quem vai apresentar o quê? ■ Quem vai escrever o quê? ■ Quem vai responsabilizar-se por qual tarefa? ■ Quem vai fazer a ata do debate e o feedback?
Dicas	■ Distribuir responsabilidades e definir a sequência em que as tarefas devem ser executadas ■ Estabelecer prazos para cada tarefa
Material	■ Material de apresentação ■ <i>PowerPoint</i> ■ <i>Flipchart</i>, cartolinas, painéis e/ou quadro ■ <i>Laptop, datashow</i> ■ Máquina fotográfica
Documentação	■ Registrar o debate sobre todos os produtos (Relatório inicial, Plano de trabalho, Estrutura do Relatório) ■ De forma legível e concisa ■ Ata: controvérsias, informações incompletas, etc.

5 Tratamento e Análise dos Dados

5 Tratamento e Análise dos Dados

A equipa de pesquisa tem que planear desde muito cedo, como irão ser tratados os dados coletados, quer sejam dados secundários ou primários. Quando se trata de levantamentos padronizados e quantitativos, os dados só podem ser tratados depois do levantamento. Porém, este tipo de pesquisa não é típico da metodologia PAD, uma vez que nesta metodologia se utiliza geralmente uma mistura entre instrumentos qualitativos e quantitativos, tratando-se pois de estudos mistos. Nas pesquisas com metodologia PAD, a análise dos dados é tipicamente um processo contínuo, em que o levantamento dos dados e a análise ocorrem paralelamente. Só assim a equipa de pesquisa pode garantir uma aproximação passo a passo da clarificação das questões, formulando novas perguntas, rejeitando outras e aprofundando ainda outras.

Isso é ainda mais importante quando a equipa trabalha em subgrupos. É necessário assegurar que a informação-chave é disponibilizada e discutida por todos os intervenientes. Aqui se mostra a **importância do *feedback* (retroalimentação) e da iteração**. As questões são respondidas, refletidas criticamente e completadas.

Nos casos em que a equipa se subdivide em subgrupos, recomenda-se a realização de encontros regulares de toda a equipa para análise de informação e dos dados coletados. Deve fazer-se o registo de toda a informação por forma a permitir o controlo e conhecimento do que está a acontecer. Isto significa que a equipa tem que acordar um sistema de documentação de dados e da informação.

O tratamento dos dados requer, primeiramente, o controlo dos dados. Isto inclui:

- Verificação do levantamento em si (por exemplo, distribuição das entrevistas de acordo com

os clusters geográficos previamente definidos ou com outros critérios, número de entrevistas, etc.);

- A plausibilidade dos dados: existem informações/números que não façam sentido? Os dados são credíveis?
- Os dados são suficientemente precisos (de acordo com os requisitos do conceito de pesquisa)?
- Os dados estão completos? Existem lacunas em algumas perguntas? Porquê?
- Os entrevistadores interpretaram as questões de forma diferente, levando a diferenças sistemáticas nos dados?

Se for necessário, a equipa tem que corrigir os erros, efetuar um segundo levantamento de dados, formar entrevistadores, etc.

Só depois desta fase os dados poderão ser transferidos para uma tabela ou instrumento de análise. No caso de dados qualitativos, a equipa de pesquisa tem que transformar as informações em dados analisáveis, o que nos leva a codificação, que será descrita no próximo passo.

5.1 Codificação¹⁸

A codificação dos dados é uma das tarefas centrais da análise qualitativa de dados e, como escrevem MILES e HUBERMAN, „...a hard, obsessive work. It is not nearly as much fun as getting the good stuff in the field.“ (1994: 63)

Porque é necessário codificar os dados?

Quando, por exemplo, são analisadas entrevistas baseadas num guião, gravações de discussões em grupo, etc., é preciso lidar com uma infinidade de informações (tanto quantitativas como qualitativas), que, tal como estão, não podem ser comparadas de forma sistemática. Por exemplo,

¹⁸ MAYRING 2010 apresenta um trabalho de referência sobre o método de análise qualitativa de conteúdo.

informações sobre um mesmo tema estarão dispersas em diferentes pontos da entrevista e provavelmente haverá, sobre a mesma questão, uma grande variedade de atitudes, opiniões, etc. É aqui que uma sistematização através de codificação pode ajudar.

É aqui que uma sistematização por meio de codificação pode ajudar. Neste ponto, há que decidir se a análise é executada com um programa de computador ou manualmente. O número de entrevistas e discussões em grupo realizadas é um critério importante para essa decisão. A experiência tem demonstrado que a utilização de programas de software é útil para conjuntos de dados maiores.

Num primeiro passo, a equipa de pesquisa deve

ler o material obtido e anotar conceitos, aspectos de conteúdo ou até mesmo possíveis categorias („bom“, „mau“, „difícil“, etc.). Depois, deve-se atribuir aos vários pontos do texto o respetivo código. Para isso, pode-se utilizar números ou, conforme propõem, por exemplo, MILES e HUBERMAN, mnemónicas = auxiliares da memória; por exemplo, pode-se usar ECO para ecologia, GR para gestão de recursos, etc. Também é útil fazer a codificação com lápis/marcadores de cor: as passagens do texto são marcadas em diferentes cores, de acordo com a sua referência temática. Assim, os textos já pré-trabalhados desta forma podem, num passo seguinte, ser relacionados entre si.

Exemplo: Passos de codificação de um questionário

1. Passo	Ler os questionários respondidos, anotar os conceitos que podem ser utilizados para a sistematização (Tema! Questões!) Por ex. * Auto-ajuda * Erosão do solo * Extensão rural etc.
2. Passo	Trabalhar todos os questionários de acordo com estes conceitos, por exemplo marcar com lápis/marcador de cor as respetivas passagens do texto. Eventualmente completar com novos códigos.
3. Passo	Juntar as respetivas passagens do texto dos vários questionários sob o código correspondente. Atenção: Não destruir os originais!
4. Passo	Eventualmente, se for útil, agrupá-los. Criar as categorias e fazer o agrupamento.
5. Passo	Análise Identificar possíveis questões novas, ambiguidades, contradições, aprofundamento de determinados aspectos.

Neste passo, a equipa precisa de tempo e de discussão para obter uma compreensão comum dos códigos elaborados a aplicar. Portanto, é necessário considerar

tempo para isso no plano de trabalho.

Uma compreensão comum dos códigos é crucial para possibilitar uma análise profunda.

Dica: Depois de terem sido codificadas 30 entrevistas, fazer uma reunião da equipa e rever o sistema de códigos e, se for necessário, adaptá-los. Na elaboração de um livro de códigos (roteiro sobre como distribuir e aplicar os códigos e sobre a definição dos códigos a aplicar), há que ter em consideração as capacidades pessoais e de tempo. A utilização de software informático, como é o caso do MAXQDA, facilita a criação de códigos. Estes orientam-se pelos temas e questões de pesquisa. A experiência mostrou que trabalhar com mais de 50 códigos exige muito tempo para a análise.

5.2 Organização dos dados / Matriz de dados

Os dados analisados e os resultados devem ser organizados de forma bem clara. Existem várias formas possíveis (matriz, tabela, lista de verificação, etc.). A escolha do formato depende daquilo que pretendemos fazer com os dados. De modo geral verifica-se que: “Laying out your data in ta-belo or matrix form, and drawing your theories out in the form of a flow chart or map, helps you understand what you have and is a potent way to communicate your ideas to others” (BERNHARD 1995: 325).

Exemplo de Matrix para apresentação dos resultados

Pergunta	1	2	3	4	5	6	...
Idade							
Desde quando no serviço de extensão							
Número de agregados a aconselhar							
Meio de transporte							
Alojamento na aldeia							
Participação na formação XY							
etc.							

No Anexo II encontra-se um exemplo detalhado de uma matrix de dados e um plano de códigos.

5.3 Análise de dados por meio de software

Tanto a análise dos dados quantitativos quanto dos qualitativos é quase sempre feita através de programas de computador. Isso torna a análise muito mais eficiente. São recomendáveis tanto programas de estatística, como o SPSS, como programas gratuitos, como o PSPP e o Grafstat. O programa Grafstat é especialmente fácil de aplicar e facilita os diferentes passos da análise. Caso a equipa de pesquisa opte por um procedimento/levantamento quantitativo, deverá, no processo de elaboração do questionário tomar em consideração as regras básicas de pesquisa social quantitativa regras para instrumentos padronizados, a fim de não colocar em causa o processo de análise dos dados (ver por ex. DEKMANN 2004).

Também existem programas para a análise de dados qualitativos. *Software* como o MaxQDA ou o ATLAS.ti oferecem ferramentas para facilitar a análise qualitativa, por exemplo, de entrevistas com especialistas ou com grupos focais. Para tipos de documentos muito diferentes é possível elaborar um sistema de códigos e atribuí-los de modo a visualizar um código específico. Estes programas têm a vantagem de poupar tempo e serem uma alternativa à análise manual.

Atenção, a PAD não é uma tese de doutoramento ou dissertação académica. Deve-se tomar notas das entrevistas, mas não são gravadas e transcritas porque este processo é demasiado demorado e custoso.

5.4 Triangulação¹⁹

Na pesquisa qualitativa, a triangulação serve para aumentar a validade dos dados obtidos, como abordagem de generalização e como uma via para obter informações adicionais .

“Triangulação significa sempre que se tentam encontrar diferentes soluções para o problema e comparar os resultados” (MAYRING 2002: 147).

Por exemplo, uma questão de pesquisa pode ser analisada através de diferentes métodos ou diferentes tipos de dados. É pois possível comparar diferentes fontes de informações, opiniões de grupos ou métodos entre si.

A **triangulação de métodos** é a forma de comparação mais comum e significa que se combinam diferentes métodos para a obtenção de dados. Na maioria dos casos, são comparados os dados obtidos através de instrumentos quantitativos e qualitativos (por exemplo, no caso dos estudos no Brasil e em Moçambique através da aplicação de questionários, entrevistas com especialistas e observações).

A triangulação dos dados é aplicada sobretudo para testar métodos, principalmente quando coletados em momentos e locais diferentes.

¹⁹ Consulte também as explicações na introdução deste Manual..

6 Elaboração de Conclusões e Recomendações

6 Elaboração de Conclusões e Recomendações

As conclusões da pesquisa incidem sobre os principais resultados da pesquisa, tendo em conta os produtos que o estudo se propunha alcançar. Aqui devem ser indicadas as conclusões mais significativas da pesquisa.

As conclusões não devem ser apenas um resumo e repetição dos resultados da pesquisa

As recomendações incidem sobre as constatações e os factos encontrados no campo que podem ser alterados para assim se obter a situação desejada na organização. As recomendações devem estar intrinsecamente relacionadas com

os objetivos da pesquisa, assim como com cada um dos outputs previstos nessa pesquisa. Para uma melhor estruturação das recomendações, estas devem ser organizadas tendo em conta a área temática selecionada (p.ex. desenvolvimento institucional, participação do grupo-alvo na atividade de co-gestão, etc.), bem como os níveis de responsabilidade para a sua implementação e, devem incluir o horizonte temporal (curto, médio ou longo prazo). As recomendações devem constar sempre no relatório, com o devido destaque.

Nº.	Constatação	Recomendação	Área/Setor responsável pela implementação	Prazo

Não existe um limite para o número de constatações e recomendações por área temática. Porém, as constatações e recomendações devem ser o mais concretas possível, realistas e razoáveis.

7 Apresentação dos Resultados preliminares

7 Apresentação dos Resultados preliminares

Os resultados da pesquisa têm que ser conhecidos e partilhados. Muitas vezes, os resultados não são utilizados numa forma adequada porque não chegam ao grupo-alvo ou a todos aqueles que se interessam pela temática. A PAD é um procedimento metodológico que desde o início pensa nos utilizadores dos resultados de pesquisa em cada fase e passo de pesquisa. Por isso, a equipa deve analisar cuidadosamente: Quando deve a equipa efetuar a apresentação? A quem interessam os resultados? Que resultados devem ser apresentados?

Seguem-se algumas perguntas e reflexões relevantes para a apresentação dos resultados:

- Analisar de forma crítica, a quem devem ser disponibilizadas que informações;
- Verificar quando é que os utilizadores necessitam das informações. Deverão, por exemplo, ser transmitidas num seminário de planificação a realizar durante a fase de campo?

Nesse caso, devem apresentar-se os resultados provisórios que já estiverem disponíveis.

- Aproveitar a possibilidade de fazer apresentações intercalares. Assim, eventuais correções necessárias poderão ainda ser integradas no estudo;
- Adequar o tipo de apresentação aos respetivos utilizadores (flipcharts, fotografias, imagens, etc.).

É necessário garantir que a apresentação seja:

- Interessante, isto é, deve-se escolher uma forma de comunicação que desperte a atenção do público;
- Compreensível, isto é, que vai ao encontro do nível do público;
- Convincente, isto é, que não apresenta opiniões pontuais de apenas algumas pessoas, mas antes fornece factos substanciais e informações comprovadas;
- Simples e clara, isto é, que se concentra nos

factos essenciais;

- Participativa, isto é, que dá oportunidade ao público para expor as suas próprias reflexões, opiniões, perguntas, etc.

Feedback dos resultados – um tema importante

No âmbito da PAD, a retroalimentação dos resultados provisórios no local do levantamento é uma componente importante do estudo. Para a apresentação, deveriam ser convidados os parceiros de cooperação, ministérios de tutela relacionados com o assunto em causa ou que são afetados direta ou indiretamente pelos resultados, organizações, especialistas, representantes de doadores e empresas, etc. A apresentação e discussão dos resultados serve para a validação dos resultados ou resultados provisórios e possibilita assim a adequação das constatações e recomendações do estudo antes da divulgação e partilha. Infelizmente, tem sido muito comum os entrevistados ao nível do grupo-alvo não receberem nenhum feedback relativo aos resultados. Eles disponibilizam uma enorme quantidade de informações, mas em geral não são convidados para a apresentação das conclusões do estudo. Isto não deveria acontecer; a equipa deve planear um feedback para o grupo-alvo. Há várias maneiras de o fazer, por exemplo: dividir a equipa em pequenos grupos e enviá-los para as comunidades contempladas pelo estudo, realizar reuniões em regiões ou distritos mais afastados, convidar representantes do grupo-alvo para a apresentação, etc. Para o grupo-alvo esta é uma – rara – oportunidade de refletir sobre observações, análises e recomendações que afetam a sua vida e, para a equipa, de eventualmente corrigir interpretações. Este procedimento é de suma importância para uma boa “triangulação” (“a nossa interpretação dos dados está correta?”). Por fim, a apresentação dos resultados aos entrevistados, ou seja, ao grupo-alvo, pode aumentar a qualidade dos resultados e melhorar o relatório, acrescentando novos conhecimentos.

8 Finalização: Socialização dos Resultados, Avaliação e Sistematização

8 Finalização: Socialização dos Resultados, Avaliação e Sistematização

8.1 Socialização dos resultados

Neste passo concretiza-se um dos principais objetivos da metodologia de Pesquisa Orientada para Ação e Decisão, nomeadamente: Contribuir para um debate público e amplo com diferentes grupos da sociedade, promovendo a transparência dos resultados académicos. A prioridade principal da socialização dos resultados é a entrega dos resultados ao parceiro, assim como aos utilizadores/beneficiários no menor tempo possível. Para alcançar este objetivo, a equipa de pesquisa deve criar um cenário óptimo para a socialização dos resultados. Para isso, há que escolher cuidadosamente o local para este evento, os meios a utilizar, assim como o tipo de público que deve participar. Para todos os efeitos, recomenda-se a utilização da matriz de socialização de produtos (ver abaixo).

A socialização dos resultados não dever ser vista como simples transmissão unidimensional; pelo contrário, deve prever formatos e mecanismos de retroalimentação e de debates abertos e críticos que enriqueçam a qualidade dos produtos e a sua aceitação final.

O processo de socialização dos resultados representa um grande desafio para a equipa de pesquisa, a saber, assegurar que os produtos a serem socializados estejam numa linguagem adequada para os diferentes utilizadores. É pois necessário encontrar um formato e uma linguagem que transcendam uma audiência puramente académica e ir ao encontro de públicos e utilizadores heterogêneos. Para isso, recomenda-se o uso de imagens, fotografias, testemunhos, vídeos e/ou outros formatos que dão autenticidade aos resultados da investigação.

O objetivo da socialização dos resultados é disponibilizar os resultados da pesquisa a um público mais amplo, facilitando o acesso aos resultados se possível a título gratuito, por exemplo em formato de e-book com acesso aberto. Isto lança o desafio de produzir um relatório que possa servir tanto

para o parceiro do estudo, como para os diversos públicos.

FERRAMENTA : Matriz de socialização dos produtos

- A matriz é uma tabela que permite visualizar os diferentes produtos previstos no conceito de pesquisa e nos Termos de Referência, de acordo com o público receptor.
- A Matriz de socialização serve para visualizar os produtos finais solicitados e os utilizadores a quem estes produtos são dirigidos. A equipa de pesquisa e o parceiro de cooperação acordam os produtos e os passos de socialização, decorrentes dos Termos de Referência. Os produtos a socializar devem corresponder a um consenso entre ambas as partes (a equipa e o parceiro de cooperação).

Exemplo de uma Matriz de socialização

Produto	Características O que deve conter?	Utilizador A quem se dirige?	Considerações O que se deve ter em conta? Quem as realiza?
Vídeo	Entrevista a pessoas adultas de diferentes estratos sócio-económicos	Pessoas adultas e participantes do evento	Contexto e resultados principais; Pesquisador principal
Meios de comunicação social (TV e Rádio)	Resumo de todo o estudo	Público em geral	Contexto e resultados principais; Pesquisador principal
Artigo	Resultados da pesquisa	Académicos	A revista para onde o artigo será dirigido. Três dos pesquisadores
Livro	Resultados detalhados da investigação	Académicos	Condições da editora
workshop	Resultados da investigação	Académicos	Condições do local do evento
Fórum	Alinhamento com as políticas públicas	Público em geral	Os elementos principais e utilizadores do vídeo

8.2 Avaliação do processo e sistematização de experiências

O processo de avaliação e sistematização de experiências tem como objetivo principal contribuir para a melhoria constante da Pesquisa Orientada para Ação e Decisão, visando otimizar os impactos e resultados das atividades propostas na base da PAD num contexto local, mas também considerando o contexto de parcerias, trabalhos e intervenções internacionais.

Os principais temas abordados nessa fase serão a seleção dos critérios de avaliação, o formato de avaliação e auto-avaliação, os passos para realização da sistematização e as lições aprendidas. Os principais resultados esperados são a melhoria do nível de auto-reflexão e auto-crítica, a adaptação das estruturas ou de atividades para atender às solicitações da avaliação e a produção de recomendações capazes de superar as dificuldades em cada caso específico.

A maior parte da avaliação e sistematização das experiências faz-se a partir de um processo de auto-reflexão dos membros na equipa. No entanto, é igualmente importante envolver as percepções de outras pessoas que participaram do processo.

O objetivo do processo não é apenas visualizar as falhas que se apresentaram durante o estudo, mas sim formular as lições aprendidas e propor soluções alternativas que ajudem a melhorar futuras pesquisas.

Deste modo, a sistematização das experiências no âmbito da PAD contempla três aspectos de avaliação fundamentais: o processo, o produto/resultado/output e o impacto. Cada aspecto, por sua vez, deve ser examinado desde o ponto de vista dos membros da equipa, dos utilizadores diretos, dos utilizadores indiretos e as relações entre eles. Vale a pena destacar que a avaliação do impacto de um estudo PAD deve ser feita dois ou três anos após finalizado o estudo.

Avaliação

Especificar as perguntas de avaliação para o processo e os resultados/outputs

- Qualidade dos Termos de Referência
- Relação de comunicação com o parceiro
- Formação e atuação da equipa
- Eficácia do processo de pesquisa
- Relevância do tema
- Métodos adequados às necessidades do estudo
- Aceitação do estudo por parte dos grupos-alvo
- Satisfação do parceiro com o resultado do estudo
- Apoio da universidade ou instituição de Educação

Depois de especificar as perguntas como proposto, deve-se executar e sistematizar a avaliação com toda a equipa e atores-chave. Devem-se formular recomendações para os diferentes atores e pesquisas futuras e devem-se elaborar as perguntas de avaliação do impacto (do que deve ser feito dois ou três anos mais tarde).

Exemplo de uma Matriz de socialização

	Processos	Resultados	Impacto
Academia	■ Formação e atuação da equipa ■ Eficácia do processo de pesquisa ■ Métodos adequados às necessidades do estudo; ■ Apoio Institucional	■ Atendimento aos itens especificados nos Termos de Referência ■ Resultados de acordo com os requisitos académicos ■ Fortalecimento da perspectiva interdisciplinar ■ Qualidade da pesquisa	■ Reputação da pesquisa ■ Inserção da temática no debate interno ■ Fortalecimento das linhas de pesquisa dos grupos
Parceiro ou Utilizador Direto	■ Negociação e formulação dos Termos de Referência ■ Comunicação durante a pesquisa	■ Utilidade do estudo e das recomendações	■ Implementação das recomendações ■ Análise do custo-benefício ■ Valor agregado na missão organizacional
Território ou Utilizador indireto	■ Grau de participação dos grupos-alvo na coleta de dados e formulação das recomendações	■ Valorização dos resultados por grupos-alvo ■ Transparência e acesso aos resultados.	■ Mudanças territoriais por novas políticas, programas ou estratégias. ■ Enriquecimento do debate público.
Durante ou no final do estudo			Posterior ao estudo

9 Ferramentas de Trabalho: Redigir e Editar um Relatório em Equipa

9 Ferramentas de Trabalho: Redigir e Editar um Relatório em Equipa

Seguidamente são apresentadas algumas dicas para facilitar o trabalho de uma equipa PAD. Elas referem-se, por um lado, à preparação do relatório em grupo e por outro lado, à forma de trabalhar numa equipa interdisciplinar de modo orientado para os objetivos e de maneira satisfatória todos os participantes.

Redigir e editar um relatório em equipa (na base de um texto de Anja Kühn)

Os conceitos e resultados da pesquisa são fixados em relatórios ou estudos. É um grande desafio apresentar esses conceitos e resultados de forma bem estruturada e torná-los compreensíveis para o leitor.

Na elaboração de relatórios ou estudos em equipa, os desafios são ainda mais variados:

- O objetivo e o conteúdo do relatório devem ser acordados em conjunto;
- É necessário um entendimento comum sobre os conteúdos e conceitos;
- Ocorre um processo de acordo / negociação no qual há que encontrar o nível certo entre interesse próprio e interesses gerais;
- O processo de redação e edição tem de ser organizado (criar um esquema comum e definir quem escreve o quê) e eficiente, com base nos pontos fortes da divisão do trabalho entre os membros da equipa, tendo em conta as capacidades e competências de cada membro;
- Devem ser acordadas regras de escrita e estilo (estilo, regras de citações, tratamento de fontes, etc.);
- Um tratamento sensível e responsável dos produtos pelos membros da equipa é crucial.

No âmbito de um estudo PAD, a equipa de pesquisa deve produzir por escrito:

- Um relatório inicial (RI) (cerca de 10-15 páginas mais anexos) e
- Um relatório final (cerca de 100 - 120 páginas mais anexos).

Excuso: o relatório inicial (Inception Report)

A elaboração de um relatório inicial (RI) é comum e importante em muitas instituições da cooperação internacional para o desenvolvimento. Os projetos ou estudos de pesquisa começam com a elaboração de um RI. Este serve para concretizar o estudo de pesquisa e explicita o conceito de pesquisa. Assim, o RI pode ser definido como uma “Concept Note”, que descreve pormenorizadamente os procedimentos a tomar em consideração no desenvolvimento de determinados resultados ou recomendações do estudo de pesquisa. Normalmente, o RI é preparado depois da revisão dos documentos relevantes sobre o contexto sócio-económico e político do local do estudo, depois de consultados os parceiros de cooperação e desenvolvida a teoria dos conceitos relevantes.

Para ambos os produtos (relatório inicial e final), a equipa deve tomar as seguintes medidas durante a implementação:

- Criar a estrutura do relatório na equipa
- Elaboração/ escrita
- Edição e
- Revisão textual, que é seguidamente ilustrada em detalhe.

1. CRIAR A ESTRUTURA DO RELATÓRIO NA EQUIPA

O processo de unificação da equipa requer muitos arranjos estruturais e substanciais e, portanto, custa e leva tempo.

Procedimento / Passos	Notas/Perguntas???
Definir o alvo e os destinatários do relatório	■ Qual é o propósito deste relatório? O que queremos dizer a quem? ■ Quem são os leitores (desperta expectativas, expressa conteúdo anterior, domínio básico sobre o assunto); ■ Se necessário, para realizar seus próprios objetivos
Definir conteúdo	■ Temas, compilação de aspectos (do grande para o pequeno) ■ Numa equipa, em pequenos grupos ou como trabalho individual ■ Chuva de ideias, listar temas individuais um após o outro; ■ Caótico (inicialmente permite tudo) ou ordenado (discutir cada palavra-chave diretamente)
Definir a estrutura (classificação geral até estrutura anotada)	■ Desenvolver a sua própria estrutura a partir dos temas / conteúdos ■ A estrutura do relatório deve corresponder ao tema / conteúdo e objetivo ■ Preencher a estrutura com temas: 1) Com cartões no quadro ou 2) Digitalizar e visualizar com o projetor (visível para todos) 3) Desenvolver um plano detalhado vinculativo: capítulos superiores, subcapítulos com conteúdos (“a considerar”) 4) Marcar ou classificar cartões ou documentos digitais até aos subcapítulos e com todos os aspectos essenciais 5) Observar as marcações / designação inequívoca 6) Clarificar termos e definições 7) Estar aberto para mudanças, re-anexar cartões, reformular ou mover conteúdo digitalmente 8) É permitido fazer mudanças na estrutura mais tarde, caso haja melhorias a fazer.

Procedimento / Passos	Notas/Perguntas???
Verificar a estrutura	■ A estrutura é coerente e apropriada para o tema / conteúdo? ■ A estrutura fornece um fio comum? ■ Reconhece-se inequivocavelmente o procedimento, a profundidade, o conteúdo em cada capítulo? ■ As transições / limites entre os capítulos são claras?
Atribuir responsabilidade por capítulos	■ Determinar quem escreve o quê? ■ Orientar para a divisão de trabalho / conteúdo anterior ■ Se possível, alocar capítulos inteiros, pelo menos subcapítulos, para só uma pessoa
Dar indicações sobre o capítulo por responsável	■ Reproduzir verbalmente o que está no capítulo ■ Criar a transição para o capítulo seguinte ■ A apresentação verbal dos capítulos é muito importante, já que qualquer indecisão pode ser notada rapidamente

2. ESCREVER O RELATÓRIO

Escrever requer estrutura e transmissão de conteúdos. O texto deve ser coerente e fluído. O fio condutor e os leitores são aspectos particularmente importantes.

Procedimento / Passos	Notas/Perguntas???
Preparar o processo de elaboração (pesquisar antes de escrever, depois dividir os capítulos / parágrafos)	■ Encontrar os conteúdos, citações, fontes, gráficos, tabelas ■ Se necessário, acordos com outros colegas da equipa (capítulos anteriores ou posteriores) ■ Continuar o esboço anotando as palavras-chave, se necessário, repensar os subtemas e sua ordem, se necessário criar subtítulos - para que o texto já esteja organizado visualmente ■ Pensar no detalhamento máximo para os parágrafos, p.ex. > Introdução - tese - argumento para tese - exemplo - mais argumentos, se necessário - Resumo – segmentação da próxima seção > Introdução - tese / argumento (exemplo) - resumo- transição

Procedimento / Passos	Notas/Perguntas???
	> Exemplo / pergunta como introdução, depois transição de resumo de argumento / tese > Lista: Introdução - Aspecto 1, Aspecto 2, Aspecto 3 – Reconciliação
Escrever e verificar	■ Produzir uma escrita fluida: primeiro escrever capítulos (subcapítulos) de uma só vez; depois dar um passo atrás para verificar e melhorar o que é necessário ■ O texto deve ser compreensível para terceiros, a estrutura / lógica e a orientação para o leitor são importantes. Portanto, ter em conta enquanto se escreve ■ Estrutura lógica, ter um fio de pensamento ■ Linguagem precisa e clara (bastante simples, mas compreensível) ■ Declarações mais corajosas e não vagas ■ Quanto mais concreto o conteúdo, mais interessante ■ Os atores devem estar bem patentes ■ Usar a forma ativa em vez da passiva ■ Apenas uma declaração por frase, apenas um pensamento por parágrafo ■ Usar verbos em vez de substantivos ■ Variedade no comprimento da frase e na estrutura da frase: - orações um pouco mais curtas, sem orações intercalares, mas também às vezes frases longas ■ Usar gráficos, imagens, tabelas e inseri-los no texto - mas não traduzir e antes interpretar, se necessário, ou centrar-se num aspecto

3. EDITAR O TEXTO DO RELATÓRIO

A edição (em equipa) requer respeito pelo produto / texto e estilo do outro. Escrever textos leva tempo e esforço – para uns mais, menos para outros. Críticas apropriadas e construtivas facilitam o tratamento de correções e sugestões de melhoria. Estar aberto aos aspectos positivos de outros estilos de escrita pode ajudar o seu próprio processo de aprendizagem e escrita.

Método	Notas/Perguntas???
Escrever / atribuir textos para edição	■ Distribuir as partes de texto para edição em tempo útil. Mais uma vez, se possível, distribuir capítulos inteiros ou subcapítulos. De preferência, capítulos que se conectam com os capítulos auto-escritos ■ O líder da equipa edita o texto inteiro
Refletir sobre o conteúdo e o texto	■ Repensar o conteúdo de texto e verificar se: > O conteúdo do capítulo cumpre as especificações? > O que está em falta? O que pertence a um outro capítulo? > A linha condutora do pensamento é clara e compreensível? > Há algum salto ou loops mentais? > Estrutura sequencial: Parágrafo 3 antes do parágrafo 5? O capítulo conecta-se com o anterior?
Melhorar o texto	■ Inserir comentários / correções / sugestões para alteração do texto ■ No computador, no modo de Track Change (para maior clareza, remover as mudanças de formato) ■ Mudar para formular com mais clareza, reescrever as transições para outros capítulos, se necessário, inserir exemplos ■ As alterações tão concretas quanto possível ■ Ser positivo e construtivo ■ Se o texto ficar muito confuso devido às mudanças, guardar adicionalmente uma versão com alterações aceites e continuar a trabalhar com elas, se necessário

4. REVER TEXTOS EM EQUIPE

Em geral funciona com um olhar positivo, construtivo!

A edição e reedição dos textos é demorada e leva pelo menos 50% do tempo total.

Procedimento / Passos	Notas/Perguntas???
Leitura individual de todo o relatório editado por cada membro da equipa	■ Todos devem tomar notas de todas as partes para discutir o conteúdo geral e a impressão geral
Intercâmbio sobre a impressão geral do relatório na equipa	■ Mudança de conteúdos, aspectos em falta ou supérfluos, classificação em capítulos, sequência, compreensão, etc.
Revisão do texto em conjunto com um parceiro de edição (se a equipa desejar, também pode, por exemplo, em conjunto discutir e rever o primeiro capítulo do texto).	■ Discussão conjunta das mudanças / comentários ■ Se necessário, explicar os motivos (prós e contras) ■ Decidir o que deve ser adoptado ou não ■ Finalizar o texto tanto quanto possível ■ Apesar dos tandem, continuar o trabalho na equipa (se possível) para esclarecer questões estruturais e substanciais ■ Acordar com o líder da equipa o modo de fornecer de feedback a cada membro da equipa.
Edição final	■ Edição final pelo líder da equipa (eventualmente juntamente com um membro da equipa) ■ Outras etapas: > Acrescento de partes em falta > Adição de anexos > Leitura e comentários por Backstopper > Enviar para parceiros de cooperação e pedir comentários > Incorporar o feedback no texto

5. AVALIAÇÃO NA EQUIPA

Cada passo deve ser avaliado pela equipa e devem ser formuladas lições aprendidas. As perguntas úteis para isso são, por exemplo:

- Em que medida estamos satisfeitos (cada um de nós) com o produto respetivo ou com o produto global?
- Como foi o processo? O que correu bem? Quais foram os obstáculos e/ou onde houve desperdício de tempo?
- O que aprendemos com isso para o processo de redação?

10 Ferramentas de Trabalho: Comunicação e Trabalho em Equipas

10 Ferramentas de Trabalho: Comunicação e Trabalho em Equipas

A Pesquisa Orientada para a Ação e Decisão (PAD) tem que utilizar de forma eficiente os recursos limitados existentes e produzir resultados fiáveis em tempo curto. Por esta razão, as ferramentas de comunicação e trabalho em equipa são necessárias para apoiar, estruturar, orientar e dinamizar o trabalho em equipa. De entre as ferramentas mais úteis, vale mencionar: regras de visualização/metodo Metaplan, a moderação e a documentação. Pela relevância que estas ferramentas possuem, são apresentadas neste capítulo, com aspectos/normas/procedimentos fundamentais que podem facilitar as tarefas da equipa de pesquisa para o alcance do resultado esperado.

10.1 Regras de visualização Metaplan

Um dos instrumentos ou ferramentas que apoia a organização do trabalho durante as diferentes fases da PAD é a visualização com recurso à Metaplan. Esta técnica serve para estruturar a discussão,

guardar ideias importantes, documentar decisões e conteúdos que devem ser tratados mais tarde.

A visualização permite um trabalho participativo e inclusivo. Para isso, são utilizadas cartolinas e marcadores e cada integrante da equipa tem voz igual aos demais. Isto é, os cartões garantem que todas as ideias tenham o mesmo valor e a integração das ideias não depende de quem é a pessoa que as verbaliza. Uma grande vantagem do sistema Metaplan (trabalho com cartolinas) é a flexibilidade. Possibilita a organização de ideias durante a discussão e a estruturação dos temas e conteúdos, bem como a integração de novas ideias ou eliminação de outras em diferentes passos do trabalho.

Para tirar partido da metodologia Metaplan, os participantes devem tomar em consideração algumas regras que facilitam a visibilidade e harmonia dos cartões.

Sim	Não
Escrever para que as linhas sejam visíveis à distância	Evitar letras pequenas e não visíveis
Escrever no máximo três linhas por cartão	O uso de mais de três linhas num cartão, com demasiadas palavras e ideias pode prejudicar o uso deste método
Utilizar maiúsculas e minúsculas para facilitar a leitura	As letras maiúsculas decifram-se com mais dificuldade
Escrever com pouco espaço entre as letras	Não se recomenda deixar demasiado espaço entre as letras
Harmonizar a altura das letras numa cartolina	Evitar letras com maior ou menor altura
Escrever apenas uma ideia por cartão	Várias ideias em um único cartão dificultam a reestruturação

10.2 Moderação

Para assegurar um trabalho orientado para os objetivos, a moderação tem um papel decisivo. Trata-se de uma técnica para guiar, conduzir, orientar e estruturar discussões, reuniões ou processos em grupo. Cada passo do trabalho da equipa de pesquisa exige uma moderação. O membro da equipa que fizer a moderação deverá conhecer bem as fases e os passos necessários para a elaboração de um conceito de pesquisa com base na metodologia PAD, para assim apoiar a equipa a chegar ao/s resultado/os necessário/s.

A moderação tem várias responsabilidades/tarefas, entre as quais são de referir:

- Estruturar o processo;
- Preparar os aspectos logísticos da reunião (lugar, materiais, etc);
- Estabelecer uma agenda, priorizar os pontos a tratar e definir resultados concretos para a reunião;
- Assegurar que é feita a ata/resumo do encontro;
- Propor técnicas e ferramentas a serem usadas na discussão (exemplo: chuva de ideias, matriz de priorização, mapa mental etc.);
- Visualizar pontos-chave, acordos e resultados;
- Manter o fio condutor, fazer a gestão do tempo, incluindo intervalos;
- Gerir a dinâmica grupal;
- Assegurar a participação de todos;
- Assegurar o respeito das regras de comunicação;
- Prestar atenção a tensões e conflitos;
- Permanecer imparcial e neutro no seu papel (adaptado de GRUNDMANN ET AL 2016: 74 a 75).

A tarefa exige imparcialidade e neutralidade. Assim sendo, é recomendável que quem estiver a exercer o papel de moderador não se envolva no

processo de trabalho e no debate, para garantir um bom desempenho do seu papel e se focalizar na gestão do processo. O moderador necessita de ter uma visão geral e saber qual é o resultado que se pretende alcançar em cada passo, a fim de poder orientar a equipa.

No âmbito da PAD, aconselha-se que a tarefa de moderador seja assumida rotativamente pelos membros da equipa. Esta tarefa não deve estar restringida ao coordenador ou líder da equipa, nem ser vista como sua obrigação. Qualquer membro da equipa pode exercê-la. Ninguém nasce como moderador nato, o desempenho deste papel com qualidade requer conhecimentos técnicos e habilidades que se apreendem através da aplicação na prática²⁰. Por isso, a equipa deve considerar a moderação como função importante, apoiar o moderador e no final do exercício dar *feedback* construtivo sobre os aspectos que podem ser melhorados.

10.3 Contrato da equipa de pesquisa

Em qualquer grupo, são feitos acordos entre os membros e, de uma ou de outra maneira, todos os grupos se gerem. Na maioria dos casos, esses acordos baseiam-se em combinações orais e é frequente que os resultados dessas combinações sejam interpretados e cumpridos de maneira diferente por cada membro. Para grupos que se reúnem, por exemplo, para fins recreativos, isso pode não ser importante. Já para grupos que têm que executar uma tarefa profissional, cujo resultado está sujeito a padrões de qualidade, acordos que não sejam suficientemente claros podem causar grandes dificuldades.

Assim sendo, a equipa deve estabelecer um contrato por escrito, vinculativo e acessível para todos os membros da equipa. Não é suficiente que a equipa se estruture a si própria, ela tem também que se gerir, para poder atuar com sucesso, com vista a um trabalho direcionado e interdisciplinar.

²⁰ Para melhor conhecimento das técnicas e ferramentas de moderação ver: GRUNDMANN E STAHL 2002: 97 -120 (Capítulo 3.1 sobre as técnicas de moderação) .

Um grupo é capaz de se auto-regular na medida em que é capaz de refletir sobre o seu próprio comportamento, ou seja, de estabelecer uma metacomunicação sobre os seus processos sociais e de trabalho.

Um contrato da equipa desta natureza não é uma obra fixa, para durar durante anos. Pelo contrário, a equipa tem que o rever regularmente e eventualmente adaptá-lo.

O contrato da equipa deve ser utilizado pela equipa como uma espécie de **Instrumento de Monitoria**, mediante o qual a equipa ou membros individuais da equipa podem acompanhar o processo de trabalho.

O contrato da equipa deve incluir os seguintes **tópicos**:

- Responsabilidades
- Organização do trabalho
- Tomada de decisão
- Forma de lidar com conflitos e diferenças

- Forma de lidar com diferenças interculturais
- Relação indivíduo-equipa
- Relação equipa-pessoas externas
- Forma de lidar com os pontos fortes/fracos de cada membro da equipa

Conforme o contexto do trabalho da equipa devem também ser incluídos no contrato outros temas, por exemplo, forma de lidar com informações que são trocadas entre os membros da equipa.

10.4 Feedback

A utilidade do *Feedback* pode ser explicada mediante a chamada “Janela de Johari”, elaborada pelos pesquisadores de dinâmicas de grupo JOE LUFT E HARRY INGRAM. De acordo com este modelo, existem áreas da personalidade que “eu conheço e os outros também conhecem” (o eu público), outras que “eu conheço e os outros não conhecem” (o eu privado), outras que “eu não conheço e os outros também não” (o inconsciente) e áreas que “me são desconhecidas mas para outros são visíveis” (a área cega).

A Janela de Johari

	Conheço de mim	Não conheço de mim ados
É conhecido por outros	Eu público	Área cega
Não é conhecido por outros	Eu privado	Inconsciente

O quadrante “conhecido por outros mas não conheço de mim” é precisamente a área cega que é fundamental para o Feedback. Quanto maior for essa área, tanto menos se tem uma noção realista do efeito que se tem perante os outros. O Feedback serve para receber uma “reação” sobre a área cega, para avaliar melhor o efeito que se tem e, eventualmente, o modificar.

O Feedback é uma pré-condição importante para a capacidade de aprendizagem. Por essa razão, esta técnica é decisiva para uma colaboração construtiva, tanto para líderes como para membros de equipas.

Regras do *Feedback*

O *Feedback* deve ser:

Descritivo: por oposição a avaliativo, interpretativo ou que procura motivos. Ao descrever a minha própria reação, deixo aos outros a possibilidade de utilizarem ou não esta informação. Evitando juízos morais, reduz-se o impulso do outro de se defender e de rejeitar a informação prestada.

Concreto: por oposição a generalizado. Em vez de caracterizar o interlocutor em geral como “dominante”, o *Feedback* deve referir-se a um exemplo concreto: “Logo agora que queríamos tomar uma decisão, tive a sensação que deixáste de escutar os nossos argumentos e que querias impor a tua solução”.

Adequado: o *Feedback* pode ter um efeito muito negativo, se, ao utilizá-lo, nos concentrarmos apenas nas nossas próprias necessidades e não tivermos em consideração as necessidades da pessoa a quem queremos dar as informações. Um *Feedback* adequado tem pois que ter suficientemente em conta as necessidades de todas pessoas envolvidas.

Útil: tem que se referir a comportamentos que o receptor possa mudar. Quando se chama a atenção de alguém para insuficiências que a pessoa não pode mudar, isso conduz apenas a maior frustração.

Solicitado: por oposição a imposto. A eficácia do *Feedback* é maior quando o próprio receptor formulou a pergunta à qual o observador responde.

Dado no momento certo: Normalmente o *Feedback* é tanto mais eficaz quanto mais curto for o intervalo entre o comportamento ocorrido e a informação prestada sobre o efeito desse comportamento. Há no entanto outros aspectos que têm influência, por exemplo a abertura da outra pessoa para aceitar a informação, a eventual ajuda de outros, etc.

Formulado de forma clara e exata: Para verificar se isso acontece, pode-se pedir ao receptor que repita a informação que foi dada por palavras próprias e comparar a sua resposta com a intenção inicial.

Correto: Num grupo, tanto o emissor como o

receptor do *Feedback* têm a possibilidade de conferir a observação transmitida, pedindo aos outros membros do grupo a sua opinião sobre a mesma. Assim é possível evitar eventuais erros e imprecisões.

As regras para um *Feedback* eficaz podem ser sintetizadas da seguinte forma:

Para quem dá o *Feedback*:

- Referir-se a aspectos concretos, a exemplos da situação existente aqui e agora;
- Submeter as observações à verificação através de outro;
- Comunicar as impressões de uma forma que realmente ajude;
- Dar o *Feedback* o mais cedo possível;
- Evitar juízos morais e interpretações;
- Disponibilizar as informações, não as impor, não forçar;
- Ser aberto e sincero;
- Mencionar que também se poderá estar errado;
- Sinalizar a sua própria percepção através de mensagens “Eu...”

Para quem recebe o *Feedback*:

- Não argumentar nem se defender;
- Ouvir apenas, perguntar e esclarecer.

(VER ANTONS 1992: 109 - 110)

11 Considerações Finais

11 Considerações Finais

Chegámos ao fim do “passeio metodológico” ao longo das fases da metodologia PAD. O conceito foi aplicado em vários estudos do SLE, UEM e UFRRJ - ver por exemplo a lista das publicações no SITE do SLE (www.SLE-berlin.de). A aplicação da metodologia não é fácil, todavia, é importante focarmo-nos naquilo que a realidade nos mostra e nos usos dos diferentes utilizadores e não basearmo-nos nas nossas próprias vontades ou interesses.

Entender o contexto do problema dos utilizadores da pesquisa, entender as limitações que enfrentam quando pretendem aplicar inovações ou iniciar processos de mudança, é um grande desafio. As soluções poderiam ser mais eficientes e abrangentes e ter mais impacto a médio prazo; mas têm de ser entendidas e aplicadas pelos parceiros, grupos-alvos e organizações. Promover este processo é o objetivo da Pesquisa Orientada para a Ação e Decisão. Isso é exigente e por vezes difícil, mas vale pela aprendizagem e a troca de experiências entre as partes envolvidas.

Bibliografia

- ANDERSON**, Mary B (1999): Do No Harm: How aid can support peace – or war. Lynne Rienner Publishers, Boulder Colorado.
- ANTONS**, Klaus (1992): Praxis der Gruppendynamik. Übungen und Techniken. Göttingen, Toronto, Zürich: Hogrefe Verlag.
- AY**, Peter (1980): Agrarpolitik in Nigeria, Hamburg: Arbeiten aus dem Institut für Afrika-Kunde.
- BACHER**, Johann, **PÖGE**, Andreas, **WENZIG**, Knut (2010) (3. ed.): Clusteranalyse. Anwendungsorientierte Einführung in Klassifikationsverfahren. München: Oldenbourg Wissenschaftsverlag.
- BAKER-DEGLER**, Therese L. (1994) (2. ed.): Doing Social Research, New York: McGraw-Hill.
- BERG**, Christian et al. (2018): Anstoß oder Akten-schrank? Die Wirksamkeit der Auslandsprojekte des Seminars für Ländliche Entwicklung (SLE). Berlin, comit GmbH.
- BERNHARD**, H. Russell (1995): Research Methods in Anthropology. Qualitative and Quantitative Approaches, London: AltaMira Press.
- BOHNSACK**, Ralf; **NENTWIG-GESEMANN**, Iris; **NOHL**, Arnd-Michael (Hg.) (2007): Die dokumentarische Methode und ihre Forschungspraxis. Grundlagen qualitativer Sozialforschung. 2., erweiterte und aktualisierte Auflage. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- BROWN**, Mitchell, **HALE**, Kathleen (2014): Applied Research Methods in Public and Nonprofit Organizations, San Francisco: Jossey-Bass.
- CARRUTHERS**, Ian, **CHAMBERS**, Robert (1981): Rapid Rural Appraisal for Rural Development, in: Agricultural Administration, Volume 8/6, Brighton, p. 407-422
- CHAMBERS**, Rogers (1989): Vulnerability, Coping and Policy. Em: IDS Bulletin 20 (2), 1-7
- CHAMBERS**, Robert (1992): Rural Appraisal: Rapid, Relaxed and Participatory, IDS Discussion Paper No. 311, Brighton.
- CHAMBERS**, Robert (1980): Understanding Professions: Small Farmers and Scientists, IADS Occasional Paper, New York: International Agricultural Development Service.
- DeGEval**, Gesellschaft für Evaluation (2010): Handbuch Verfahren der Wirkungsanalyse, Hamburg: Arnold Bergstraesser Institut (ABI).
- DIE**, Deutsches Institut für Entwicklungspolitik (2004): Wirkungsanalysen der entwicklungspolitischen Zusammenarbeit sind machbar, in: Analysen und Stellungnahmen, Vol 2, 2004, Bonn. Online: https://www.die-gdi.de/uploads/media/4_2004_DE.pdf (Último acesso: 08.09.17)
- DIEKMANN**, Andreas (2004) (11. ed.): Empirische Sozialforschung, Reinbeck: Rowohlt.
- ELLIS**, Timothy J., **LEVY**, Yair (2008): Framework of Problem-Based Research: A Guide for Novice Researchers on the Development of Research-Worthy Problem, in: Informing Science: the International journal of an Emerging Transdiscipline, Volume 11/2008, Florida, pp 17-33
- FAO**, Food and Agriculture Organization of the United Nations (1990): The Community's Tool Box, Rom: FAO.
- FIEGE**, Karin, **RAUCH**, Theo (2012): Entwicklungszusammenarbeit gestalten. Inhalte und Methoden für ein erfolgreiches Wirken in einem komplexen Berufsfeld. Entwicklungspolitische Themenreihe des SLE. Bd.1. Berlin: SLE Publikationsserie.
- FIEGE**, Karin, **GRUNDMANN**, Gesa, **HAGEDORN**, Michael, **BAYR**, Monika, **HEIDHUES**, Dorothee, **LANDORFF**, Florian, **NOVAK**, Waltraud, **SCHOLZE**, Michael (2004): Zusammen bewerten – gemeinsam verändern. Instrumentarium zur Selbstevaluierung von Projekten in der Internationalen Zusammenarbeit (SEPIZ). Berlin: SLE.
- FLICK**, Uwe (2011): Triangulation. Eine Einführung. Reihe Qualitative Sozialforschung. Bd 12. Wiesbaden: VS Verlag.
- FRIEDRICHS**, Jürgen (1985): Methoden empirischer Sozialforschung, Wiesbaden: VS Verlag.
- GLASER**, Barney G. (1978): Theoretical Sensitivity.

Advances in the Methodology of Grounded Theory, Mill Valley: Sociology Press.

GRUNDMANN, Gesa, STAHL, Joachim (2002): Como la sal en la sopa: conceitos, métodos y técnicas para profesionalizar el trabajo en las organizaciones de desarrollo. Abya Yala

GRUNDMANN, Gesa, FIEGE, Karin, SALAZAR GIL, Victoria (2017): Manual de Investigación para la Acción y la toma de Decisiones IAD. Manizales: UAM; Centro de Desarrollo Rural (SLE).

HALBMEYER, Ernst (2010): Einführung in die empirischen Methoden der Kultur- und Sozialanthropologie. Institut für Kultur- und Sozialanthropologie. Universität Wien. Online: www.univie.ac.at/ksa/elearning/cp/ksamethoden/ksamethoden-30.html (Último acceso: 05.10.2017)

HELLFERICH, Cornelia (2009) (3. ed.): Die Qualität qualitativer Daten. Ein Manual zur Durchführung Qualitativer Interviews, Wiesbaden: VS Verlag.

HILLMANN, Karl-Heinz (2007) (5. ed.): Wörterbuch der Soziologie. Stuttgart: Kröner Verlag.

IDS BULLETIN (2016): Engaged Excellence. Transforming Development Knowledge, IDS Volume 47/ Number 6/December 2016, Brighthelm.

KÜRSCHNER, Ekkehard et al. (2012): Empowering Youth, Opening up Perspectives. Employment Promotion as a Contribution to Peace-Consolidation in South-East Liberia (SLE), Berlin

KROMREY, Helmut (2009): Empirische Sozialforschung, Stuttgart: UTB.

KUMAR, Somesh (2002). Methods for community participation: A complete guide for practitioners, Warwickshire: ITDG Publishing.

LAMNEK, Siegfried (1993) (2. ed.): Qualitative Sozialforschung (Band 1 und 2), Berlin: BeltzPVU.

LANGE, Wolfram et al. (2013): HumaNatura. Percepção social de riscos e adaptação à mudança climática baseada nos ecossistemas na Mata Atlântica, Brasil (SLE), Berlin

MAYRING, Phillip (2010) (11. ed.): Qualitative Inhaltsanalyse. Grundlagen und Techniken, Weinheim: Beltz.

MAYRING, Phillip (2002): Die Qualitative Inhaltsanalyse. Eine Einführung, Weinheim: Beltz.

MEYER, Wolfgang (2004): Indikatorenentwicklung: Eine praxisorientierte Einführung (2. Auflage), Ceval Arbeitspapiere 10.Saarbrücken.

MILES, Mathew B., and HUBERMAN, A. Michael (1984): Qualitative Data Analysis, Beverly Hills: Sage.

MINKLER, Meredith, and COOMBE, Chris (2007): Using force field analysis and SWOT analysis as strategic tools in community organizing, in: Minkler, Meredith (ed.): Community organizing and community building for health (2. ed.), New Brunswick: Rutgers University Press, 444-447

NEUBÄUMER, Renate (1982): Die Eigenschaften verschiedener Stichprobenverfahren bei wirtschafts- und sozialwissenschaftlichen Untersuchungen. Frankfurt a.M.: Verlag Peter Lang.

NEUBERT, Susanne (2001): Methodische Orientierung für kurze und praxisnahe Forschungsprojekte in Entwicklungsländern, Bonn: Deutsches Institut für Entwicklungspolitik.

NEUBERT, Susanne (2004): Wirkungsanalysen der entwicklungspolitischen Zusammenarbeit sind machbar. Em: DIE Analysen und Stellungnahmen 4/2004, Bonn: Deutsches Institut für Entwicklungspolitik

OSWALD, Katy, GAVENTA, John, LEACH, Melissa (2016): Introduction: Interrogating Engaged Excellence in Research, in: IDS Bulletin Vol 47 No 6 December 2016, 1-18.

PAUSEWANG, Siegfried (1973): Methods and Concepts of Social Research in a Rural Developing Society: A Critical Appraisal Based on Experiences in Ethiopia. München.

PORST, Rolf (2000): Praxis der Umfrageforschung. Wiesbaden: VS Verlag.

RAUCH, Theo (2009): Entwicklungspolitik: Theorien, Strategien, Instrumente, (1. Auflage), Braunschweig: Westermann.

SCOONES, Ian, THOMPSON, John (1994): Beyond Farmer First: Rural People's Knowledge, Agricultural Research and Extension Practice. London

SCHMIDT, Thomas (2006): Kommunikations- trainings erfolgreich leiten. Der Seminarfahrplan, Bonn: Manager Seminare Verlag.

SCHMITZ, Ginger Lena (2008): Krisenpräventiver Wiederaufbau in Norduganda. Eine Analyse friedenfördernder Maßnahmen der deutschen staatlichen Entwicklungszusammenarbeit. Magisterarbeit. Westfälische Universität Münster. Online: <https://www.uni-muenster.de/imperia/md/content/ifpol/sic/abschlussarbeiten/schmitz.pdf> (Último acesso: 05.10.2017)

SCHÖNHUTH, Michael (2005): Entwicklung, Partizipation und Ethnologie. Implikationen der Begegnung von ethnologischen und partizipativen Forschungsansätzen im Entwicklungskontext. Habilitationsschrift an der Universität Trier, Fachbereich IV, DDC Sachgruppe Ethnologie.

SCHULZ, Marlen, **MACK**, Birgit und **RENN**, Ortwin (Hrsg.) (2012): Fokusgruppen in der empirischen Sozialwissenschaft. Von der Konzeption bis zur Auswertung, Wiesbaden: Springer.

SEIFERT, Josef (1995): Gruppenprozesse steuern. Als Moderator Energie bündeln, Konflikte bewältigen, Ziele erreichen. Offenbach: Gabal Verlag.

STRAUSS, Anselm, **CORBIN**, Juliet (1996): Grounded Theory. Grundlagen qualitativer Sozialforschung, Weinheim: BeltzPVU.

UNGER, Hella (2014): Partizipative Forschung. Einführung in die Forschungspraxis, Wiesbaden: Springer VS.

WELTBANK (2006): Glossary of Key Terms. Glossary of Key Terms in Social Analysis. Elektron. Online: Dok.: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTSOCIALDEVELOPMENT/EXTSOCIALANALYSIS/0,,contentMDK:20489637~menuPK:1231049~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:281314,00.html> (Último acesso: 01.07. 2016).

WHH, Welthungerhilfe (2008): Leitfaden Wirkungsorientierung (I u. II), Hintergründe und Definitionen, Berlin/Bonn. Online: <http://www.welthungerhilfe.de/ueber-uns/mediathek/whh-artikel/leitfaden-wirkungsorientierung-i.html> (Último acesso: 07.09.2017)

YOUNG, John, **SHAXSON**, Louise, **JONES**, Harry, **HEARN**, Simon, **DATTA**, Ajoy, **CASSIDY**, Caroline (2014): Rapid Outcome Mapping Approach (ROMA). A Guide to policy engagement and influence, London: Overseas Development Institute.

ZOJER, Eva, **FAUL**, Eva, **MAYER**, Hanna (2013): Aktionsforschung – “Be part of it”. Gemeinsam die Praxis durch Forschung verändern, in: ProCare, Vol. 18, 9, Wien, 12-16.

ZUPAN, Natascha (2005): Gruppe Friedensentwicklung, BMZ, 07/2005 Briefing Nr. 3: Methoden der Evaluation im Konfliktkontext.

Bibliografia Complementar

- BARLEY**, Nigel (1990): Traumatische Tropen, Notizen aus meiner Lehmhütte, Stuttgart: Klett-Cotta.
- BARTZ**, Jürgen, **DÖRING**, Nicola (2006): Forschungsmethoden und Evaluation für Human- und Sozialwissenschaften, Heidelberg: Springer.
- CARDEN**, Fred (2009): Knowledge to Policy: Making the Most of Development Research, Ottawa: International Development Research Centre (IDRC).
- CASLY**, Dennis J. and **LURY**, D.A. (1987): Data Collection in Developing Countries, 2nd ed., Oxford: Oxford University Press.
- CASLEY**, Dennis J., **KUMAR**, Krishna (1988): The Collection, Analysis, and Use of Monitoring and Evaluation Data, Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- CASELL**, Catherine; **SYMON**, Gillian (1994): Qualitative Methods in Organizational Research, London: Sage.
- COFFEY**, Amanda; **ATKINSON**, Paul (1996): Making sense of qualitative data. London: Sage.
- CONWAY**, Mimi (1985): Better Writing Made Easier, Washington: The World Bank (Mimeo).
- CRACKNELL**, Basil E. (2000): Evaluation Development Aid, New Delhi: Sage.
- CRESWELL**, John W. (2002) (2. ed.): Research Design. Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches, London: Sage.
- DEVEREUX**, Stephen, **HODDINOTT**, John (Hrsg.) (1992): Fieldwork in developing countries. London: Lynne Rienner Pub.
- EVANS-PRITCHARD**, Eduard E. (1988): Einige Erinnerungen und Überlegungen zur Feldforschung, in: ders.: Hexerei, Orakel und Magie bei den Zande. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- FEUERSTEIN**, Marie-Thérèse (1995): Partners in Evaluation, London: Macmillan.
- FIEGE**, Karin, **ZDUNNEK**, Gabriele (Hrsg.) (1993): Methoden - Hilfestellung oder Korsett? Erfahrungen empirischer Sozialforschung in Afrika, Asien und Lateinamerika, Saarbrücken: ASA Studien 27.
- FINK**, Arlene, **KOSECOFF**, Jacqueline (1985): How to conduct surveys, Newbury Park: Sage.
- HINKEL**, Jochen, **BISARO**, Alexander (2014): Methodological choices in solution-oriented adaptation research: a diagnostic framework, Berlin-Heidelberg: Springer.
- KAMIN**, Anna Maria (2014): Dokumentarische Methode . Forschen im Praxissemester. Überblick, Methoden, Beispiele. Universität Paderborn. Online: <https://blogs.uni-paderborn.de/fips/2014/11/26/dokumentarische-methode/> (Último acesso: 05.10.2017).
- KHON KAEN UNIVERSITY** (1987): Proceedings of the 1985 International Conference on Rapid Rural Appraisal, Khon Kaen, Thailand.
- MIKKELSEN**, Britha (2005) (2. ed.): Methods for Development Work and Research - A New Guide for Practitioners, New Dehli: Sage.
- MILLER**, Thaddeus R., **WIEK**, Arnim, **SAREWITZ**, Daniel, **ROBINSON**, John, **OLSSON**, Lennart, **KRIEBEL**, David, **LOORBACH**, Derk (2013): The future of sustainability science: a solutions-oriented research agenda, Japan: Springer.
- OXFAM** (1992): Choosing Research Methods, Oxford (UK): Oxfam Publication.
- PATTON**, Michael Q. (1997): Utilization-Focused Evaluation, Thousand Oaks: Sage.
- PERIPHERIE**. Zeitschrift für Politik und Ökonomie in der 3. Welt(1994): Zählen und Verstehen - Anstöße zur Methodendiskussion, Jg. 53, Frankfurt am Main: Verlag Barbara Budrich.
- ROBSON**, Colin (2000): Small-Scale Evaluation, London: Sage.
- ROCHE**, Chris (1999): Impact Assessment for Development Agencies, Oxford: Oxfam Publication.
- RÖLING**, Nils (o.J.): Problem Solving Research: A Strategy for Change, Paper presented at the International Seminar on Extension Education, Helsinki.
- SCHÖNHUTH**, Michael und Uwe **KIEVELITZ** (1993): Partizipative Erhebungs- und Planungsmethoden in der Entwicklungszusammenarbeit: Rapid

Rural Appraisal, Participatory Appraisal Eine kommentierte Einführung, Eschborn: GTZ Publikation.

SILVERMAN, David (1993): Interpreting Qualitative Data, London: Sage.

STOCKMANN, Reinhard (Hrsg.) (2006): Evaluationsforschung. Grundlagen und ausgewählte Forschungsfelder, Münster: Waxmann.

STRINGER, Ernest T. (1996): Action Research. A Handbook for Practitioners, Thousand Oaks: Sage.

TVEDT, Terje (2002): Development NGOs: Actors in a Global Civil Society or in a New International Social System? Voluntas, Vol. 13, 4, Wiesbaden: Springer VS, 363-75.

Bibliografia Complementar Portuguesa

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO** (2005): *Formulação de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (PCT): Manual de Orientação*, Brasília: Agência Brasileira de Cooperação. Online: http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/PRJCTI_new.pdf (Último acesso: 23.04.2019).
- BARCELLOS FONTANELLA**, Bruno Jose, **MORETTI LUCHESI**, Bruna, **BORGES SAIDEL**, Maria Giovana, **RICAS**, Janete, **RIBEIRO TURAT**, Egberto, e Débora **GUSMÃO MELO** (2011): *Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica*, em: *Caderno de Saúde Pública*, 27(2), p. 389-394. Online: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n2/20.pdf> (Último acesso: 23.04.2019).
- BONI**, Valdete, e Sílvia **JUREMAQUARESMA** (2005): *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*, em: *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(1), p. 68-80. Online: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976> (Último acesso: 23.04.2019).
- BRACAGIOLI NETO**, Alberto, **GEHLEN**, Ivaldo, e Valter Lúcio **DE OLIVEIRA** (2018): *Planejamento e Gestão de Projetos*, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Online: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad200.pdf> (Último acesso: 23.04.2019).
- BROSE**, Markus (2010): *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*, Porto Alegre: Tomo Editorial.
- CARVALHO FERREIRA**, J. M., **NEVES**, José, **CAETANO**, António (2011): *Manual de Psicologia das organizações*. Lisboa: Escolar Editora.
- CHIAVENATO**, Idalberto (1995): *Administração de empresas: uma abordagem contingencial*. São Paulo: Makron Books. 1994
- CHIAVENATO**, Idalberto (2000): *Introdução a teoria geral da administração*. São Paulo: Editora Campus Limitada.
- DE ASSIS GUERRA**, Elaine Linhares (2014): *Manual de pesquisa qualitativa*, Belo Horizonte: Grupo Anima Educação. Online: http://disciplinas.nucleoead.com.br/pdf/anima_tcc/gerais/manuais/manual_quali.pdf (Último acesso: 23.04.2019).
- DE LUNA**, Sergio Vasconcelos (2011): *Planejamento de Pesquisa: uma Introdução*, São Paulo: Educ.
- DE SOUZA MINAYO**, Maria Cecília, **FERREIRA** 16 *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*, Petrópolis: Editora Vozes.
- EARL**, Sarah, **CARDEN**, Fred, e Terry **SMUTYLO** (2002): *Mapeo de Alcances: Incorporando aprendizaje y reflexión en programas de desarrollo*, Ottawa: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo. Online: <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/handle/10625/33535> (Último acesso: 23.04.2019).
- ENGEL GERHARDT**, Tatiana, e Denise **TOLFO SILVEIRA** (2009): *Métodos de Pesquisa*, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Online: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/deradoo5.pdf> (Último acesso: 23.04.2019).
- FREIXO**, Manuel João Vaz (2006): *Teorias e modelos de comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- GIL**, Antonio Carlos (2002): *Como elaborar Projetos de Pesquisa*, São Paulo: Editora Atlas.
- GIL**, Antonio Carlos (2008): *Métodos e técnicas de pesquisa social*, São Paulo: Editora Atlas.
- GOLDBERG**, Mirian (1997): *A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*, Rio De Janeiro/São Paulo: Editora Record.
- HOHLFELDT**, Antonio, **MARTINO**, Luiz C., **FRANÇA**, Vera Veiga (2001): *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Editora Vozes.
- HOSSNE**, William Saad (2009): *Dos referenciais da Bioética - a vulnerabilidade*. BIOETHIKOS Centro Universitario São Camilo 3(1), p. 41-51.
- LEWICKI**, Roy J., **SAUNDERS**, David M., **BARRY**, Bruce (2004): *Fundamentos da negociação*. Porto

Alegre: AMGH.

MARTINO, Luiz C., BERGER, Charles R., GRAIG, Robert T. (2009): Teorias da comunicação: muitas ou poucas? São Paulo: Ateliê Editorial.

MEUNIER, Jean-Pierre, PERAYA, Daniel (2008): Introdução as teorias da comunicação. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

NASCIMENTO, Eunice Maria, EL SAYED, Kassem Mohamed (2002): Administração de conflitos. Curitiba: Editora Gazeta do Povo.

ORTEGÓN, Edgar, FRANCISCO PACHECO, Juan, e Adriana PRIETO (2015): Metodología del marco lógico para la planificación, el seguimiento y la evaluación de proyectos y programas, Nova York: CEPAL/ Nações Unidas. Online: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/5607-metodologia-marco-logico-la-planificacion-seguimiento-la-evaluacion-proyectos> (Último acesso: 23.04. 2019).

PFEIFFER, Peter (2000): O quadro lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças, em: Revista do Serviço Público, 51(1), p. 81-122. Online: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/320> (Último acesso: 23.04. 2019).

PRETTY, Jules N, GUIJT, Irene, SCOONES, Ian, e John THOMPSON (1997) Guía del Capacitador para el Aprendizaje y Acción Participativa, Santa Cruz: Dirección de Programas de Investigación y Desarrollo (DPID) - Universidad Núr.

WILLIAMS, Richard R. (2005): Preciso saber se estou indo bem! Uma historia sobre a importância de dar e receber feedback. Rio de Janeiro: Sextante.

ROBBINS, Stephen P. (2004): Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Pretince Hall.

RODRIGUES, Marcelo, e Miguel MALTA (2008): Dinâmicas de Desenvolvimento Rural e Pesquisa Co-activa de Soluções, Comunicação apresentada no Coloquio Ibérico de Estudios Rurales (CIER) VII – Cultura, Inovação e Território, Coimbra Portugal, Outubro 23-25.

SANTOS KOERICH, Magda, STEIN BACKES, Dirce, MACÊDO DE SOUSA, Francisca Georgina, LORENZINI ERDMANN, Alacoque, e Gelson

Luiz ALBURQUERQUE (2009): Pesquisa-ação: ferramenta metodológica para a pesquisa qualitativa, em: Revista Eletrônica de Enfermagem, 11(3), p. 717-723. Online: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n3/v11n3a33.htm> (Último acesso: 23.04. 2019).

SEVILLA GUZMAN, Eduardo (2002): A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas, em: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, 3(1), p. 18-28. Online: <http://www.emater.tche.br/site/sistemas/administracao/tmp/958934218.pdf> (Último acesso: 23.04. 2019).

SOUZA DA SILVA, Sonaira, e Sebastião Elviro DE ARAÚJO NETO (2011): Pesquisa-Ação na conversão de pastagem em roçado na agricultura familiar amazônica, em: Cadernos de Ciência & Tecnologia, 28(2), p. 509-529.

TEIXEIRA, Sebastião (1998): Gestão das Organizações. Lisboa: McGraw-Hill.

THIOLLENT, Michel, e Generosa DE OLIVEIRA SILVA (2007): Metodologia de pesquisa-Ação na área de gestão de problemas ambientais, em: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, 1(1), p. p.93-100.

TRIPP, David (2005): Pesquisa-Ação: uma introdução metodológica, em: Educação e Pesquisa, 31(3), p. 443-466.

ULLRICH, Danielle Regina, SILVA DE OLIVEIRA, Josiane, BASSO, Kenny, e Monize Sâmara VISENTINI (2012): Reflexões teóricas sobre confiabilidade e validade em pesquisas qualitativas: em direção à reflexividade analítica, em: Análise – Revista de Administração da PUCRS, 23 (1), p. 19-30. Online: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/11329/9676> (Último acesso: 23.04. 2019).

VERDEJO, Miguel Expósito (2006): Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático, Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar - MDA.

ANEXO I:

Exemplos de Conceitos de Pesquisa

**no BRASIL e em
MOÇAMBIQUE**

EXEMPLO DE CONCEITO DE PESQUISA – BRASIL 2013²¹

HumaNature² = proteção mútua

Percepção social de riscos associados à
fenômenos extremos para a identificação de
medidas de adaptação às mudanças climáticas
baseadas nos ecossistemas da Mata Atlântica,
Brasil

Equipe: Leandro Cavalcante, Lea Dünow, Christian Pirzer, Anja Schelchen, Christina Schug
Supervisores: Wolfram Lange, Rodrigo Medeiros
Estudo realizado em parceria com a Agencia Alemã de Cooperação Internacional (GIZ Brasil) e a
Universidade Rural Federal de Rio de Janeiro (UFRRJ)

²¹ Trata-se de um resumo e adaptação do Inception Report do grupo de pesquisa SLE. Os resultados desta pesquisa foram publicados em LANGE 2014.

LISTA DE ABREVIATURAS

APP:	Áreas de Preservação Permanente
FGD:	Focus group discussion/ grupo focal de debate
GA:	Grupo-alvo
GIZ Brasil:	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit Brasilien
SLE:	Seminar für Ländliche Entwicklung
UFRRJ:	Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro
EbA:	Ecosystem based Adaptation
Eco-DRR:	Ecosystem based Disaster Risk Reduction
IPCC:	Intergovernmental Panel on Climate Change
PRA:	Participatory Rural Appraisal
SECOs:	Serviços ecossistêmicos

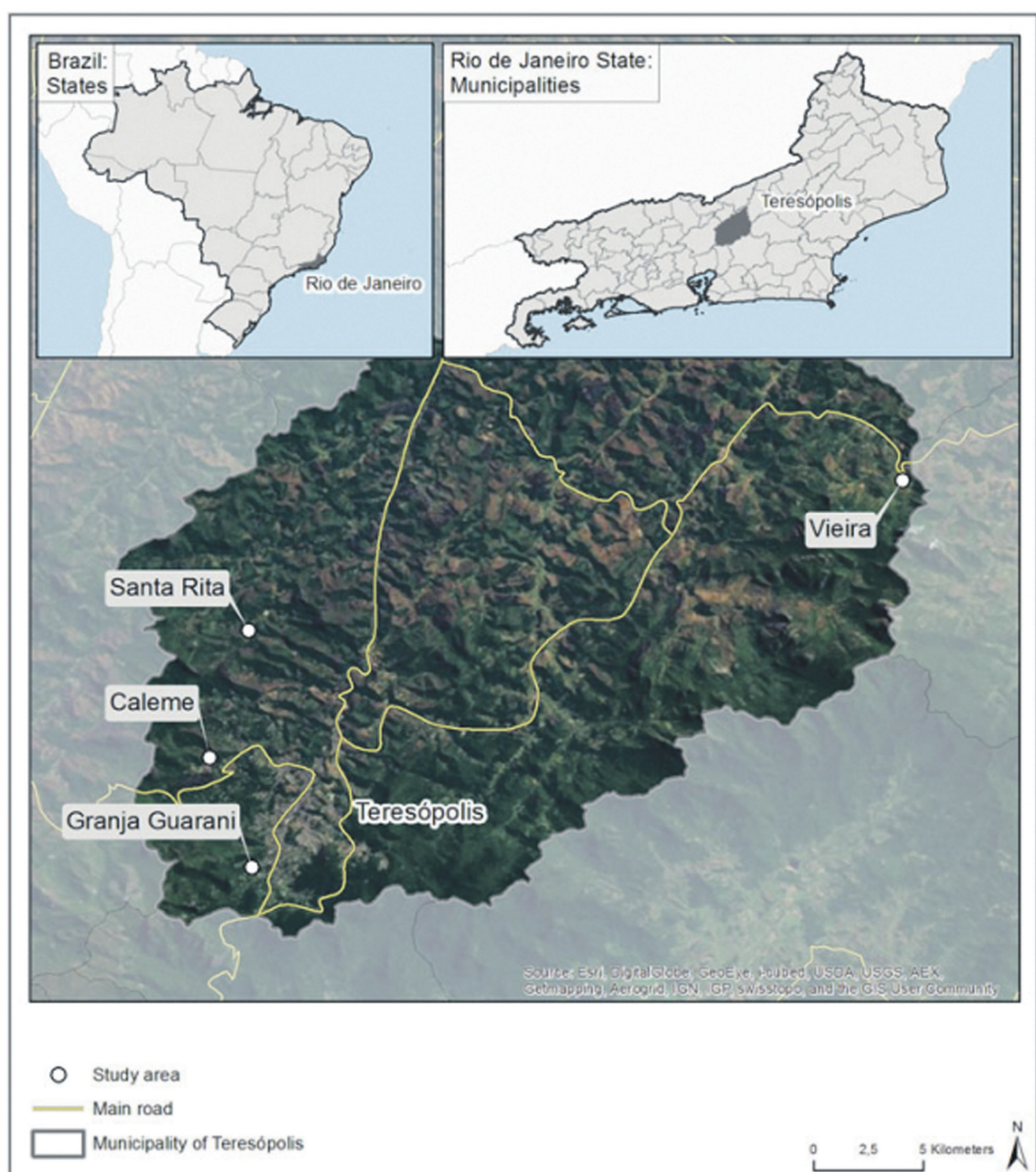
FASE 1 - ESCLARECIMENTO DO CONTEXTO DE UTILIZAÇÃO

FASE 1– PASSO 1

IDENTIFICAÇÃO E DEFINIÇÃO DA RAZÃO E/OU DO PROBLEMA

Em janeiro de 2011 ocorreu mais uma tragédia na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro: devido à deslizamentos de terra, avalanches e enchentes, mais de 900 pessoas morreram e um dano material imenso foi causado na região. Casas desabaram, ruas e escolas foram destruídas, pontes quebraram. Essa não foi a primeira tragédia causada por eventos extremos climáticos. No começo de 2013 a população dessa região sofreu outra catástrofe desse tipo com 33 mortes.

Figura I: Areas de pesquisa na municipalidade de Teresópolis (LANGE 2014: 50,51,53)



Os deslizamentos de terra foram decorrentes do excesso de chuvas em um curto espaço de tempo, fenômeno que provavelmente ocorrerá com maior intensidade e frequência crescente. Além disso, a degradação do meio ambiente e a urbanização desenfreada aumentam o risco dessas catástrofes.

No estado do Rio de Janeiro, onde aconteceu a tragédia acima descrita, existem ainda fragmentos da Mata Atlântica, o bioma com a maior biodiversidade do mundo. A extensão era desde o norte da Argentina até o norte do Brasil. A vegetação ocupava cerca de 15% do território brasileiro e atualmente ocupa somente 1%. A Mata Atlântica é muito importante para a região não só por conta da sua enorme biodiversidade e, mas também por causa dos serviços ecossistêmicos que presta, porque só a floresta intacta pode contribuir para minimizar os efeitos negativos dessas situações. A Mata Atlântica Brasileira, que é um sumidouro significativo global de carbono com biodiversidade relevante para o clima, deve ser restabelecida, protegida e usada de forma sustentável.

Hoje em dia, essa conjuntura das questões de a biodiversidade e clima tornou-se mais conhecida. Por isso, existem leis no Brasil para preservar e proteger a Mata Atlântica, como por exemplo as Áreas de Preservação Permanente (APP), cuja ocupação com atividades agropecuárias, edificações e utilização econômica direta é vedada pelo Código Florestal (Lei 4.771/65). As APPs são áreas especialmente protegidas, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal. São exemplos de APPs as margens dos cursos d'água (rios, nascentes, veredas, lagos ou lagoas), as bordas de tabuleiros ou chapadas, os topos de morros, montes, montanhas, serras e encostas com alta declividade, entre outras áreas de relevância ambiental. No Mosaico Central Fluminense foi atingida especialmente a população que mora nestas áreas de maior risco, colocando-a assim em uma situação de grande vulnerabilidade.

Outra razão para a degradação extrema da Mata Atlântica é a redução da biodiversidade, causada pelo uso agropecuário extenso durante décadas e também pela urbanização enorme da região. 70% da população brasileira vive na área que foi anteriormente ocupada pela Mata Atlântica. Até hoje o uso para a agricultura e a urbanização degrada o ecossistema. A degradação do ecossistema é possivelmente imputável a falta de conhecimento da população local dos benefícios de uma floresta intacta para o ser humano.

Esses fatores resultam em um meio ambiente degradado, com muitas áreas destruídas e atingidas pela erosão. Quando aos eventos extremos climáticos ocorrem, os deslizamentos causam também danos para a população. Isso significa que a população dessa área se torna especialmente vulnerável. Algumas ações são necessárias para contribuir efetivamente na prevenção dos riscos ambientais e na redução da vulnerabilidade humana em tempos de mudanças climáticas. A gestão de riscos é um processo que pretende a redução e o controle dos fatores de risco de desastres naturais mediante a aplicação de políticas e ações concretas dentro de estratégias de desenvolvimento regional e de conservação do meio ambiente (por exemplo, áreas de preservação permanente, reserva legal).

Um elemento efetivo para a redução de risco e da vulnerabilidade humana, mas até hoje pouco reconhecido, são os serviços dos ecossistemas (serviços ecossistêmicos - SECOs) GIZ: 2012a). Além de outras funções importantes dos ecossistemas, existem os serviços dentro do âmbito da redução de risco de catástrofes baseados em ecossistêmicas (Eco-DRR). Um desses serviços é, por exemplo, a proteção através das árvores ou de outros tipos de vegetação que crescem nas encostas de montanhas e que com suas raízes apoiam o solo. Assim, o risco de deslizamento causado por chuvas fortes é suavizado ou impedido. Desta maneira, os serviços ecossistêmicos reduzem as consequências dos eventos extremos climáticos, que são riscos grandes para a população local.

A valorização dos SECOs é uma forma da prevenção de catástrofes e pode ajudar a reduzir o risco para a população. Para ser eficiente tem que existir uma percepção social deles dentro da população local (GIZ:

2012b). Então o foco dentro das medidas de adaptação deveria ser também colocado na percepção da população local para minimizar a sua vulnerabilidade.

Serviços ecossistêmicos reduzem então ao mesmo tempo a vulnerabilidade da natureza como também das populações. Assim, eles fazem parte da adaptação à mudança climática baseada em ecossistemas (EbA).

A Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) no Brasil atua nesse campo e apoia o governo do Brasil com a conservação do bioma da Mata Atlântica. O Ministério Federal Alemão para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) e o Ministério Federal Alemão do Meio Ambiente, da Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU) são os comitentes mais importantes da GIZ Brasil. Os projetos concentram-se na conservação e no uso sustentável das florestas tropicais, em energias renováveis e em eficiência energética. Os principais parceiros do lado do Brasil são DMU, ICI e o MMA. Na área da proteção das florestas tropicais a GIZ Brasil realizou o projeto Mata Atlântica II, com foco na preservação dos ecossistemas. Resultados deste estudo PAD vão ser usados no âmbito do próximo projeto da GIZ na Mata Atlântica que vai começar ainda em 2013. Os projetos fazem parte da Convenção Internacional da Proteção da Biodiversidade. O uso sustentável das florestas tropicais e a proteção da biodiversidade são pontos principais da cooperação internacional da Alemanha. Depois da tragédia de 2011 um novo foco será a integração da questão dos SECOS para que a população possa estar melhor adaptada à esses fenômenos climáticos. É um projeto inovador e a melhor compreensão da percepção social local será o foco inicial.

Nesse contexto, a GIZ Brasil entrou em contato com o Centro de Desenvolvimento Rural (SLE) da Humboldt-Universität zu Berlin para realizar um estudo com o apoio de participantes de um curso de pós-graduação e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Este estudo deve fornecer informações para adequar atividades na área de prevenção de riscos. O grupo de pesquisa identificou problemas em três diferentes níveis, descritos a seguir:

Problema do grupo-alvo	■ Elevado grau de probabilidade de ser afetado por fenômenos climáticos extremos (graves prejuízos materiais e pessoais)
Problema de organização	■ Pouca consideração das recomendações das medidas para a prevenção de riscos por parte dos responsáveis do poder político e pelo grupo-alvo
Problema de informação	■ Problema de falta de conhecimento: falta de informação sobre o grupo-alvo e sobre a sua percepção dos riscos ambientais

É, sobretudo, o problema de informação que deve ser resolvido através deste estudo.

FASE 1 – PASSO 2

DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS E ANÁLISE DO IMPACTO

A elaboração de um sistema de objetivos na base dos Termos de Referência ajuda a: i) definir os outcomes que concretizam a maneira de utilização do estudo pelos utilizadores e ii) estabelecer os outputs (produtos) que o grupo deve fornecer aos utilizadores diretos.

Para o estudo, definimos três outcomes e três outputs em um sistema de objetivos:

Impact	A sociedade civil tem uma maior participação na prevenção de riscos associados aos eventos climáticos extremos em tempos da mudança climática, focando na valorização dos serviços ecossistêmicos		
Outcome	Os utilizadores aplicam e distribuem a metodologia para o levantamento de percepção de riscos e de serviços ecossistêmicos em relação aos eventos climáticos extremos	Os utilizadores diretos conhecem e usam os dados da percepção social de riscos para elaborar atividades de adaptação à mudanças climáticas e prevenção de riscos	Os multiplicadores institucionais e individuais usam os conceitos e materiais para a sensibilização e capacitação da população social para a prevenção de riscos valorizando os serviços ecossistêmicos num processo sustentável.
Outputs	A metodologia transferível e aplicada da percepção social existe em relação sobre: a) a exposição b) medidas de adaptação c) papel dos serviços ecossistêmicos d) o próprio papel na prevenção	Dados empíricos sobre percepção social de risco associados a fenômenos climáticos extremos foram levantados, analisados, apresentados, avaliados e adaptados	Conceitos e materiais de sensibilização foram identificados, elaborados, testados, avaliados e adaptados ao grupo-alvo

Atividades	■ Preparar proposta de abordagem metodológica	■ Realizar as entrevistas e outros levantamentos e discussões com a população local	■ Identificar conceitos e materiais para a sensibilização do grupo alvo
	■ Elaborar guias de entrevistas e outros métodos	■ Analisar e apresentar os resultados	■ Elaborar conceitos e materiais de sensibilização
	■ Apresentar os resultados para a Equipe de Acompanhamento		■ Avaliar e adaptar os instrumentos elaborados junto com o grupo alvo
			■ Capacitar multiplicadores em relação aos nossos conceitos e materiais

Os outputs estão diretamente interligados: a metodologia elaborada (1) será utilizada no levantamento de dados (2), e estes, por sua vez, serão utilizados na elaboração dos materiais de educação e comunicação ambiental (3).

FASE 1 – PASSO 3

ANÁLISE DE UTILIZADORES

Os usuários do nosso estudo estão divididos em dois grupos: os diretos e os indiretos. Os primeiros são aqueles que utilizarão os produtos diretamente. Os segundos são aqueles que de alguma forma serão beneficiados pelos produtos, mas não os utilizarão diretamente. Cada produto tem seus usuários específicos, o que pode ser visto na tabela encontrada em anexo.

Os principais usuários do estudo são o MMA, a prefeitura de Teresópolis e a GIZ. A GIZ utilizará os produtos em um projeto futuro sobre a proteção da Mata Atlântica e possivelmente em outros contextos e países. De modo geral, a sociedade civil local pode ser considerada como principal usuária indireta do nosso trabalho.

FASE 1 – PASSO 4

FORMULAÇÃO DE PERGUNTAS-CHAVE

No contexto da preparação do estudo foram identificadas algumas perguntas-chave que lidam a pesquisa:

- Qual a relação entre o grau de exposição aos riscos ambientais, a percepção dos mesmos e a vontade de implementar medidas de redução de riscos?
- Em que medida uma sensibilização para os serviços ecossistêmicos pode levar a população a tornar-se mais ativa para a redução de riscos?
- Os grupos da sociedade civil nos bairros urbanos são multiplicadores adequados das medidas de informação sobre riscos ambientais?

- Quais são as exigências para uma metodologia para levantamento da percepção social associados a eventos climáticos de riscos?
- Quais são as exigências a serem consideradas para um conceito de sensibilização?

FASE 1 – PASSO 5

IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES GERAIS

Neste passo, o grupo de pesquisa só indica atividades gerais que resultam da elaboração dos outputs (ver o quadro lógico Fase 1 passo 3).

FASE 1 – PASSO 6

EFEITOS COLATERAIS NEGATIVOS

O tema do estudo é extremamente sensível. Muitas pessoas que moram na região onde ocorreu a catástrofe estão traumatizadas, perderam membros da família, perderam bens. Isso significa que o levantamento de dados precisa grande sensibilidade na aproximação e deve ser levado em consideração possíveis resistências das pessoas em serem entrevistadas. Para se preparar, o grupo vai pesquisar na literatura sobre pesquisas que foram/são efetuadas em um ambiente comparável e discutir com especialistas sobre possíveis aproximações.

FASE 1 – PASSO 7

FORMAS DE COMUNICAÇÃO

A equipe responsável pela execução do estudo é composta por cinco jovens profissionais do SLE e é coordenada por um profissional mais experiente. Além disso, uma equipe da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) apoiará a do SLE, realizando um estudo de base na região no mês de julho e acompanhando-a no levantamento de dados em agosto (output 2). A partir do estudo de base nós escolheremos as quatro áreas de Teresópolis nas quais realizaremos o nosso estudo.

O estudo será desenvolvido em coordenação e contato permanente com uma Equipe de Acompanhamento, a qual avaliará os produtos já citados, aprovando ou solicitando a retificação dos mesmos. Esta equipe também apoiará logisticamente o estudo, ajudando, por exemplo, no agendamento de reuniões e na obtenção das informações e documentos necessários.

A Equipe de Acompanhamento é composta por representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Defesa Civil da Prefeitura de Teresópolis, da Secretaria de Estado do Ambiente (Rio de Janeiro), do Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas (MMA/SBF) e Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (MMA/SMCQ) e da GIZ (Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica), além de um representante do Conselho do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense e um representante do Comitê de Bacia do rio Piabanha. A Equipe de Acompanhamento será coordenada pelo representante da Prefeitura de Teresópolis.

FASE 2 - DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO

PASSO 2 e PASSO 3 SELEÇÃO DAS PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS DO ESTUDO E SUA CONCRETIZAÇÃO

Com base nos outputs e na análise de problemas, foram definidas os principais temas de pesquisa, assim como as questões a analisar e as fontes de informação.

Output 1:

Metodologia transferível para o levantamento da percepção social está elaborada (*Toolkit*)

Área temática	Questões de pesquisa	Fonte de informação	Observações
1.1 Metodologia transferível	1.1.1. Quais são os critérios para a transferência de uma metodologia?	Pesquisa via fontes secundárias	Usar bibliotecas
	1.1.2 Existem exemplos de boas práticas que podem ser adaptados ao nosso contexto?	Análise de estudos existentes em relação ao nosso tema, se necessário	Consultar instituições relevantes (grupos-alvo e regiões)
	1.1.3 Para quais regiões e quais grupos-alvo a metodologia deve ser transferível?	pessoas chave	
	1.1.4 Quais são as necessidades dos utilizadores e beneficiários deste produto?		

Área temática	Questões de pesquisa	Fonte de informação	Observações
1.2 Percepção da vulnerabilidade	1.2.1 A vulnerabilidade tem três dimensões: exposição, sensibilidade e capacidade de adaptação. Como podem ser definidas?	Pesquisa via fontes secundárias	Usar bibliotecas
	1.2.2 Existem exemplos de boa prática que podem ser adaptados ao nosso contexto?	Análise de estudos existentes em relação ao nosso tema, se necessário	Assistir a palestras
	1.2.3 Como se pode medir a percepção da vulnerabilidade e as suas dimensões?	pessoas chave	Convidar especialistas

Output 3:

Os multiplicadores institucionais e individuais dos diferentes níveis utilizam o conceito e implementam a estratégia de educomunicação ambiental para sensibilizar a população para a redução de riscos, com foco na valorização dos serviços ecossistêmicos.

Área temática	Questões de pesquisa	Fonte de informação	Comentários
3.1 Conceitos de educomunicação	3.1.1 Que conceitos de educomunicação existem com o foco de redução de riscos?	Pesquisa via fontes secundárias	Se necessário consulta da GIZ (grupos-alvo e regiões)
	3.1.2 Existem exemplos de boas práticas que podem ser adaptados ao nosso contexto?	Se necessário pessoas chave / especialista no Brasil	Pesquisa sobre especialistas de educomunicação (no Brasil), documentar os contatos e contatá-los com antecedência
	3.1.3 Para que regiões e grupos-alvo o conceito tem que ser elaborado?		
	3.1.4 Quais são as necessidades dos utilizadores deste produto?		

FASE 2 – PASSO 2

OBTENÇÃO DOS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS

Temas importantes para a pesquisa (entre outros):

- Conceitos de vulnerabilidade
- Conceitos de risco
- Serviços ecossistêmicos
- Conceitos sobre percepção social
- Prevenção de risco

FASE 2 – PASSO 4

ELABORAÇÃO DE HIPÓTESES

Os pressupostos teóricos deste estudo baseiam-se em estudos científicos atuais. Por isso, o conceito do estudo é mais dedutivo do que indutivo ou explorativo. Diferentes hipóteses foram desenvolvidas a partir de teorias científicas existentes. Estas hipóteses foram divididas em três dimensões, as quais vamos analisar através de diferentes métodos. As três dimensões são:

- A percepção social da vulnerabilidade (exposição, sensibilidade, medidas de adaptação);
- A percepção social dos serviços ecossistêmicos (SECOs);
- A percepção social da população local sobre seu próprio papel na prevenção de riscos.

Seleção de hipóteses centrais de nosso estudo divididas por dimensões da percepção social:

Dimensões	Hipóteses
Problema de organização	■ A percepção social da vulnerabilidade depende dos conhecimentos sobre os efeitos da mudança climática e seu futuro aumento.
Percepção social dos SECOS	■ A percepção social dos SECOS depende da situação socioeconômica e socioambiental da população local.
Percepção social do próprio papel	■ A predisposição em agir depende da percepção da própria vulnerabilidade.

FASE 2 – PASSO 5

OPERACIONALIZAÇÃO: INDICADORES E ÍNDICES

Para operacionalizar conceitos e termos abstratos o grupo identificou indicadores. Este é um passo importante para poder medir as temas e perguntas da pesquisa. A seguir, apresentamos um exemplo:

Percepção da própria vulnerabilidade de um indivíduo:

- Grau de exposição
- Experiências de desastres/danos materiais oriundos da catástrofe
- idade
- Profissão
- Nível de educação formal
- Campanhas já feitas
- Nível de informação
- etc.

FASE 2 – PASSO 6

PLANO DE TRABALHO

A partir do dia 30 de julho de 2013, todos os membros da equipe do SLE estarão na cidade do Rio de Janeiro e seguirão no dia 5 de agosto para Teresópolis. A tabela a seguir mostra as datas mais importantes do nosso estudo:

Data	Atividade	Local
30/07 - 02/08	■ Chegada ao Rio ■ Reunião com a equipe da UFRJ ■ Entrevistas com especialistas	Rio de Janeiro
05/08 - 23/08	■ Levantamento de dados (output 2)	Teresópolis
26/08 - 30/08	■ Análise de dados ■ Primeiros resultados	Teresópolis
02/09 - 06/09	■ Visita à GIZ	Brasília
09/09 - 20/09	■ Elaboração dos materiais de sensibilização (output 3)	Teresópolis
23/09 - 27/09	■ Teste, avaliação e adaptação dos materiais ■ Capacitação dos multiplicadores	Teresópolis
30/09 - 27/10	■ Elaboração do relatório final ■ Apresentação para os atores locais	A definir
28/10 - 01/11	Férias	Livre
05/11 - 15/11	Elaboração final do relatório	Berlin
18/11 - 19/11	Apresentação dos resultados	Berlin
21/11 - 22/11	Avaliação do projeto	Berlin
09/12 - 13/12	Apresentação final	GIZ/Eschborn

FASE 3 - SELEÇÃO DOS MÉTODOS

FASE 3 – PASSO 1

DEFINIÇÃO DO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O estudo tem vários componentes, por isso se trata

- De um estudo de linha de base, tomando em consideração a necessidade de levantar dados socioeconômicos e socioambientais na região;
- De uma análise de percepção sobre riscos ambientais;
- E contém uma componente prática: a elaboração dum conceito de sensibilização e dum treinamento para multiplicadores.

Isso tem consequências para a seleção do procedimento metodológica. A componente linha de base exige um procedimento quantitativo, o levantamento da percepção um procedimento qualitativo.

FASE 3 – PASSO 2

DEFINIÇÃO DAS UNIDADES DE OBSERVAÇÃO

As unidades de pesquisa de nosso estudo serão indivíduos, porque estudos similares indicam que a percepção se distingue significativamente entre os membros da mesma família. Por isso, uma análise baseada somente no domicílio como unidade de pesquisa não capturaria a variação que se espera encontrar dentro deste.

FASE 3 – PASSO 3

DEFINIÇÃO DE AMOSTRA E ÁREA DE ESTUDO

Nossas áreas de pesquisa serão selecionadas com base no estudo do grupo da UFRRJ. Este grupo analisou dez possíveis áreas de pesquisa, das quais nosso grupo selecionará quatro baseado nos três seguintes critérios:

- Todas as quatro áreas de pesquisa tem que ter um alto potencial para a valorização dos SECOS;
- Duas das quatro áreas tem que encontrar-se em áreas rurais e duas tem que encontrar-se em áreas urbanas;
- Duas das quatro áreas tem que ter sido afetadas e as outras duas não podem ter sido afetadas pelo desastre de 2011.

As quatro áreas de pesquisa de nosso estudo:

Quatro áreas de pesquisa

Área rural afetada pelo desastre de 2011 com alto potencial para a valorização dos SECOS

Área rural não afetada pelo desastre de 2011 com alto potencial para a valorização dos SECOS

Área urbana afetada pelo desastre de 2011 com alto potencial para a valorização dos SECOS

Área urbano não afetada pelo desastre de 2011 com alto potencial para a valorização dos SECOS

Decidimos esta seleção porque a teoria indica que existem diferenças significantes na percepção social da população local de áreas afetadas e a percepção social da população local de áreas não afetadas por catástrofes. Além disso conceitos e materiais de sensibilização sobre a valorização dos serviços ecossistêmicos devem ser diferenciados entre áreas urbanas e áreas rurais.

Entretanto, os domiciliários nos servem para que tenhamos um acesso fácil aos indivíduos de todos os grupos sociais.

FASE 3 – PASSO 3

INSTRUMENTOS PARA RECOLHA DE DADOS

Em nosso estudo vamos usar uma mistura de métodos quantitativos e qualitativos. Isso nos deixa a possibilidade de triangular os dados para conseguir uma melhor validade dos resultados.

Para o desenvolvimento e a aplicação de todos os métodos é importante considerar que muitas das pessoas da região possivelmente sofreram traumas por causa do desastre de 2011. É bem possível que os próprios entrevistados tenham sofrido danos ou prejuízo graves, inclusive a perda de membros da sua família. Assim, todos os métodos que nós utilizaremos devem ser especialmente sensíveis em relação a isso.

Os diferentes métodos usados em nosso estudo são:

- Entrevistas semiestruturadas
- Grupos focais com métodos de Participatory Rural Appraisal (PRA)
- Entrevistas com especialistas

A tabela abaixo apresenta uma visão geral dos três métodos com seus objetivos particulares e uma classificação por nossos outputs 1-3. Os objetivos e as implicações deles serão apresentados em mais detalhes a seguir.

Visão geral dos métodos com seus objetivos particulares:

Métodos	Objetivos	Produtos
Entrevistas semiestruturadas com manual	Levantar dados da percepção social e dados socioeconômicos e socioambientais	output 1&2
	Identificar os grupos-alvo para os conceitos e materiais de sensibilização	output 3
Grupos focais com métodos PRA)	Pré-teste das entrevistas semiestruturadas	output 1&2
	Triangular os dados levantados com as entrevistas semiestruturadas	output 1&2
	Aprofundar e entender os resultados levantados com as entrevistas semiestruturadas	output 1&2
	Adquirir uma primeira impressão em relação à quais são os conceitos e materiais de sensibilização adequados para cada grupo-alvo	
Entrevistas com especialistas	Avaliar a percepção social da população local	output 1&2
	Desenvolver materiais de sensibilização adequados para diferentes grupos-alvo	output 3

Entrevistas semiestruturadas

Com entrevistas semiestruturadas vamos levantar a maior parte dos dados quantitativos e qualitativos para o output 2. Como parte da triangulação o manual incorporará tanto questões abertas, segundo uma lógica de pesquisa qualitativa, como questões cerradas, segundo uma lógica de pesquisa quantitativa. Para ter uma base de dados válidos vamos realizar entrevistas com aproximadamente dez por cento da população local de nossas áreas de pesquisa sobre:

- Percepção social da sua própria vulnerabilidade
- Percepção social dos serviços ecossistêmicos
- Percepção social de seu próprio papel na prevenção de riscos associados a fenômenos climáticos extremos
- Situação socioeconômica e socioambiental
- Uso dos meios de comunicação

Na base dos resultados vamos identificar grupos-alvo para as medidas de sensibilização do output 3.

Os dados do questionário serão analisados com programas estatísticos para a análise quantitativa (SPSS ou Excel) e qualitativa (Atlas.ti). No que diz respeito aos dados qualitativos, o programa Atlas.it possibilita uma análise sistemática dos dados e dos relações complexos entre fenômenos sócias. Além disso, o programa ajuda converter este tipo de dados em dados quantitativos.

Grupos focais com métodos de PRA

Realizar entrevistas com grupos focais tem os seguintes objetivos:

- Levantar dados qualitativos com o uso de métodos PRA em relação à percepção social da população local no tocante à sua vulnerabilidade, o papel dos SECOs e o próprio papel da população local. Estes dados servem para verificar e triangular os dados levantados pelas entrevistas.
- Aprofundar e verificar resultados levantados na base das entrevistas semiestruturadas.
- Obter uma primeira impressão de possíveis e aceitas medidas de educação e comunicação ambiental para formular recomendações sobre conceitos e materiais de sensibilização adequados para diferentes grupos-alvo.

Os grupos focais vão ser compostos de maneira heterógeno ou homogêneo, em correspondência aos objetivos.

Os dados dos grupos focais serão analisados com métodos de análise qualitativa segundo MAYRING 2010.

Entrevistas com especialistas

Planejamos realizar aproximadamente doze entrevistas com especialistas, três para cada área de pesquisa.

Isso serve para:

- Conhecer a percepção dos especialistas sobre o comportamento e a interação da população local através dos riscos ambientais.;
- Coletar informações e ideias sobre materiais de sensibilização adequados para diferentes grupos-alvo.

Para todas as entrevistas vamos desenvolver um guia.

Os especialistas vem dos seguintes setores e instituições:

- Presidentes ou funcionários das associações de moradores
- Núcleos do NUDEC
- Funcionários de ONGs ativas nas áreas temáticas do nosso estudo
- Padres, pastores, professores e outros atores-chave da sociedade civil
- Gestores das Unidades de Conservação

Procedimento metodológico para o Output 3: Conceitos e materiais de sensibilização

Objetivo

A última parte desse estudo inclui desenvolver sugestões para conceitos e materiais de sensibilização de acordo com os resultados da percepção social local. Estes conceitos e materiais devem ser adaptados aos diferentes grupos-alvo. O impacto disso será o uso destes conceitos e materiais pelos multiplicadores escolhidos e a distribuição dos métodos e instrumentos na região e fora dela pela equipe de acompanhamento. Como os conceitos e materiais de sensibilização serão baseados nos resultados dos produtos um e dois, ainda não é possível apresentar de forma bem definida o output 3, pois o levantamento de dados e de sua análise ainda não foram realizados. Neste capítulo vamos somente elaborar sugestões que podem ser mudadas posteriormente.

Conteúdo

Os conceitos e materiais devem ser participativos no sentido CHAMBERS (1992) e adaptados à população que vai ser sensibilizada. Espera-se que haja uma grande variedade dentro desta população, como por exemplo, no que diz respeito ao nível de escolaridade. Além disso, os conceitos e materiais devem estar de acordo com os critérios da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (RIO 1992), da Educação e Comunicação Ambiental (capítulo 3.4) e com a seguinte diretriz do Ministério do Meio Ambiente (MMA): “A educação ambiental contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis com pessoas atuantes e felizes em todo o Brasil” (MMA 2013).

Primeiro serão pesquisadas as medidas adequadas à região do MCF partindo de:

- Métodos conhecidos pelo grupo-alvo
- Sugestões dadas pelos especialistas
- Mídias que poderão ser usadas

Com base nos resultados dos três pontos acima serão elaboradas sugestões para conceitos e materiais de sensibilização da população local para aumentar sua percepção social sobre a relação entre a prevenção de risco, a própria vulnerabilidade e os SECOs. Também serão identificadas pessoas que podem servir como multiplicadores.

Possivelmente numa oficina com os multiplicadores identificados (especialistas/professores/funcionários de ONGs e a população local/ outros atores da sociedade civil) vamos elaborar participativamente alguns métodos, testá-los e adaptá-los para que os multiplicadores integrem-nos no seu trabalho.

Literatura

- ANDEREONI, Manuela/ REIS, João Montenegro da S. Pereira, João, ELHAJII, Mohammed (2008): Introdução Comunicação Ambiental. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BANKOFF, Greg, FRERKS, George, HILHORST, Dorothea (2004): Mapping Vulnerability: Disasters, Development, and People. London.
- CHAMBERS, Robert (1992): Rural Appraisal: Rapid, Relaxed and Participatory. IDS Discussion Paper 3011.
- GIZ (2012a): Ecosystem Services and Biodiversity. Ecosystem Services and Biodiversity. Eschborn: Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit.
- GIZ (2012b): Economic Valuation of Ecosystem Services. Eschborn: Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit.
- GIZ (2013a): Factsheet Vulnerability Assessment.
- GIZ (2013b): Glossar, <http://www.giz.de/Themen/de/21432.htm> (Acesso: 13.07.2013).
- GRUNEWALD, Karsten, BASTIAN, Olaf. (Ed.) (2013): Ökosystemdienstleistungen - Konzept, Methoden und Fallbeispiele. Berlin, Heidelberg.
- IIED (2009): Participatory learning and actions. Community-based adaptation to climate change. London.
- IPCC (2007): Climate Change 2007: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Solomon, S., D. Qin, M. Manning, Z. Chen, M. Marquis, K.B. Averyt, M.Tignor and H.L. Miller (ed.)]. Cambridge, New York.
- MAYRING, Phillip A.E. (2010): Qualitative Inhaltsanalyse: Grundlagen und Techniken. Weinheim: Beltz.
- MEA (2005): Millennium Ecosystem Assessment, <http://www.millenniumassessment.org/en/index.html> (Acesso: 09.06.2013).
- MESSNER, Frank, MEYER, Volker (2005): Flood damage, vulnerability and risk perception – challenges for flood damage research. Leipzig.
- MMA (2005): Programa Nacional de Educação ambiental. Brasília. http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea3.pdf (acesso em 29.06.2013).
- MMA (2008): Educomunicação e o Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília. http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/txbase_educom_20.pdf (acesso em 03.07.2013).
- MMA (2013): Política de Educação Ambiental, <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental> (acesso em 05.07.2013).
- MYTANZ, Caroline (2013): Indicators for local and regional vulnerability assessment in rural Cameroon. Climate Protection Programme for Developing Countries. GIZ.
- PATT, Anthony, D., SCHRÖDER, Dagmar (2007): Perceptions of Environmental Risks in Mozambique: Implication for the Success of Adaptation and Coping Strategies. Policy Research Working Paper 4417, World Bank.
- VARGAS, Marcelo Coutinho et al. (2000): Água & Cidadania: percepção social dos problemas de quantidade, qualidade e custo dos recursos hídricos em duas bacias hidrográficas do interior paulista. São Paulo.

EXEMPLO DE CONCEITO DE PESQUISA – MOÇAMBIQUE 2009

Diagnóstico Rural sobre Gestão de Risco de
Calamidades:
Caso de Distrito de Chinde

Equipe: Odete Alfete, Belchior Canivete, Luisa Chicamisse, Martin Leineweber
Supervisores: Dr. Karin Fiege, Prof. Dr. Samuel Quive
Estudo realizado em parceria com a Ação Agraria Alemã

LISTA DE ABREVIATURAS

AAA:	Ação Agraria Alemã
AF:	Agregado Familiar
CLGRC:	Comité Local de Gestão de Risco de Calamidades
CVM:	Cruz Vermelha de Moçambique
GDC:	Governo do Distrito de Chinde
GF:	Grupo Focal
GRC:	Gestão de Risco de Calamidades
INAS:	Instituto Nacional de Ação Social
INGC:	Instituto Nacional de Calamidades
MICOA:	Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental
MSG:	Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento
OCB:	Organização Comunitária de Base
ONG:	Organização Não Governamental
PAD:	Pesquisa Orientada para a Ação e Decisão
PED:	Plano Económico de Desenvolvimento
PES:	Plano Económico e Social
TdR:	Termos de Referência
TI:	Trabalho Individual

FASE 1 - ESCLARECIMENTO DO CONTEXTO DE UTILIZAÇÃO

FASE 1— PASSO 1

IDENTIFICAÇÃO E DEFINIÇÃO DA RAZÃO E/OU DO PROBLEMA

Moçambique é o país da África Austral mais atingido por eventos extremos (MATUSSE et al. 2009). A localização geográfica torna-o vulnerável e propenso a ocorrência de eventos climáticos extremos, tais como cheias, ciclones e secas. Este facto torna-se agravante pelo facto de 60% da população moçambicana viver na região costeira, sendo portanto vulnerável a tempestade tropical.

A manifestação dos efeitos das mudanças climáticas tem estado a contribuir para a ocorrência de eventos extremos que afetam de forma diferente o Sul, propenso a ocorrência de secas, o Centro e Norte propensos a cheias (INGC 2009). Decorrente deste processo, ocorre maior exposição da população, o que exige dos atores envolvidos na Gestão de Risco de Calamidades (GRC) medidas adequadas de mitigação e adaptação.

É dentro deste contexto, que o Governo de Moçambique e parceiros de cooperação têm desenvolvido uma série de ações com vista a melhoria da capacidade de resposta das comunidades locais. O reconhecimento do papel das comunidades culminou na concepção e criação de **Comité Local de Gestão de Risco de Calamidade (CLGRC)**, existindo até ao momento cerca de 1071 comités. Os comités foram criados com o objetivo de fortalecer as capacidades locais no sistema de aviso prévio, com gestão do processo de identificação de zonas seguras, a mobilização das famílias para o seu deslocamento para zonas seguras, e a divulgação de mecanismos ou alternativas de resiliência.

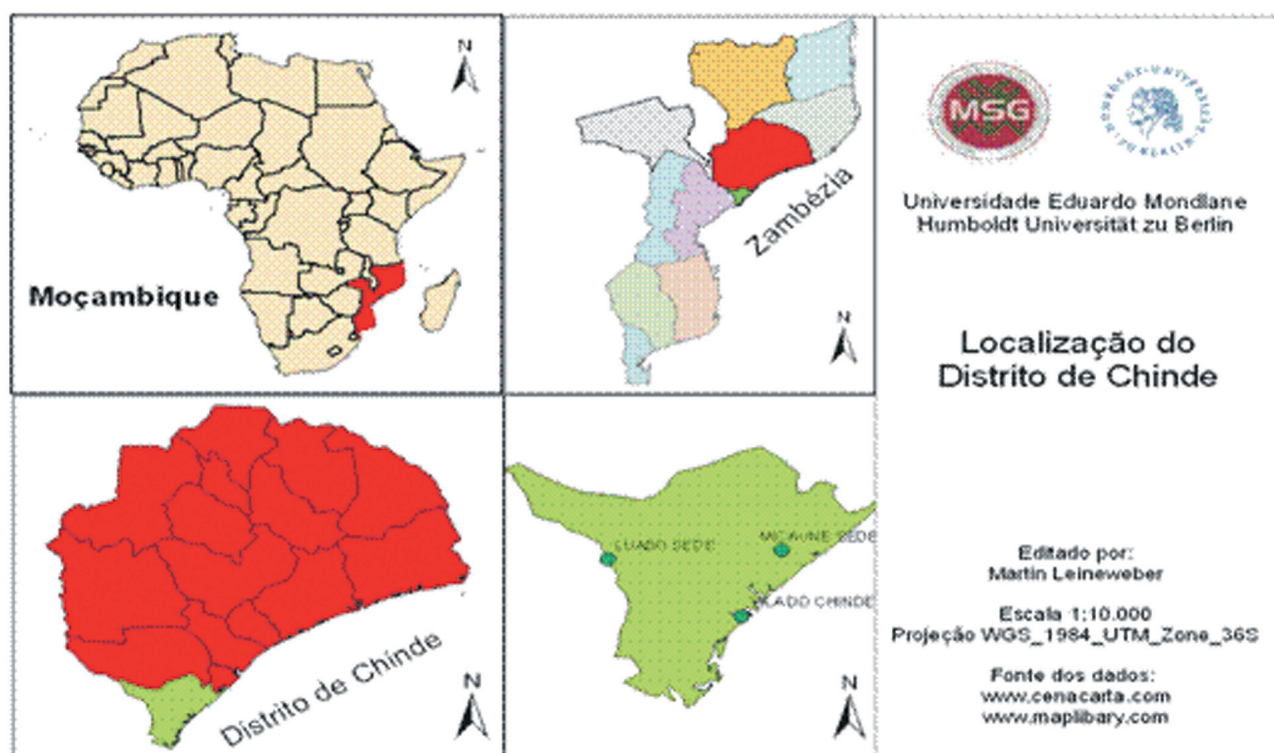
A **Ação Agrária Alemã (AAA)** é um dos parceiros do Governo de Moçambique desde 1973 na área da ajuda humanitária e cooperação para o desenvolvimento. Tem estado a trabalhar na área de GRC no distrito de Chinde desde o ano 2000, facto que contribuiu para acumular de vasta experiência de campo, aprimoradas com atuações específicas nas cheias em 2001, 2007 e 2008. Nesse período estabeleceu relações com a Administração distrital, os líderes tradicionais, a população local e os ONGs que atuam na região. As atividades da AAA concentram-se no alívio e reabilitação, água e saneamento e projetos de geração de rendimentos através do reforço de grupos de auto-ajuda. Adicionam-se ainda atividades na área de resposta a emergências, segurança alimentar e desenvolvimento rural (assistência à população afetada por desastres, construção de escolas e centros de saúde, promoção de agricultura sustentável de pequena escala, capacitação de comunidades locais). O principal grupo-alvo da AAA são os pobres rurais: pessoas sem terra ou pequenos agricultores, pessoas afetadas por desastres naturais e/ou ambientais.

Em 2008, em parceria com INGC, a AAA conseguiu financiamento para o projeto **Reforço das Capacidades Comunitárias de Prontidão para Desastres na Bacia Baixa do Rio Zambeze, Moçambique**, com a duração de 15 meses, sendo o início previsto para 1 de Novembro de 2008. A implementação do projeto prevê dentre vários aspectos conhecimento de realidade socioeconómica do distrito e a experiências existentes de GRC para facilitar a implementação do projeto em causa.

Foi neste contexto que nasceu a parceria entre a Ação Agrária Alemã (AAA) e a coordenação do Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento (MSG) para realizar um “**Diagnóstico sobre Gestão de Risco de Calamidades (GRC): estudo de caso do Distrito de Chinde**”, utilizando como base a metodologia Pesquisa Orientada para a Ação e Decisão (PAD).

O Distrito de Chinde na Província da Zambézia, local de implementação do projeto, localiza-se na região da foz do Rio Zambeze (Figura I). É limitado no Sudeste pelo Rio Zambeze, no Este pelo Oceano Índico e no Norte pelo Rio Abreu. Vários rios atravessam o distrito vindo do Oeste. O distrito de Chinde cobre uma área de 4.351 quilómetros quadrados e é dividido em três postos administrativos: Chinde, Luabo e Micaúne. A localização geográfica, no baixo Zambeze, torna-o propenso a cheias e aumenta situação de vulnerabilidade da população e das infra-estruturas existentes. Os caudais de cheias no baixo Zambeze (zona mais crítica e propensa ao risco de cheias) resultam das descargas da barragem de Cahora Bassa, combinadas com caudais de 3 afluentes (Luia, Revubue e Luenha). Juntam-se à estes as inundações temporárias causados pela maré alta do Oceano Índico.

Figura I: Enquadramento Regional do Distrito de Chinde (Adaptado de ADALIMA 2016).



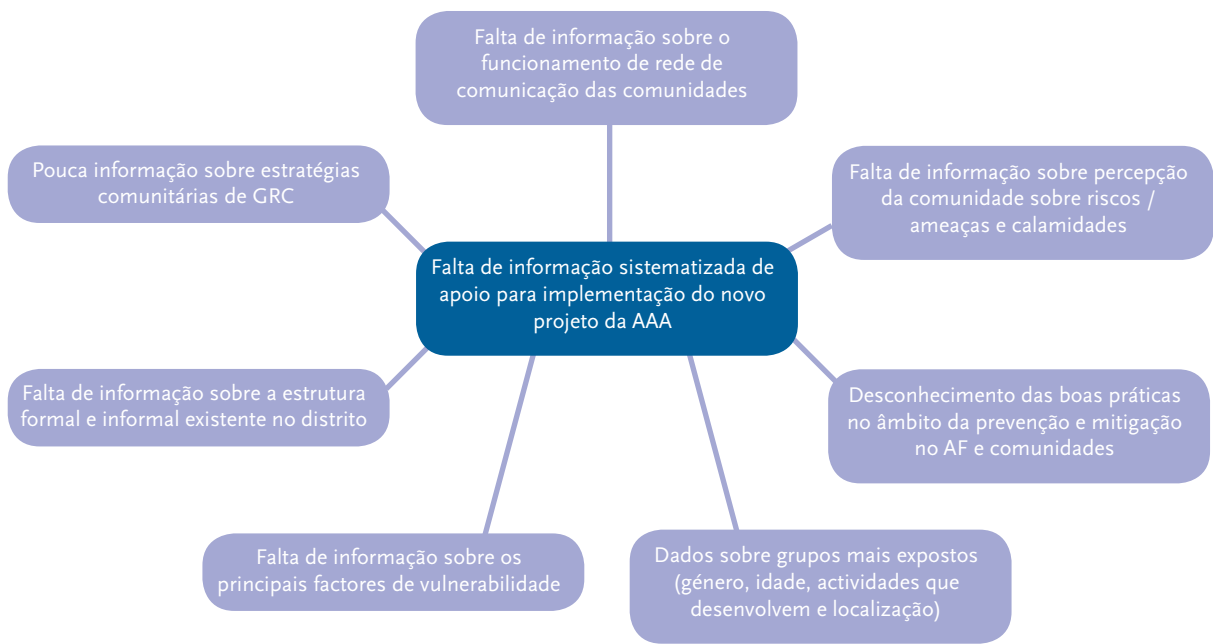
No período pós independência, as cheias mais críticas no Distrito de Chinde foram dos anos 1978, 1981, 1985, 1989, 1996/1997, 2001, 2006, 2007 e 2008 (PALMER 1979). As últimas cheias severas nos anos de 2007/2008 afetaram cerca de 23.000 pessoas (16% do total da população), e aproximadamente 4.500 famílias vivendo nas áreas mais afetadas foram deslocadas pelo governo para zonas de reassentamento. No entanto, de acordo com o observado em cheias anteriores, depois de algum tempo, as famílias reassentadas regressam às suas antigas casas e machambas para tirar benefício da terra mais fértil localizada na margem do rio, recursos florestais úteis para construção, obtenção de combustível lenhoso e disponibilidade de recursos pesqueiros, torna a permanência no rio quase obrigatória e essencial à sobrevivência das famílias. Esta é uma das razões que contribui para a exposição ao risco de cheias, que atinge níveis catastróficos, se olharmos para a situação socioeconómica dos agregados familiares.

O Distrito do Chinde é um dos distritos mais pobres em Moçambique. Ele possui uma população de 33 habitantes por km², da qual 45% possui idades inferiores a 15 anos. A taxa de mortalidade infantil (crianças <5 anos/mil) é 182,9, a esperança de vida é de aproximadamente 35 anos e a o analfabetismo atinge 78,5%

da população local. Cerca de 86,9% da sua população localiza-se em áreas rurais. Estes indicadores sociais podem ser também uma consequência do isolamento do distrito, onde o único acesso se dá através de um batelão já antigo e velho, que opera uma vez por semana, sendo que nos restantes dias da semana, utilizam canoas. A energia eléctrica é providenciada por geradores. Os rendimentos em dinheiro são obtidos através da venda de peixe e côco.

Para melhor ilustrar o problema/razão para realização do estudo, o grupo de pesquisa efetuou a leitura minuciosa dos Termos de Referência (TdR), que permitiu o desenho do mapa mental, conforme ilustra a Figura 2.

Figura 2: Mapa Mental da Justificação da Realização do Estudo



A análise do problema evidencia onde reside principal questão da AAA: a organização necessita urgentemente de dados sobre o grupo-alvo e a gestão de risco no distrito para poder elaborar medidas de fortalecimento das comunidades. Uma análise de problema em diferentes níveis mostra o seguinte cenário:

Problema do grupo-alvo	■ Elevado grau de probabilidade de ser afetada por cheias e outros fenómenos climáticos como secas, com um alto grau de vulnerabilidade e pouca capacidade de reagir às catástrofes
Problema de organização	■ Necessidade de elaborar medidas no quadro do novo projeto no distrito
Problema de informação	■ Poucas informações sobre a situação socioeconómica do grupo-alvo, sobre a sua vulnerabilidade e sobre estruturas da gestão de risco de calamidades no distrito

FASE 1 – PASSO 2

DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS E ANÁLISE DO IMPACTO

Nesta fase, procura-se concretizar o desenho do estudo através da definição dos objetivos do estudo (outcomes), resultados (outputs) e objetivo global (impact):

Impact	Melhoria da capacidade das comunidades do Distrito de Chinde de enfrentar e/ou superar os efeitos das calamidades, definindo estratégias próprias na base das suas condições socioeconómicas e experiências locais de GRC	
Outcome	AAA usa os resultados do estudo para melhorar a capacidade de comunidades de Chinde no estado de prontidão a desastres na bacia do Zambeze	AAA usa os resultados/outputs do estudo para melhor enquadramento das estratégias de GRC
Outputs	■ Avaliação do quadro teórico e conceptual que orienta o estudo ■ Análise das estruturas organizativas nas comunidades para a prevenção das calamidades ■ Conhecimento do sistema e o mecanismo de comunicação comunitária diante das situações de risco ■ Dados empíricos sobre a percepção de risco de calamidades e principais fatores de vulnerabilidade das comunidades disponíveis ■ Avaliação dos atores de vulnerabilidade da comunidade ■ Identificação das estratégias de convivência adoptadas pelos diferentes intervenientes (Governo, INGC, ONG, Comunidades) na GRC ■ Identificação das boas práticas na área de GRC	

FASE 1 – PASSO 3

ANÁLISE DE UTILIZADORES

Para a utilização dos resultados do estudo, o grupo identificou dois tipos de utilizadores (diretos e indiretos). Os utilizadores diretos são a AAA, MSG e o INGC. Os indiretos são o governo do distrito, os líderes locais, a população do Distrito de Chinde, estudantes do MSG, e as organizações não-governamentais que atualmente estão no Distrito de Chinde:

Usuários diretos	Como utilizarão este produto?	Quais as consequências para o nosso trabalho?
AAA	■ Base para orientar e facilitar a implementação do projeto Reforço das Capacidades Comunitárias de Prontidão para Desastres na Bacia Baixa do Rio Zambeze, Moçambique	■ Linguagem clara e objetiva ■ Elaborar recomendações ■ Identificar exemplos de boas práticas
INGC	■ Informação de base para avaliar a implementação do projeto da AAA ■ Conhecimento das boas práticas e estratégias comunitárias em curso na GRC	■ Linguagem clara e objetiva ■ Identificar exemplos de boas práticas ■ Identificar e explicar com clareza as atividades estratégias em curso no Distrito
Estudantes do MSG	■ Elaboração da sua dissertação	■ Procedimento metodológico bem fundamentado ■ Elaborar base de dados ■ Delimitar as fronteiras temáticas de cada elemento do grupo
Usuários indiretos	Como serão beneficiados por este produto?	Quais as consequências para o nosso trabalho?
Comunidade de Chinde	■ Conhecer as estruturas formais e informais existentes no distrito, as boas práticas e estratégias adoptadas na GRC	■ Linguagem clara e objetiva ■ Evidenciar as estratégias empíricas e inovações
Governo do Distrito de Chinde	■ Melhor enquadramento e orçamentação das questões ligadas às calamidades no Plano Económico e Social (PES) do distrito	■ Linguagem clara e objetiva

FASE 1 – PASSO 4

FORMULAÇÃO DE PERGUNTAS-CHAVE

Através da elaboração do sistema de objetivos identificamos as seguintes perguntas chave:

- Qual é a percepção da comunidade sobre calamidades/ cheias?
- Como os diferentes atores que atuam na comunidade definem os termos: calamidade, vulnerabilidade e gestão de calamidades de calamidades?
- Como está organizada a comunidade para a gestão de calamidades?
- Quais estratégias são implementadas na GRC pelos diferentes atores da comunidade?
- Qual é o papel das cheias?
- Quais as vantagens e desvantagens da ocorrência de cheias? Em que medida a ocorrência de calamidades/cheias beneficia a comunidade?
- Que boas práticas foram implementadas no âmbito do GRC?

FASE 1 – PASSO 6

EFEITOS COLATERAIS NEGATIVOS

Ao longo da realização do estudo, o grupo de pesquisa teve em conta, permanentemente, questões éticas na pesquisa. Neste contexto, pretende ser responsável no que diz respeito a confidencialidade das informações, disponibilizar aos entrevistados um resumo do conceito e os resultados a alcançar e evitar que os resultados tragam um impacto negativo no relacionamento entre a AAA e os seus parceiros.

Na elaboração do relatório final, todas as imagens e fotografias a serem apresentadas serão com autorização dos entrevistados ou dos indivíduos fotografados.

FASE 1 – PASSO 7

FORMAS DE COMUNICAÇÃO

Para facilitar a comunicação entre os elementos do grupo de pesquisa e a AAA foram elaborados os seguintes documentos:

- Lista de contato de todos os principais intervenientes diretos quer sejam do grupo de pesquisa e da AAA (com os seguintes dados: nome, telefone e e-mail);
- Lista de contatos de potenciais fontes de informação (a ser atualizada ao longo da pesquisa);
- Elaboração de um calendário de encontros e plano de trabalho entre o grupo de pesquisa e AAA para esclarecimentos, discussão dos TdR, apresentação de drafts das diferentes fases do conceito/ feedback;
- Definiu-se que a troca de correio eletrónico deveria ser via endereço oficial do MSG/AAA, com cópia para todos os integrantes das duas equipas (MSG & AAA);
- Ficou acordado que questões pontuais do dia-a-dia decorrente da operacionalização e esclarecimento dos TdR poderiam ser enviadas por correio eletrónico;
- Ficou acordado que os resultados do estudo serão divulgados em três momentos: (i) para o parceiro de cooperação através do envio do documento por correio eletrónico; (ii) para a comunidade académica e todas as instituições e ONGs que atuam na área de GRC; (iii) para o grupo-alvo do estudo. Para este último grupo, por causa da língua prever tradução dos dados e apostar em imagens.

Formas de Comunicação:

Atividade	Quem	Prazo /duração
■ Lista de contatos do grupo de pesquisa e AAA	■ Odete	■ 1 dia
■ Lista de potenciais entrevistados	■ Belchior	■ 2 dias
■ Calendário & plano de trabalho (provisório)	■ Martin	■ 2 dias
■ Fornecer correio eletrónico para contatos	■ Coordenador do MSG (Prof. Samuel Quive)	■ Por indicar
■ Preparativos da apresentação (local, logística e documentação)	■ Coordenadores	■ Por indicar
■ Preparativo da apresentação	■ Todos	■ Por indicar

FASE 2 - DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO

Com base na análise dos problemas, dos beneficiários do estudo e dos outputs esperados levantam-se os temas que terão de ser examinados dentro da pesquisa.

FASE 2 – PASSO 1 + PASSO 3

SELEÇÃO DAS PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS DO ESTUDO E SUA CONCRETIZAÇÃO

Para o presente estudo foram identificadas seis áreas temáticas:

- Estrutura organizacional na GRC
- Sistema de comunicação na GRC
- Percepção de risco de calamidades
- Fatores de vulnerabilidade nas comunidades
- Estratégias de gestão de calamidades
- Boas práticas de GRC

As áreas temáticas deste estudo foram definidas tendo em conta os resultados/outputs do estudo. As seis áreas temáticas definidas foram consideradas obrigatórias e o grupo constatou haver condições em termos de tempo, logística (aquisição de material, transporte, contratação de guias e tradutor) e conhecimentos técnicos e científicos por parte da equipa para realização.

No que se refere às fontes de informação, distinguimos: pesquisa de fontes secundária – relatórios do Governo da Provincial e Distrital da Zambézia, do INGC, da AAA, da Cruz Vermelha de Moçambique (CVM); análise de estudos existentes sobre GRC e sobre Chinde; entrevistas com pessoas chave, ONG, INGC, CVM e AAA.

Output 1: Análise das estruturas organizacionais de GRC do Distrito de Chinde

Questões a analisar	Fonte de Informação
1.1 Como a comunidade se organiza para participar nas atividades do distrito e das comunidades no âmbito de GRC?	Bibliografia, informantes-chave e membros da comunidade
1.2 Que estrutura formal existentes no distrito no âmbito GRC? ■ Como está constituída e organizada a estrutura formal GRC? ■ Quais são os níveis hierárquicos existentes? ■ Que tarefas/atividades tem os diferentes os atores que constituem a estrutura formal? ■ Como os diferentes intervenientes avaliam o funcionamento destas estruturas? ■ Quais os marcos relevantes da atuação da estrutura formal? ■ Quando iniciou o seu funcionamento? ■ Que mudanças ocorreram ao longo dos anos?	Bibliografia, informantes-chave e membros da comunidade

Questões a analisar	Fonte de Informação
1.3 Existe alguma estrutura informal no GRC a nível do distrito? ■ Como estão constituídas e organizadas? ■ Quais os níveis hierárquicos existentes? ■ Quais tarefas/ atividades desenvolvem as partes que constituem a estrutura formal? ■ Como é avaliado o funcionamento destas estruturas? ■ Quais os marcos relevantes da atuação da estrutura formal? ■ Quando se iniciou o seu funcionamento? ■ Que mudanças ocorreram ao longo dos anos?	membros da comunidade

Output 2: Analisadas as redes e os mecanismos de comunicação comunitária diante das situações de risco no Distrito de Chinde.

Questões	Fonte de Informação
2.1 Identificação dos meios de comunicação ■ Que tipos de redes de comunicação comunitária existem ao nível do Distrito? ■ Quais os meios de comunicação existentes? ■ São meios públicos ou privados? ■ De que forma a comunidade acede à estes meios? ■ Como se dá a participação ou a utilização dos meios para partilha de informação na comunidade? ■ Que língua é usada na divulgação? ■ Periodicidade de transmissão de informação sobre GRC?	Bibliografia, informantes –chave, governo do distrito, líderes comunitários
2.2 Organização da comunicação ■ Como é feita a comunicação a nível das comunidades? ■ Em que locais ocorrem os encontros? ■ Quem organiza os encontros? ■ Existe um sistema de registo? Quem regista e onde são arquivados os documentos? ■ Para além da comunidade quem mais participa nestes encontros? ■ Em que língua as reuniões ocorrem?	Líderes comunitários, e membros da comunidade

Questões	Fonte de Informação
2.3 Identificação da rede de comunicação ■ Existe uma rede ou um circuito de comunicação no Distrito? ■ Como esta rede está estruturada? ■ Quem participa /intervêm nas redes de comunicação comunitária (homens, mulheres, crianças, idosos, deficientes e doentes)? ■ Qual e o papel dos diferentes intervenientes? ■ Como é feita a coordenação entre os diferentes intervenientes no processo de comunicação?	Líderes comunitários, OCB, ONG, Governo do distrito e membros da comunidade
2.4 Informação nas redes de comunicação ■ Que tipo de informação circula nas redes de comunicação comunitária existente? ■ Que tipo de informação a comunidade considera importante (homens, mulheres, crianças, idosos, deficientes e doentes)? ■ Como é que ocorre o fluxo de informação ao nível das comunidades? ■ Que canais / instrumentos são usados para se comunicar? ■ A informação é acessível para todos membros da comunidade (homens, mulheres, crianças, idosos, deficientes e doentes)? ■ Que tipo de informação a comunidade considera importante (homens, mulheres, crianças, idosos, deficientes e doentes)? ■ Qual é o papel das redes de comunicação existentes na prevenção e mitigação de calamidades?	Idem

Output 3: Análise das percepções social de risco de calamidades

Questões	Fonte de Informação
3.1 Que teorias e conceitos são importantes para este estudo? ■ Que base conceptual e metodológica da análise da percepção de risco de calamidade existe? ■ Qual o mais indicado para a pesquisa em Chinde?	Bibliografia sobre GRC e informantes-chave
3.2 Qual é a percepção de risco de calamidade dos diferentes atores no distrito de Chinde? (comunidade, ONG, membros de comité, AAA)	Governo da província, ONG, OCB, Comités, e membros da comunidade
3.3 Que percepção existe na comunidade sobre: calamidade/risco /ameaça? ■ Como é entendido o conceito de desastre/risco/calamidade no distrito ao nível familiar e comunitário? ■ Como a comunidade descreve uma calamidade/um risco ao nível familiar e comunitário? ■ O que constitui uma ameaça para os bens ou a segurança dos agregados familiares e da comunidade? ■ O que é considerado o risco ou ameaça mais importante para a comunidade (mais problemático)?	Idem
3.4 Quais são as diferenças de percepção de risco de calamidade entre os diferentes atores (nas comunidades locais, no governo, nas ONG)? ■ Onde se localizam as comunidades com uma percepção do risco de calamidade mais elevada/mais baixa? ■ Como percebem os diferentes grupos do risco de calamidade? ■ O que diferenças existem entre percepção de mulheres e homens, agricultores e pescadores, mais pobres e mais riscos?	Idem
3.5 Tem diferenças de percepção de risco de calamidade entre diferentes comunidades?	Idem

Output 4: Analisadas as percepções de risco e os fatores de vulnerabilidade das comunidades do Distrito de Chinde

Questões a se analisar	Fonte de Informação
4.1 Que base concepcional e metodológica dos fatores de vulnerabilidade existe na literatura de GRC?	Bibliografia sobre GRC e informantes-chave
Fatores físicos ■ Material usado na construção de infra-estruturas (casas, hospitais, escolas, igrejas etc.) ■ Técnicas de construção / qualidade das casas ■ Localização das infra-estruturas em relação aos rios ou zona baixa (alto risco) ou alta (zonas seguras)	Governo da província, ONG, OCB, Comitês, e membros da comunidade
Fatores ambientais ■ Solo e água útil ■ Erosão e salinização ■ Vegetação, biodiversidade / florestas ■ Animais bravios ■ Estabilidade dos ecossistemas ■ Ocorrência e tempo das calamidades (as mais recentes – cinco anos)	Idem
Fatores económicos ■ Situação socioeconómica dos AF ■ Pobreza e alimentação- sistemas do serviço ou do uso da terra, tecnologia, sementes e estrutura de cultivo ■ Composição de rendimento e situação económica ■ Acesso aos recursos e prestações de serviços (água, energia, saúde, transporte) ■ Reservas e finanças	Idem

Fatores sociais	Idem
■ Percepção de risco ■ Educação ■ Justiça e direitos humanos, proporção de propriedade ■ Participação organizações sociais, instituições ■ Ambiente da justiça, normas, legislação ■ Aspectos do sexo, minorias, velhos, jovens ■ Situação da saúde ■ Estruturas do poder e acesso às informações	

4.2 Para quem é muito fácil/difícil de enfrentar as cheias /recuperar de desastres/calamidades?

Output 5: Análise das estratégias de gestão de calamidades adaptadas pelos diferentes intervenientes na GRC

Questões	Fonte de Informação
5.1 Quais as estratégias desenvolvidas pela comunidade, antes, depois e durante um desastre? ■ Quem lidera ou organiza o processo? ■ Quais os recursos necessários? ■ Quem disponibiliza esses recursos?	Comunidade, Organizações comunitárias de base (OCB)
5.2 Como diferentes atores sociais (por exemplo os pescadores) adoptam as suas estratégias de face às situações de risco?	Idem
5.3 As estratégias são as mesmas para cada tipo de calamidade (cheias, ciclones, erosão etc.)?	Idem

Output 6: Análise das boas práticas na GRC no Distrito de Chinde.

Questões	Fonte de Informação
Que boas práticas podem ser identificadas na GRC no que se refere a: ■ Estruturas existentes ■ Sistema e meios de comunicação ■ Estratégias de GRC ■ Grupos de apoio e solidariedade ■ Membros da comunidade com ações que se destacam ■ Governo do Distrito ■ ONG e OCB	Comunidade Organizações Governo Administração

FASE 2 – PASSO 2

OBTENÇÃO DOS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS

Temas importantes para a pesquisa (entre outros):

- Conceitos de vulnerabilidade
- Conceitos de risco
- Boas praticas na gestão de risco
- Calamidades
- Conceitos sobre percepção social
- Quadro institucional na gestão de risco

FASE 2 – PASSO 4

ELABORAÇÃO DE HIPÓTESES

Com base na literatura existente, foram formuladas várias hipóteses relacionadas aos temas de pesquisa e, em parte, às questões de pesquisa. Apenas algumas hipóteses (altamente agregadas) serão apresentadas aqui:

- Quanto melhor for a organização de uma comunidade, melhor ela será capaz de lidar com riscos naturais, como inundações.
- A presença de meios de comunicação determina as consequências de uma catástrofe natural (por exemplo, a presença de sistemas de alerta precoce).
- A medida em que os riscos naturais são percebidos como uma ameaça depende em grande parte do nível de conhecimento.
- Os grupos populacionais mais pobres são muito vulneráveis aos riscos naturais, uma vez que não dispõem de meios de compensação.
- O conhecimento das práticas tradicionais de lidar com eventos naturais extremos é crucial para o desenvolvimento de medidas de gestão de risco no distrito.

FASE 2 – PASSO 5

OPERACIONALIZAÇÃO: INDICADORES E ÍNDICES

Antes de definir os métodos, foi necessário desenvolver indicadores para uma série de questões e hipóteses de investigação. Trata-se de indicadores destinados a facilitar a operacionalização de questões complexas. A título de exemplo, apenas dois termos devem ser aqui mencionados:

Exposição ao risco

- Proximidade da residência ao rio
- Proximidade da casa ao rio
- Presença de meios de transporte
- Presença de meios de informação, como a rádio e os meios de comunicação
- Proximidade de outros assentamentos
- Disponibilidade para deixar o local de residência pelo menos temporariamente
- Grau de informação
- Experiência em lidar com eventos naturais extremos
- etc.

Vulnerabilidade

- Situação económica
- Grau de diversidade dos rendimentos do agregado familiar

- Estrutura etária do agregado familiar
- Doenças no domicílio, HIV/Aids
- Educação
- Famílias com liderança feminina
- Integração em redes sociais, estruturas organizacionais
- etc.

FASE 2 – PASSO 6

PLANO DE TRABALHO

Nº	Atividade	Meses (Abril a Julho)											
		ABRIL			MAI			JUNHO			JULHO		
1	Clarificação dos termos de referência	X											
2	Fase 1: Esclarecimento do contexto de utilização	X	X										
3	Apresentação em plenária e discussão da fase 1 do conceito (convidados MSG e AAA)			X									
4	Inclusão do feedback no conceito			X									
5	Pesquisa bibliográfica		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
6	Fase 2: Definição dos conteúdos			X	X								
7	Apresentação em plenária e discussão da fase 2 do conceito (convidados MSG e AAA)				X								
8	Inclusão do feedback e adaptação do conceito				X								
9	Fase 3: Procedimento Metodológico (incluindo questionários de levantamento de dados)					X	X						
10	Apresentação em plenária e discussão das três fases a fase 3 do conceito (convidados MSG e AAA)						X						
11	Inclusão do feedback no conceito						X						
12	Deslocação de Maputo para Quelimane						X						
13	Preparação do levantamento no distrito de Chinde (contatos e transporte para as aldeias)						X	X					
14	Levantamento de dados e análise							X	X	X			

Nº	Atividade	Meses (Abril a Julho)			
		ABRIL	MAI	JUNHO	JULHO
15	Avaliação e balanço da coleta de dados				X
16	Regresso à cidade de Maputo				X
17	Elaboração do relatório final				X X X
18	Entrega do primeiro esboço do relatório ao proponente				X
19	Apresentação pública dos resultados				X
20	Elaboração do relatório final e entrega a AAA				X

FASE 3- SELEÇÃO DOS MÉTODOS

FASE 3– PASSO 1

DEFINIÇÃO DO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Tipo de estudo: Estudo de caso

Profundidade: Estudo exploratório

Método: Qualitativo

FASE 3 – PASSO 2

DEFINIÇÃO DAS UNIDADES DE OBSERVAÇÃO

As unidades de observação são indivíduos da comunidade, comités de gestão de calamidades, formadores de comité de GRC, líderes tradicionais, informantes chaves, ONG que atuam na GRC no Distrito.

FASE 3 – PASSO 3

DEFINIÇÃO DE AMOSTRA E ÁREA DE ESTUDO

Nesta pesquisa pretendemos trabalhar nos três Postos Administrativos do Distrito de Chinde, nomeadamente: Chinde Sede, Luabo e Micaúne. Nestes Postos privilegiaremos 9 aldeias, das 15 onde o proponente do estudo (AAA) desenvolve as suas atividades. Para grupo de controle elegemos mais 6 aldeias que ainda não se beneficiaram da intervenção da AAA, por forma a comparar a situação dos dois grupos.

Estas aldeias serão escolhidas aleatoriamente duma lista fornecida pelo governo do distrito, onde foram usados como critérios de seleção os seguintes: proximidade do rio, distância em relação a sede do Posto administrativo, existência de meios de transporte, intensidade de serviços de apoio a GRC (presença da AAA, INGC etc.) e existência de comités de GRC.

Pretende-se realizar um total de 60 entrevistas semi-estruturadas com informantes chaves a nível de todo o distrito de Chinde, distribuídas 20 por cada Posto Administrativo. Adicionalmente, far-se-á 3 seções de grupo focal em cada Posto administrativo, num total de 9. A saturação de informação irá ajudar na definição da amostra.

Olhando para o carácter inovador do PAD, na base dos recursos disponíveis e condições de acessibilidade s aldeias, nos parece que esta amostra responde a abrangência e aprofundamento requerido pelo parceiro de cooperação e é cientificamente fiável.

FASE 3 – PASSO 4

INSTRUMENTOS PARA RECOLHA DE DADOS

Os instrumentos escolhidos para a fase de coleta de dados são: observação, entrevistas semiestruturadas e grupo focal. Adicionam-se à estes a pesquisa documental e bibliográfica.

Observação direta não participante: com esta técnica pretende-se a observação (i) *modus vivendi*: material usado nas construções, tipos de habitação/palafitas, sistema de produção, sistema de drenagem das águas/existência de diques e/ou reforço vegetal, locais de armazenamento de culturas e alimentos, existência de meios de transporte (canoas, bicicletas, motas etc.), (ii) Existência de zonas seguras em cada Posto Administrativo.

Esta observação irá permitir obter informação sobre as características das comunidades bem como as estratégias usadas e/ou estratégias de convivência adoptadas pelas comunidades.

Entrevistas semiestruturadas: As entrevistas semiestruturadas serão dirigidas a informantes chaves e membros da comunidade para colher dados sobre percepções de risco, identificar casos específicos relacionados aos grupos mais vulneráveis. Os informantes chaves podem ser líderes religiosos, responsáveis de instituições estatais locais - INGC, MICOA, Saúde, educação Instituto Nacional de Ação Social (INAS), ONGs, chefes dos Posto Administrativos, líderes das comunidades, membros do comité de gestão.

Entrevista com Grupos focais (GF): Prevemos realizar um total de 3 GF em cada Posto Administrativo, sendo um homogéneo, constituído somente por mulheres, um heterogéneo e um constituído pelos membros dos comités de GRC. Os grupos poderão ser constituídos por 8 a 12 indivíduos, tendo em conta a situação de cada Posto Administrativo. Os GF serão utilizados para esclarecimento mais profundo de algumas, tais como: i) Interação entre os diferentes atores de GRC e a comunidade/comités; ii) Percepção do Risco e vulnerabilidade por parte dos membros da comunidade; iv) efetuar o mapa de GRC; ii) analisar o grau de vulnerabilidade de cada grupo (homens, mulheres crianças, idosos); ii) identificar as etapas em que cada estratégia é adoptada; iii) Em ambos grupos iremos efetuar mapeamento de risco e vulnerabilidade, priorização das calamidades e a calendarização das calamidades mais marcantes.

Após o regresso do campo, far-se-á um relatório de viagem a ser entregue ao parceiro de cooperação e aos coordenadores da equipa. Paralelamente, faremos a análise e síntese de toda a informação recolhida, tendo como base os resultados que se pretendem.

Por forma a garantir uma melhor operacionalidade dos instrumentos, será feita a testagem dos instrumentos na cidade de Maputo. Elegemos o bairro de Hulene e Inhagoia da cidade de Maputo por serem os mais afetados por cheias. Foi previsto a realização de 2 entrevistas semiestruturadas e 2 GF. Os resultados deste exercício irão ajudar a melhorar os instrumentos, bem como no treinamento do grupo de pesquisa na apropriação do instrumentos e os tornarão mais simples e próxima do grupo-alvo a linguagem utilizada nos instrumentos.

PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO

Tendo em conta que nenhum dos elementos do grupo conhece a área de estudo (Distrito de Chinde), temos vindo a efetuar contatos regulares com AAA a nível da cidade de Maputo bem como do Distrito de Chinde, com vista a atualizar o plano de trabalho, partilhar as fases em que o projeto se encontra e discutir as ferramentas metodológicas por forma a garantir que nos 15 dias em campo seja possível recolher informação capaz de responder aos resultados (vide em anexo planos de trabalho).

TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

O processo de análise dos dados será feito em duas fases: a primeira durante o período de levantamento de dados e a segunda no final da recolha de dados. Para permitir uma recolha em tempo útil, o grupo será dividido em duas equipas de trabalho, que se comunicarão com regularidade através de realização de reuniões coletivas de análise no final da recolha em cada localidade de estudo.

Este procedimento irá ajudar a reduzir o volume de informação na fase final da análise e garantir recolha de dados que responda aos resultados esperados pelo proponente do estudo (AAA).

Após o retorno a Maputo, está previsto a realização de tarefas individuais pelos elementos do grupo e posteriormente a partilha e análise conjunta de resultados e sua integração no trabalho.

Literatura

ABDULA, P.; Taela, K. (2007): Avaliação das capacidades de gestão de risco de desastres, Maputo: MICOA.

ADALIMA, J. L. (2016): Changing livelihoods in Micaúne, Central Mozambique: from coconut to land, Pretoria: The University of Pretoria.

CHAMBOTE, R.; Boaventura, V. (2008): Reassentamento pela metade no vale do Zambeze: o caso de Mutarara, Maputo: Oxfam.

DAA, Departamento de Arqueologia e Antropologia (2009): Estudo socio-antropológico sobre reassentamento pós cheias no vale do Zambeze, Maputo: DAA-UEM.

INGC, Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2009): Estudo sobre o impacto das alterações climáticas no risco de calamidades em Moçambique, Maputo: INGC.

MATUSSE, R.; DE BARROS, A. B.; DE BARROS, A. M. A. (2009): Análise e avaliação do sistema de gestão de calamidades em Moçambique. V seminário internacional da defesa civil – DEFENCIL, São Paulo.

MAUEUA, C.; COSSA, O.; MULHOVO, G; PERREIRA, M. (2007): Vulnerabilidade climática nas zonas costeiras: caso de estudo do delta do Zambeze.

PLAMER, R.; Tritton (1979): Análise da rede hidrológica e estudo do planeamento do sistema de inundação para o rio Zambeze, Instituto Hidrológico. Maputo: Direção Nacional de Água.

ANEXO II:

MATERIAL DE APOIO

Matriz *Do-No-Harm*

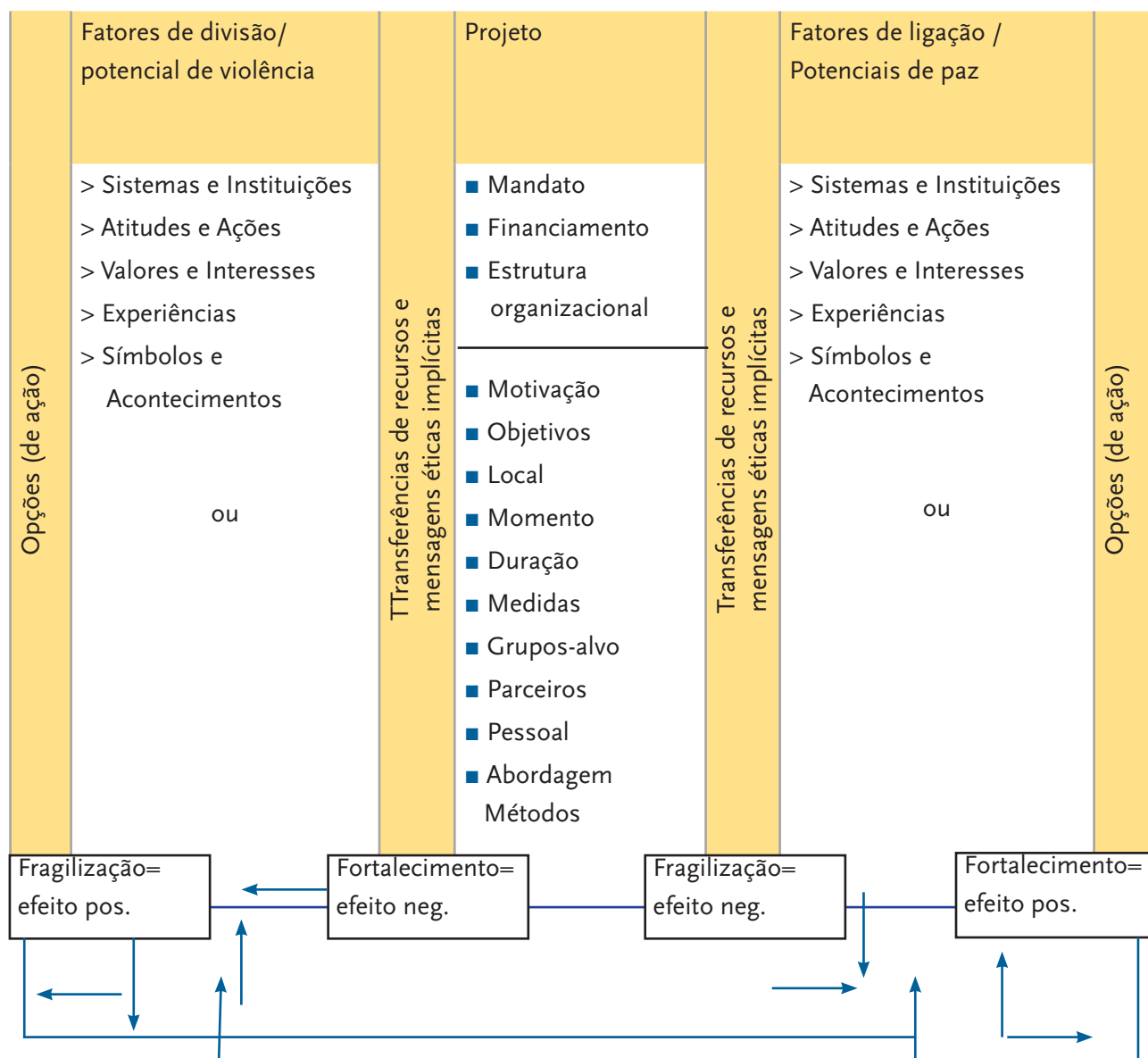
Plano de Trabalho: Diagrama de Gantt

Tipos de Variáveis

Exemplo de Plano de Códigos e Matriz de dados

Matriz Do-No-Harm (Não causar Danos)

Contexto do conflito



Exemplo **Brasil 2013**: Plano de trabalho na forma de matriz

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	Lugar
	29.07.- 02.08.	05.08.- 09.08.	12.08.- 17.08.	19.08.- 23.08.	26.08.- 30.08.	02.09.- 06.09.	09.09.- 13.09.	16.09.- 20.09.	23.09.- 27.09.	30.09.- 04.10.	07.10.- 11.10.	14.10.- 18.10.	21.10.- 25.10.	28.10.- 01.11.	
Chegada e integração															Rio
Produto 2: Levantamento e análise de dados															
Entrevista com especialista															Rio/ Terê
Preparação do levantamento															Terê
Conhecer área															Terê
Aplicação do questionário															Terê
Discussão em grupo focal															Terê
Avaliar e adaptar metodologia															Terê
Digitalizar dados															Terê
Análise de dados															Terê
Excursão temática															
Produto 3: Conceitos de sensibilização															
Elaboração dos instrumentos															Terê
Testar: Treinar multiplicadores															Terê
Adaptar															Terê
Aplicar instrumentos no campo															Terê
Apresentação final															Terê
Elaboração do relatório															Praia
Férias															

Exemplo de uma Matriz de dados e Plano de códigos (Excel)

(adaptado de KROMREY 2009: 214 e seg.)

Abreviatura para os indicadores	Significado	Valor da característica	Coluna para a matriz de dados
NºId	Número de identificação do entrevistado	Nº corrente	1
Naç	Nacionalidade do entrevistado	1 – Brasileiros 2 – Argentinos 3 – Chilenos 4 – Colombianos 5 – Angolanos 6 – Moçambicanos 7 – Outros 9 – nenhuma indicação	2
Ida	Idade do entrevistado	Anos em números 98 – Idade 98 e mais 99 – nenhuma indicação	3
Sexo	Sexo	1 – masculino 2 – feminino 9 – nenhuma indicação	4
EstCiv	Estado Civil	1 – solteiro/a 2 – casado/a 3 – viúvo/a, divorciado/a	5
Edu	Nível de instrução	1 – analfabeto 2 – ensino básico 3 – ensino médio 4 – graduação 5 – ensino profissional 6 – mestrado 7 – pós-graduação 9 – nenhuma indicação	6

Abreviatura para os indicadores	Significado	Valor da característica	Coluna para a matriz de dados
ProfE	Profissão do entrevistado	1 – Ajudante temporário 2 – Trabalhador especializado (1 até 5 anos de experiência) 3 – Trabalhador especializado (mais do que 5 anos de experiência) 4 – Empregado/a (1 até 2 anos de experiência) 5 – Empregado/a (3 até 5 anos de experiência) 6 – Empregado/a (5 ou mais anos de experiência) 7 – Funcionário (1 até 2 anos de experiência) 8 – Funcionário (3 até 5 anos de experiência) 9 – Funcionário (mais do que 5 anos de experiência) 10 – Consultor 11 – Profissional independente (sozinho/a) 12 – Profissional independente (com colaboradores) 13 – Agricultor 98 – Desempregado/a 99 – nenhuma indicação	7
ProfP	Profissão do parceiro	Como ProfE: 88 – não se aplica caso viva sozinho/a	8
SalE	Salário líquido do entrevistado	Quantidade em R\$ / MZN 999999 – nenhuma indicação	9
RendF	Rendimento Familiar líquido	Com SalE	10

NºId	Naç	Ida	Sexo	EstCiv	Edu	ProfE	ProfB	SalE	RendF
1710	6	20	2	1	1	1	88	850	850
1711	3	27	1	2	2	98	9	0	3200
1712	1	36	2	2	4	5	4	1600	2900
1713	1	18	2	1	5	2	88	1300	1300
1714	5	42	1	3	3	4	88	1300	2900
1715	2	24	2	1	2	1	88	890	1300
1716	1	60	1	2	2	98	12	0	1450
1717	4	28	2	1	3	11	88	2600	890
1718	1	62	2	2	6	12	98	12800	7600
1719	1	27	1	1	4	8	88	2400	2600
1720	6	48	2	2	2	1	1	940	2600
1721	3	32	1	2	2	1	2	910	12800
1722	1	54	2	3	7	6	88	2700	2400
1723	1	33	2	2	2	4	7	1600	1820
1724	5	99	1	2	2	1	2	720	2450
1725	2	27	1	1	2	11	88	2330	2700
1726	1	64	2	2	5	3	98	2800	3300
1727	4	41	2	2	9	10	8	4100	1850
1728	1	19	1	1	2	4	88	1200	2450
1729	1	18	2	1	5	2	88	1300	2700
1730	5	42	1	3	3	4	88	1300	3300

ISSN: 1433-4585

ISBN: 978-3-947621-09-5